

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Marcus Vinicius Borges Aristides

Fundamentação do significado no *Tractatus Logico-Philosophicus*: Conflitos de
interpretação

JUIZ DE FORA

2024

Marcus Vinicius Borges Aristides

Fundamentação do significado no *Tractatus Logico-Philosophicus*: Conflitos de interpretação

Dissertação apresentada ao Programa da Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Vicente.

JUIZ DE FORA

2024

RESUMO

O presente trabalho se debruça sobre a complexa e multifacetada obra de Ludwig Wittgenstein, *o Tractatus Logico-Philosophicus*, com o objetivo de analisar as principais interpretações ontológicas e antimetafísicas que buscam elucidar o problema fundacional do significado. A investigação se concentra nas noções que sustentam cada uma dessas perspectivas, com o intuito de oferecer uma visão panorâmica e comparativa, evidenciando os pontos de tensão entre elas. Ademais, a investigação proposta aprofunda tanto a noção de espaço lógico como um elemento central na arquitetura ontológica do *Tractatus*, buscando relacioná-la com a noção de substância, quanto a compreensão das regras que constituem a ordem lógica da linguagem destituídas de qualquer determinação ontológica.

Palavras-chave: Tractatus Logico-Philosophicus; Fundamentação, Significado; Ontologia; Antimetafísica

ABSTRACT

This work focuses on Ludwig Wittgenstein's complex and multifaceted work, the *Tractatus Logico-Philosophicus*, with the aim of analyzing the main ontological and anti-metaphysical interpretations that seek to elucidate the foundational problem of meaning. The investigation focuses on the notions that support each of these perspectives, with the aim of offering a panoramic and comparative view, highlighting the points of tension between them. Furthermore, the proposed investigation deepens both the notion of logical space as a central element in the ontological architecture of the *Tractatus*, seeking to relate it to the notion of substance, and the understanding of the rules that constitute the logical order of language devoid of any ontological determination.

Keywords: *Tractatus Logico-Philosophicus*; foundation of meaning; ontology; antimetaphysics

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	3
2 – INTRODUÇÃO AO ESPAÇO LÓGICO TRACTARIANO	5
3 – INTRODUÇÃO AO SINAL PROPOSICIONAL	10
4 - SUBSTÂNCIA	22
4.1 – SUBSTÂNCIA ARISTOTÉLICA	23
4.2 – ENTIDADES FUNDAMENTAIS ENQUANTO PACOTE DE PROPRIEDADES	33
5 – O NÚCLEO DOS OBJETOS TRACTARIANOS	46
6 - A ONTOLOGIA COMO DETERMINANTE PARA A LINGUAGEM	71
7 – A NOÇÃO DE ORDEM LÓGICA ENQUANTO CONJUNTO DE REGRAS PARA O FUNCIONAMENTO DA LINGUAGEM	98
7.1 – REGRAS DE PROJEÇÃO, COORDENAÇÃO E RETRATO LÓGICO	107
7.2 – FORMA LÓGICA E BIPOLARIDADE	113
7.3 – BIPOLARIDADE E ESPAÇO LÓGICO	120
CONCLUSÃO	123
REFERÊNCIAS	126

1- INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho consiste na exposição das interpretações ontológica e antimetafísica que disputam, entre outras coisas, o problema fundacional do significado na obra *Tractatus Logico-Philosophicus*. O problema fundacional diz respeito sobre quais seriam as entidades, mecanismos ou princípios em virtude dos quais as expressões linguísticas, de maneira geral, exprimem significado.

A perspectiva metafísica considera algumas entidades como sendo indispensáveis para a produção de significado, enquanto a perspectiva antimetafísica dispensa tais entidades, se preocupando com a clarificação da ordem essencial da linguagem a partir da própria linguagem. Desse modo, cada perspectiva oferece subsídios interpretativos que nos conduzem a compreender aspectos da obra por ângulos distintos, criando uma tensão até então insolúvel. Não obstante, abordar a obra por meio de chaves de leitura conflitantes é uma maneira frutífera de compreendê-la, não porque nos fornece condições para aceitarmos qual é a leitura correta, mas, sim, porque teremos condições de visualizar os pontos de contraste da obra, o que nos permite ter uma imagem mais ampla e completa da mesma.

No trabalho que se segue, buscamos inicialmente realizar uma espécie de investigação exploratória sobre algumas noções que não receberam muito destaque dos comentadores de índole metafísica, mas que ao mesmo tempo compõem o pano de fundo sobre o qual suas interpretações se sustentam. A investigação exploratória se centra mais em algumas noções que compõem o pano de fundo da leitura metafísica, como a noção de espaço lógico. Na perspectiva metafísica, exploramos como a noção de espaço lógico ocupa um lugar privilegiado na arquitetura da ontologia tractariana, ao mesmo tempo que tentamos tematizar exaustivamente essa noção para que ela pudesse ser entendida em conjunto com outras noções ontologicamente relevantes para a leitura metafísica, como a noção de substância.

No que diz respeito à noção de substância, fizemos um sobrevoo histórico sobre esse conceito que nos levou a duas maneiras distintas de considerá-la, a saber, a substância enquanto indivíduo e a substância enquanto um pacote de propriedades. A exposição dessas duas maneiras de compreender o conceito de substância se fez necessária para que pudéssemos demonstrar o quão peculiar é o conceito de substância no *Tractatus*, de modo que seria um erro passar por esse conceito rapidamente com o risco de reduzi-lo implicitamente a qualquer uma das duas compreensões canônicas da história

da filosofia. Assim, para que pudéssemos explicitar o que ela é, tentamos, inicialmente, demonstrar o que ela não é.

Em contrapartida, o compromisso com entidades ontológicas que são cruciais para a estruturação da linguagem é rejeitado pela leitura antimetafísica. A proponente que será a porta voz da leitura antimetafísica no presente texto é a comentadora Marie McGinn. A sua contribuição para o debate interpretativo se concentra na defesa de que Wittgenstein adotou uma abordagem filosófica não teórica e antimetafísica que consistia na clarificação do bom funcionamento da linguagem. No *Tractatus*, tal clarificação se fez à luz de uma ordem lógica idealizada. Nesse sentido, a concepção de que o funcionamento da linguagem pode ser explicitado quando clarificamos a ordem lógica essencial da linguagem irá ser explorado com intuito de extrair ao máximo todos os mecanismos que integram a tal ordem lógica. Com isso, vamos um pouco além da própria leitura de McGinn, uma vez que não só fazemos eco de sua interpretação sobre a clarificação do funcionamento da linguagem, como buscamos dissecar, tematizar e relacionar os mecanismos determinantes para a produção de significado que se encontram no escopo de sua interpretação, a saber: relação interna, tradução, coordenação, forma de afiguração, bipolaridade, contexto e regras de projeção.

Ainda se pode dizer que, não temos qualquer preferência interpretativa, pois, como mencionado, a exposição de conflitos interpretativos em questão está motivada pela ideia de iluminar os pontos discordantes com o intuito de compor uma imagem mais ampla, multifacetada e enriquecida da obra.

Por fim, cabe dizer que, usamos o número dos aforismos do *Tractatus* como marcadores de citação ao invés de usar o número das páginas. Além disso, em alguns momentos usamos esquematizações a fim de tentar explicar alguns conceitos e ideias mencionados pelos comentadores. As esquematizações não recorrem a qualquer formalização lógica, pois tinham como objetivo simplificar a tematização de conceitos a ponto de torná-las mais fáceis de serem assimiladas.

2 – INTRODUÇÃO AO ESPAÇO LÓGICO TRACTARIANO

O termo “espaço” aparece em diversos contextos teórico-conceituais. Falamos em espaço físico, espaço do dia a dia, espaço de probabilidades, espaço geométrico, espaço fenomênico e espaço lógico (Wittgenstein). Por exemplo, a concepção de espaço do senso comum é próxima da concepção de espaço formulada pela física moderna (newtoniano), que, por sua vez, está atrelada à noção euclidiana de espaço. De fato, dentre os pressupostos envolvidos na teoria da gravitação e na dinâmica de Newton, encontramos o espaço enquanto entidade real, pré-existente, externa, independente e, por assim dizer, inerte (isotrópico), como assinala Berkson (2014). O espaço newtoniano-euclidiano seria um enorme compartimento, dentro do qual objetos existem e interagem, estão localizados, colidem, deslocam-se, e sua velocidade e aceleração são mensuradas.

Embora essa concepção newtoniana-euclidiana de espaço seja a mais próxima relativamente ao senso comum, ainda no século XX a concepção científica do espaço físico foi profundamente alterada pela teoria da relatividade geral. Nesta perspectiva, o espaço não é inerte e independente dos objetos materiais que nele estão, pois a configuração das propriedades espaciais é dependente das configurações das propriedades materiais, em termos grosseiros, o espaço é curvado pela própria matéria.

No contexto mais propriamente filosófico, a noção de espaço é mobilizada de maneira rica em reverberações conceituais. Isto é, autores modernos da filosofia mobilizaram a noção de espaço e elevaram-na a um nível teórico mais abstrato e fundante. Um dos exemplos mais expressivos nos foi dado por Immanuel Kant na *Crítica da Razão Pura*. Nesta obra, de modo geral, Kant desenvolve um projeto filosófico que traça criticamente os limites do conhecimento humano, posicionando o espaço, juntamente com o tempo, dentro de um quadro apriorístico de condições de possibilidade para todo o conhecimento possível, especificamente, o espaço é tratado por Kant como algo inerente a todos os sujeitos cognoscentes, sendo assim, um elemento interno a todo sujeito e não externo a ele. Podemos dizer que, da perspectiva de Kant, à realidade do espaço newtoniano-euclidiano se tornada transcendental, isto é, torna condição básica de possibilidade do conhecimento humano sobre os fenômenos.

No contexto filosófico do século XX, temos uma interessante visão de espaço, mais especificamente de espaço lógico, que é oferecida por Wittgenstein no *Tractatus Logico-Philosophicus*. Antes de tratarmos detidamente do que constitui o espaço lógico,

cabe dizer que, apesar de ele ter um papel essencial para a coerência interna da obra, o espaço lógico é colocado de maneira quase lacônica, o que nos apresentar um problema de base, na medida em que tal noção é textualmente escassa. Contudo, dado a sua importância para a totalidade da obra, é necessário empregar certo esforço elucidativo para avaliá-lo no interior da obra de maneira menos nebulosa e lacônica. Efetivamente, Wittgenstein faz apenas algumas menções relevantes que indicam, mesmo que de modo vago, a importância do espaço lógico não somente para a ontologia, mas, também para a fundamentação de sua concepção da linguagem, bem como para articulação entre ambos.

Por isso, uma elucidação prévia da concepção de espaço lógico no interior do *Tractatus* é necessária. O que, por sua vez, conduzirá naturalmente à disputa interpretativa que subjaz aos objetivos propostos pela dissertação, a saber, a disputa entre leituras que endossam a necessidade da ontologia tractariana (em seus diferentes graus de comprometimento) para a produção de significado e a leitura completa e assumidamente antirrealista de McGinn que interpreta as condições de significado como sendo internas ao funcionamento geral da linguagem. Com efeito, os aforismos que mencionam o espaço lógico estão associados a tópicos distintos que se interconectam no interior da obra, sendo justamente essa articulação temática que dá vida e estrutura geral a obra. Desse modo, antes de tentarmos esclarecer isoladamente o seu conceito ou o que seria exatamente o espaço lógico, é conveniente que indiquemos e explicitemos cada uma de suas menções no texto em relação a seus respectivos tópicos, para, em seguida, podermos visualizar de modo panorâmico a articulação estrutural entre eles.

Encontramos já, nos aforismos iniciais do *Tractatus*, a primeira menção ao espaço lógico, a saber, “Os fatos no espaço lógico são o mundo” (1.13). Para tornar mais inteligível esse aforismo, convém explicitarmos parcialmente o que Wittgenstein quer dizer quando mobiliza a concepção de fatos. Os fatos são os estados de coisas existentes, eles são constituídos por objetos que estão concatenados entre si de uma determinada maneira. Mas, para o propósito dessa parte do trabalho, nos interessa que “a soma total dos estados de coisas existentes é o mundo” (2.04). Essa primeira menção ao espaço lógico exprime o mundo enquanto a relação entre o espaço lógico e a totalidade dos estados de coisas existentes. Como bem coloca o aforismo, o mundo são os fatos no espaço lógico, e estes fatos são a totalidade dos estados de coisas existentes; por conseguinte, o mundo se realiza a partir do espaço lógico, o mundo não é o espaço lógico

e nem meramente os fatos agregados em si, mas sim a totalidade dos fatos *articulados* ¹ no espaço lógico. Aqui, temos o primeiro indício da relevância do espaço lógico como algo essencial à ontologia do *Tractatus*.

Nesse sentido, Fogelin, por exemplo, traça um paralelo entre espaço lógico e o espaço físico, nos oferecendo por aproximação às características do primeiro, que como vimos, não estão completamente explícitas textualmente no *Tractatus*, mas que ainda assim poderiam, na perspectiva de Fogelin, ser exploradas por meio da explicação do segundo, sendo elas: as localizações, as posições e os lugares (FOGELIN, 1996, pg. 4). Para Fogelin, o espaço físico é por excelência uma multiplicidade que consiste no conjunto de lugares, posições e localizações que mantêm entre si uma relação, de modo sistemático, com todos os outros lugares, posições e localizações. A partir desse ponto, Fogelin se vê obrigado a dar um salto adicional na explicação, visto que ocupar uma posição e estar em algum lugar exige a existência de entidades, isto é, em termos *tractarianos*, estados de coisas existentes em um espaço, no caso, no espaço lógico, que por sua vez são de suma importância para melhor entendermos a tal multiplicidade de estados de coisas existentes referida no aforismo: “Os fatos no espaço lógico são o mundo” (1.13).

Com efeito, o mundo é composto de fatos no espaço lógico, são eles que ocupam lugar no espaço lógico. Na perspectiva de Fogelin, os fatos precisam se organizar em uma dinâmica relacional bem determinada entre os lugares que ocupam no espaço lógico para que o mundo se constitua sistematicamente. Contudo, embora o espaço lógico reflita um conjunto de estado de coisas existente, ele parece ser, segundo Fogelin, completamente indiferente ao modo pelo qual os objetos simples e os fatos por eles constituídos se organizam no espaço². Nas palavras de Fogelin:

O conjunto de lugares no espaço físico forma um manifold internamente relacionado, mas esse manifold é totalmente indiferente à maneira como as coisas são dispostas em seus vários lugares. Essa interação entre uma estrutura de conexões necessárias (espaço lógico) e um conjunto puramente contingente

¹ De fato, é em virtude da própria natureza articulada dos estados de coisas que a articulação do mundo é garantida, essa articulação é uma característica fundamental do mundo na medida que é uma característica fundamental dos estados de coisas, que é o resultado da concatenação de objetos simples e irreduzíveis.

² Essa indiferença do espaço lógico em relação aos estados de coisas e aos objetos simples que o constituem nos acena para a sua autossuficiência (2.013). Iremos esmiuçar melhor tanto o estatuto da autossuficiência do espaço lógico quanto as suas implicações ontológicas.

de itens embutidos nela (a totalidade dos fatos) é fundamental para a visão de mundo Tractariana (Fogelin, 1996, p. 4, tradução nossa).

Dessa maneira, para que a concepção de mundo *tractariana* possa ser sustentável, Fogelin propõem que o espaço lógico seja considerado enquanto uma estrutura de conexões necessárias, e os fatos, por sua vez, que se relacionam entre si através dessas conexões, são contingentes. Com essa chave de leitura, o espaço lógico se apresenta portando a característica de ser necessário, pois, como apontou Fogelin, o espaço lógico é indispensável para o mundo e os estados de coisas, de modo que, embora os estados de coisas existentes sejam contingentes e poderiam por isso mesmo não existir, o espaço lógico não pode não existir, pois a existência de estados de coisas e a organização determinada entre eles depende necessariamente da existência do espaço lógico.

A segunda menção ocorre mais adiante, no aforismo: “A figuração representa uma situação possível no espaço lógico” (2.2002). Neste ponto do texto, averiguamos uma nova relação diádica, dessa vez entre a figuração enquanto representação simbólica de uma situação, e a situação, a qual pode ser encarada como um estado de coisa possível. Novamente, os estados de coisas se encontram no espaço lógico, e nesse caso, é especialmente o estado de coisa possível. Notemos que, do primeiro aforismo para esse, ampliamos a nossa visão sobre o espaço lógico, pois, nesse ponto, ele se torna ontologicamente mais robusto, uma vez que ele não só abriga os estados de coisas existentes, mas também os estados de coisas possíveis ou inexistentes. A figuração, portanto, pode tanto representar estados de coisas existentes quanto inexistentes, isto é, os estados de coisas possíveis. E, dado os poderes representativos da figuração, somado ao que o aforismo nos diz sobre a representação de *uma situação* no espaço lógico, podemos considerar o cenário hipotético de termos todas as figurações, caso tivéssemos, poderíamos dizer que todos os estados de coisa possíveis do espaço lógico poderiam ser representados. Em suma, de algum modo, a figuração está em conexão com o espaço lógico. De qualquer modo, o ponto de contato entre aspectos da figuração e aspectos da realidade são apresentados por intermédio do espaço lógico nesse aforismo.

Ademais, a terceira menção introduz uma nova relação, a relação entre parte da linguagem e o espaço lógico, de acordo com Wittgenstein: “A proposição determina um *lugar* no espaço lógico. A existência desse *lugar* lógico é assegurada tão somente pela existência das partes constituintes, da existência da proposição com sentido” (3.4). A partir desse aforismo, se torna mais claro que certa parte da linguagem está intimamente

conectada com o espaço lógico. Porém, no que diz respeito a essa citação, precisamos fazer uma ressalva sobre a concepção de proposição no *Tractatus*, pois ela é apresentada com distinções. Com efeito, temos as proposições sem sentido, as proposições lógicas e as proposições contingentes, e, como o aforismo nos diz expressamente que o lugar no espaço lógico é determinado por proposições dotadas de sentido, sabemos, de antemão, que o lugar do espaço lógico só pode ser delimitado por um tipo de proposição, a saber, as proposições com sentido ou contingentes. Além disso, sabemos, segundo o aforismo em questão, que o lugar lógico depende das partes constituintes da proposição, afirmação que nos revela que a proposição é composta por partes. Além disso, presumindo que o tipo de proposição em questão possui unidade, tal proposição envolve a relação adequada entre as partes que compõem a proposição.

Dessa maneira, podemos depreender disso que a relação adequada entre as partes da proposição depende de uma sintaxe proposicional, um determinado modo de concatenar os componentes das proposições mediante o conjunto de componentes da linguagem. Notadamente, observamos que a proposição que delimita um lugar no espaço lógico possui algo de semelhante com a concepção de estado de coisas referida no primeiro aforismo mencionado, haja visto que os estados de coisas são constituídos por objetos que estão em uma determinada concatenação, e que a proposição em questão também é composta por uma determinada concatenação de seus componentes. Disso se segue que, é a partir de uma determinada concatenação de componentes que tanto os estados de coisas se constituem, quanto a proposição com sentido se constitui. Porém, reparemos que não estamos ainda afirmando qualquer relação de identidade entre ambas, mas tão somente apontando para essa curiosa semelhança entre elas.

Ora, como explicitado no primeiro aforismo mencionado, o mundo é idêntico a todos os estados de coisas existentes. Por isso, é legítimo afirmar que o mundo corresponde a todos os lugares do espaço lógico determinados pelas proposições com sentidos que o exprimem.

O quarto aforismo que mencionaremos para compor o quadro introduz uma nova faceta linguista para o mapeamento de uma região no espaço lógico, por sua vez, recapitula o terceiro e nos dá pistas positivas sobre o que o espaço lógico é: “O sinal proposicional e as coordenadas lógicas, isso é o lugar lógico” (3.41). Apesar do sentido de o aforismo ser determinado pela associação entre as coordenadas lógicas e o sinal proposicional, seria instrutivo começar a explorar esse aforismo dividindo-o em duas partes, isto é, a parte que menciona o sinal proposicional e a parte que diz respeito as

coordenadas lógicas. Assim, iremos dar uma atenção explicativa ao sinal proposicional para depois associá-lo às coordenadas lógicas.

3 – INTRODUÇÃO AO SINAL PROPOSICIONAL

O sinal proposicional, em termos gerais, pode ser definido enquanto uma expressão material que normalmente ocorre graficamente, como sinais tipográficos concatenados de uma certa maneira. Além do mais, cabe mencionar o papel desempenhado pelo sinal proposicional para lógica proposicional, pois uma concatenação de sinais gráficos que expressam uma proposição veicula a exibição estrutural de sua forma, isto é, um sinal proposicional cumpre a tarefa de expor as relações internas da proposição que veicula, permitindo, assim, exibir o seu sentido ou o seu não sentido. Especificamente, por meio do sinal proposicional podemos visualizar a forma lógica de uma proposição da forma “ aRb ”. Nesse caso, embora não tenhamos conhecimento sobre o que “ a ”, “ b ” e “ R ” denotam, temos, evidentemente, a exibição de uma relação, uma vez que a articulação de “ a ” combinada com “ b ” por meio da relação “ R ” exibe de modo significativo que “ a ” está numa determinada relação “ R ” com “ b ”, e isso se mostra para nós dentro das relações do sinal proposicional “ aRb ”. O que nos fornece, como se vê, uma clara expressão de sua forma. Vale notar que, apesar de não explicitarmos o que “ a ”, “ b ” e “ R ” significam em si, uma sentença declarativa qualquer, somos capazes de visualizar suas relações internas por meio do posicionamento dos elementos do sinal proposicional. Vale ressaltar que, embora o sinal proposicional possa ser examinado a partir do posicionamento de seus constituintes, o sinal proposicional “ aRb ” não exibe o seu sentido sem que antes venhamos a confrontar o que ele figura no mundo.

Ademais, temos ainda que “O sinal proposicional consiste em que seus elementos, as palavras, nele estão, uns para os outros, de uma determinada maneira. O sinal proposicional é um fato.” (3.14). Com esse aforismo notamos que ser um fato é um elemento definidor do sinal proposicional. Em conformidade com aforismo 3.14, temos no nosso exemplo que o sinal proposicional “ aRb ” é um sinal proposicional se ele exprimir, por exemplo, a proposição “O Taj Mahal é maior que o Coliseu”, de modo que a variável “ a ” está associada ao “Taj Mahal”, a variável “ b ” ao “Coliseu” e “ R ” a relação binária ser “maior que”; o que é um fato e, conseqüentemente, uma expressão proposicional que veicula um fato.

Tendo caracterizado o sinal proposicional, devemos agora nos encaminhar para a segunda parte do aforismo que nos fornece pistas positivas sobre o espaço lógico, isto é, devemos investigar a noção de coordenadas lógicas associada ao sinal proposicional. A coordenada lógica associada ao sinal proposicional nada mais é do que a combinação (ou a sua possibilidade) de estados de coisas na constituição de fatos que estão associados a um sinal proposicional que o expressa. Nesse sentido, o lugar lógico enquanto uma região do espaço lógico se traduz por meio de uma proposição com sentido. Ademais, vale ressaltar que as regiões do espaço lógico podem ser consideradas tanto isoladamente quanto interseccionados, sendo justamente nessa articulação entre as regiões que a noção de coordenadas lógicas associada ao sinal proposicional deve ser entendida. Isto é, o sinal proposicional vinculado ao fato ou uma proposição com sentido delimita uma região no espaço lógico. De modo ilustrativo, consideremos vários pontos no espaço lógico, digamos, o estado de coisas $O.aRO.b$, onde “ $O.a$ ” é um objeto simples de um tipo lógico a , “ $O.b$ ” um objeto simples de um tipo lógico b , e R um relação binária, o estado de coisas $O.aA$, onde A é um predicado unário tomado convencionalmente enquanto um objeto simples e o estado de coisas $O.bB$, onde B é também um relação unária tomado convencionalmente enquanto um objeto simples. Podemos ver que o fato $O.aRO.b$ pode ser considerado uma região do espaço lógico quando delimitado por uma proposição correspondente, bem como, por exemplo, $O.aROb$, $O.aA$ e $O.bB$ articulados e delimitados por uma proposição é uma região, e desse mesmo modo, presumivelmente, como $O.aA$ e $O.bB$ são cada um uma região. Respectivamente, as proposições responsáveis por expressar cada região do espaço lógico correspondem, por exemplo, a proposição (aRb) , onde a é um nome correspondente ao objeto $O.a$, R é um predicado binário tomado convencionalmente como um nome simples correspondentes a relação binária R , e b é um nome correspondente ao objeto simples $O.b$, a proposição $((aA) e (Bb) e (aRb))$, onde a é um nome e A um predicado unário tomado convencionalmente como um nome simples, b um nome e B um predicado unário tomado convencionalmente como nome simples e a proposição (aRb) já explicitada.

Reiterando a comparação entre o espaço físico e o espaço lógico oferecida por Fogelin, e sustentando uma concepção instrutiva de coordenada lógica, Max Black afirma que:

Wittgenstein pensa em cada ponto no espaço físico como uma possibilidade — a possibilidade da existência de uma partícula material naquela posição. Similarmente, ele concebe uma proposição elementar como uma possibilidade atômica — um ‘ponto’ ou ‘posição’ ou ‘lugar’ (ein Ort) no espaço lógico: a

proposição é a possibilidade do fato atômico correspondente. De acordo com essa concepção, o espaço lógico é o sistema ordenado de todas as situações atômicas. As ‘coordenadas lógicas’ de uma proposição devem, portanto, ser um conjunto de especificações suficientes para determinar o sentido da proposição. Uma escolha natural para tais coordenadas seria o conjunto de nomes dos quais a proposição é composta. Cada nome na linguagem seria então considerado um ‘eixo de referência’ distinto e o número de ‘dimensões’ no espaço lógico seria o mesmo que o número de nomes — ou, o que é a mesma coisa, o número de objetos diferentes no mundo. De acordo com essa analogia, uma proposição complexa corresponderia a um ‘volume’, em vez de um ‘ponto’, no espaço lógico — cf. 4.463 sobre o ‘alcance’ de uma proposição (Black, 1966, p. 155, tradução nossa).

Observamos ainda que, de acordo com a passagem supracitada de Max Black, as coordenadas lógicas são condições determinantes para a proposição, uma vez que ela resulta da concatenação dos nomes, nos apontando, assim, para a coordenação subjacente da proposição enquanto conjunto de especificações suficientes que determinam o sentido proposicional³. Para o que nos é capital, cabe olhar para a noção de que os eixos de referência para a coordenação consistem nos nomes que constituem uma proposição. Com base nisso, podemos recapitular a importância da associação entre proposições e estado de coisas que estavam já à espreita ao abordarmos o papel das coordenadas lógicas para o sinal proposicional e o seu respectivo fato.

À luz do que foi exposto acima por Max Black, especificamente sobre ideia de que a escolha mais natural para as coordenadas lógicas é o conjunto de nomes, onde cada qual é tomado enquanto um eixo de referência distinto para a constituição de proposições atômicas, podemos elucidar, no nível das proposições atômicas, a comparação feita por Wittgenstein de que “o lugar geométrico e o lógico coincidem em serem ambos a possibilidade de uma existência” (3.411). Como um lugar geométrico se encontra em um espaço geométrico, devemos fornecer explicações sobre o que é um espaço geométrico aceitável, mobilizaremos, por isso, a concepção de coordenadas cartesianas para explicitar o espaço geométrico. Além disso, as coordenadas cartesianas nos servirão como um expediente explicativo para a concepção de Max Black acerca dos nomes enquanto eixos de referência. O espaço geométrico, do ponto de vista cartesiano, é um sistema de coordenadas constituído por duas retas perpendiculares, a saber, a ordenada e a abscissa. Cada reta é dotada de uma escala de elementos numéricos, de modo que, a partir de um

³ Devemos reconhecer que o conjunto de especificações suficientes enquanto condições de determinação do sentido da proposição é algo que pode, ao um olhar guiado pela ontologia do *Tractatus*, ser submetido a indagações, uma vez que o sentido da proposição está enraizando na substância do mundo, e não exclusivamente em um conjunto de regras especificadas. A distinção da contribuição ontológica e sintática para a proposição será visto nas próximas sessões.

par ordenado de valores numéricos pode se traçar linhas a fim de determinar tanto um ponto específico no espaço geométrico quanto qualquer ponto do espaço geométrico.

Tendo caracterizado brevemente a concepção de espaço geométrico, podemos, agora, estabelecer um paralelo entre um ponto do espaço geométrico com um lugar do espaço lógico que é o sinal proposicional. Seguindo a visão de Max Black, os nomes estão para o sinal proposicional tal como os elementos numéricos estão para o ponto determinado do espaço geométrico. Em outras palavras, os nomes podem ser representados como um par ordenado $(n \text{ e } n')$, onde, por analogia, o n expressa a ordenada e n' a abscissa. Adotando essa convenção e mantendo a convenção típica da escala numérica cartesiana, a concatenação de dois nomes que constituem um sinal proposicional pode ser representada, por analogia, pelo par ordenado $P(nx, n'y)$, e o ponto determinado por eles equivale a um sinal proposicional, consequentemente, um lugar no espaço lógico. Reparemos ainda que Wittgenstein afirma que o lugar lógico tal como o geométrico é a possibilidade para uma existência e não uma existência em si, essa ressalva não ameaça a nossa comparação dado a própria amplitude do espaço lógico. Vimos que o mundo é um arranjo articulado de fatos, os fatos no espaço lógico, e que o espaço lógico não se esgota no mundo, já que poderia haver outros mundos diferentes do nosso, isto é, mundos cujo os fatos estão arranjados de uma determinada maneira diferente. Ademais, sabemos que os estados de coisas simples que constituem esses arranjos possíveis de mundo podem ser expressos por proposições atômicas possíveis, e tais proposições são constituídas pelos mesmos tipos de nomes empregados para expressar os fatos. Embora as proposições possíveis não sejam verdadeiras, pois elas expressam o modo como as coisas poderiam ser e não aquilo que é o caso, elas podem ser mapeadas tal como qualquer ponto do espaço geométrico cartesiano pode ser mapeado por seu sistema de coordenadas. À vista disso, o lugar geométrico e o lógico apresentam a possibilidade para uma existência, ponto traçado no caso do espaço geométrico e sinal proposicional no caso do espaço lógico, na medida que ambos possuem condições para todas as possibilidades de concatenação que garantem a determinação de um lugar, especificamente no que diz respeito ao lugar lógico, ele deve fornecer condições para todas as possibilidades de concatenação que garantem o significado de cada nome em qualquer ocorrência possível.

Ainda sob as observações de Max Black, vemos em seus comentários rigorosos o levantamento de uma chave de leitura sobre o espaço lógico baseada na compreensão terminológica de duas expressões sinônimas presentes no aforismo 3.4:

[...] a palavra ‘coordenada’ pode ser vista como um sinônimo de *Zuordnung* (‘correlação’ ou ‘coordenação’) em 2.1514, 2.1515. As ‘coordenadas’ do signo proposicional são, então, os elos entre os elementos do signo e os objetos que eles representam. Consequentemente, 3.41 pode ser lido como: ‘O signo proposicional, juntamente com os significados atribuídos aos seus constituintes — é isso que queremos dizer com um “lugar lógico”. Observe que, nessa visão, a noção de ‘lugar lógico’ é muito próxima daquela do sentido de um signo proposicional (Black, 1966, p. 156, tradução nossa).

A tradução da palavra “coordenada lógica” em “*Zuordnung*” (coordenação) é justificada pelo domínio da figuração. Vimos que uma figuração representa um lugar possível no espaço lógico, agora, mediante a interpretação de Max Black, feita com base nos aforismos 2.1514 e 2.1515, temos que o termo “coordenada lógica” se traduz na coordenação entre os elementos que compõem a figuração e as coisas (objetos simples) ligada aos elementos da figuração (2.1514). A coordenação (coordenada lógica) também exerce o papel de antena, a qual coordena os elementos da figuração e permite que esses elementos toquem ou se conectem com a realidade (2.1515). Reparamos que, em vista da tradução do termo coordenada em “*Zuordnung*” (coordenação), as coordenadas lógicas desempenham seu papel em três níveis, isto é, no nível proposicional, na coordenação entre proposições factuais e lugares no espaço lógico, no nível dos nomes, na coordenação entre os elementos figurativos e, por fim, no nível do pensamento: “Na proposição, o pensamento pode ser expresso de modo que aos objetos do pensamento correspondam elementos do sinal proposicional” (3.2).

Os três níveis de coordenação se integram organicamente, tanto assim que a coordenação entre os elementos figurativos podem determinar um lugar do espaço lógico, e a partir da combinação das possibilidades entre os lugares lógicos se tem os mundos possíveis; como visto, caso tenhamos um fato teremos um lugar efetivo no espaço lógico expresso por uma sinal proposicional, sendo no sinal proposicional que o pensamento se expressa verdadeiro na medida que os elementos do sinal proposicional correspondem aos objetos do pensamento em comunhão com os objetos do mundo. Dentro desse quadro da coordenação em seus níveis integrados, e se valendo da analogia do espaço físico, Max Black destaca a coordenação no nível dos nomes:

Uma maneira alternativa de usar a analogia seria tomar nomes como coordenadas; o “lugar lógico” seria então concebido como um possível estado de coisas; e as coordenadas de uma dada proposição seriam os nomes dos quais ela é composta (possivelmente dispostos como um conjunto ordenado, se admitirmos que os mesmos nomes podem ser combinados em várias ordens). (Black, 1966, p. 157, tradução nossa).

Notemos que, as regiões do espaço lógico são estados de coisas possíveis, e que uma determinada região do espaço lógico está intimamente atrelada a sua figuração correspondente, uma vez que um estado de coisas possíveis só é concebível por meio de uma determinada proposição que o representa. Isso quer dizer que, os nomes que constituem a proposição são a condição de possibilidade para que ela, a proposição, possa tanto ter uma estrutura interna quanto ser capaz de determinar a localização de uma região no espaço lógico. Ora, se os nomes se organizam de uma maneira tal em uma determinada proposição de modo que ela reflete um fato mundano, temos naturalmente uma região do espaço lógico que faz parte do mundo atual. Mas, se esses mesmos nomes se organizam de uma outra maneira, compondo uma outra proposição, de modo que esta reflete um estado de coisas que poderia ter acontecido, mas que não aconteceu, temos naturalmente uma região do espaço lógico que não pertence ao nosso mundo, mas uma região do espaço que pode ser equiparada à noção de fato negativo. Nesse sentido, podemos selecionar regiões distintas do espaço lógico por meio de proposições com sentido, as quais podem ser definidas como regiões dotadas de complexidade, se selecionadas por proposições complexas. Logo, o lugar do espaço lógico não é meramente simples, mas na medida que um lugar do espaço lógico se intersecciona com outros lugares, o espaço lógico exprime sua complexidade interna.

A dificuldade de se encontrar uma métrica que nos permita delimitar o espaço lógico se deve à ausência de propriedades dimensionais. Sabemos, naturalmente, que o espaço físico tem quatro dimensões, que o espaço da geometria cartesiana tem três, mas não sabemos nada sobre o espaço lógico. Por isso, se realizarmos julgamentos em termos topológicos sobre o espaço lógico a fim de obtermos resultados frutíferos, devemos nos atentar para a possibilidade de estarmos cometendo um erro de categoria ao tentar explicitar um espaço metafísico a partir de métricas inerentes a espaços matemáticos ou físicos. Devemos nos atentar para a questão de que, se podemos extrair algum entendimento do espaço lógico a partir de outros espaços, como o espaço matemático ou o físico, isto é, por elucidações analógicas, assumimos, por isso mesmo, que nossos julgamentos são relativamente aproximativos. De modo escrupuloso, podemos fazer uso de analogias espaciais instrutivas para avançarmos em nosso empreendimento elucidativo na medida em que estamos conscientes de suas limitações.

Tendo em mente essas limitações, iremos continuar a explorar a comparação entre o lugar do espaço lógico e outros espaços, comparação que o próprio Wittgenstein realiza ao comparar o lugar do espaço lógico com o lugar do espaço geométrico no seguinte

aforismo: “O lugar geométrico e o lógico coincidem em serem ambos a possibilidade de uma existência.” (3.411) Ora, se sabe que o espaço geométrico é condição para uma gama diversa de figuras e linhas, contudo esse espaço se compromete com uma ontologia regional, isto é, com um grupo de entidades matemáticas que expressam uma pequena porção da totalidade da realidade, por sua vez, o espaço lógico é condição para a própria totalidade ontológica. Mediante a essa afirmação, podemos considerar que o espaço lógico é uma necessidade metafísica para a ontologia do Tractatus, uma vez que até mesmo as possibilidades imaginárias sobre estados de coisas dependem da possibilidade de combinação entre os lugares lógicos, e por consequência dependem do próprio espaço lógico.

Nessa perspectiva, estamos considerando o espaço lógico como a condição de possibilidade de uma existência de modo radical, não só da existência de um grupo determinado de estado de coisas ou de entidades, mas de qualquer estado de coisas possível, e sendo mais radical, de qualquer mundo possível que seja uma possibilidade dentro dos limites do espaço lógico.

Notadamente, vimos que além do mundo, a linguagem e o pensamento têm suas condições de possibilidade no espaço lógico. Nesse sentido, o comentador Michael Morris, em sua leitura do espaço lógico, nos informa sobre como o espaço lógico é um espaço a partir do qual podemos nos orientar em termos de linguagem, pensamento e mundo:

O que, então, é espaço lógico? Espaço lógico é um espaço de possibilidades. É um fato que Wittgenstein era rico; outro fato que Russell viveu até uma idade avançada; outro que Ramsey gostava de escalar montanhas. Mas os pais de Wittgenstein podem ter perdido seu dinheiro; Russell pode ter morrido jovem; Ramsey pode ter tido uma experiência abrasadora que o deixou com horror às colinas. Há, por assim dizer, muitos outros fatos que poderiam ter existido, mas não existem. Os fatos reais são apenas alguns dos fatos possíveis; eles existem, em certo sentido, entre todos os fatos possíveis. O que é possível marca a extensão do espaço lógico. Cada possibilidade é, por assim dizer, um local em um espaço de possibilidades. Apenas alguns desses locais são realmente ocupados — pelo que é realmente o caso (Morris, 2008, p. 26, tradução nossa).

Nessa passagem, vemos como Morris apresenta o espaço lógico enquanto espaço de possibilidades que nos orienta ontologicamente na medida em que podemos considerar tanto os estados de coisas existentes, que são parte do mundo, quanto os estados de coisas, que não são parte do mundo, mas que poderiam ser, tal como o fato de Russel poder ter morrido jovem, como uma possibilidade do espaço lógico. Desse modo, do ponto de vista ontológico, podemos ir até a onde o estado de coisas se configura como possibilidade do

espaço lógico. Do ponto de vista da linguagem, podemos ir até onde tudo aquilo que é retratável se configura como uma possibilidade do espaço lógico: “A figuração afigura a realidade ao representar uma possibilidade de existência ou inexistência de estados de coisas” (2.201). E, do ponto de vista do pensamento, podemos ir até onde tudo aquilo que é pensável se configura como uma possibilidade do espaço lógico: “O sinal proposicional empregado, pensado, é o pensamento.” Vale ressaltar que, se o sinal proposicional empregado reflete o pensamento, e se o sinal proposicional é um fato, o pensamento está associado ao espaço lógico enquanto emprego do sinal proposicional, o qual delimita um lugar no espaço lógico, então, pensar é pensar um fato empregando um sinal proposicional que reflete um lugar no espaço lógico. Com isso, temos agora três domínios articulados que estão intimamente associados ao espaço lógico, a saber, a linguagem, o mundo e o pensamento.

Resta ainda identificar, no interior da obra *tractariana*, quais são os lugares dos objetos. A identificação desse lugar próprio dos objetos nos permite explicitar, de um modo mais claro, dois espaços que, embora estejam relacionados, são tematizados de modos distintos por Wittgenstein, a saber: o espaço lógico e o espaço próprio dos objetos.

Mas, antes de passarmos ao espaço próprio dos objetos que é um espaço diferente do espaço lógico, iremos realizar uma digressão para compreendermos melhor o papel desempenhado pelos objetos na totalidade da obra *tractariana*. Em seguida, iremos retomar a distinção entre o espaço lógico e o espaço próprio dos objetos, bem como traçar a relação entre eles, para depois retomarmos o espaço lógico.

De acordo com Wittgenstein:

Assim como não podemos de modo algum pensar em objetos espaciais fora do espaço, em objetos temporais fora do tempo, também não podemos pensar com nenhum objeto fora da possibilidade de sua ligação com outros. Se posso pensar no objeto na liga do estado de coisas, não posso pensar nele fora da possibilidade dessa liga. (2.0122)

Se assim for, se o espaço lógico pode existir independentemente dos objetos simples, mas, por outro lado os objetos simples tão logo são concebíveis devem se encontrar em uma relação com outros objetos simples a partir do espaço lógico. Deste modo, é evidente que a relação seja um aspecto necessário, e por isso mesmo um objeto depende do outro dentro de uma rede articulada de objetos. Observamos ainda que, embora seja necessário o fato de não podermos considerar os objetos *fora da possibilidade de ligação*, nem por isso os objetos simples estarão necessariamente ligados

a todos os diferentes objetos possíveis aos quais eles poderiam se ligar. Ilustremos essa sutileza do seguinte modo: Consideremos a existência dos objetos (a), (b) e (c); a partir deles temos automaticamente as seguintes possibilidades de ligação $\langle(a), (b)\rangle$, $\langle(a), (c)\rangle$, $\langle(b), (c)\rangle$, $\langle(b), (a)\rangle$, $\langle(c), (b)\rangle$, $\langle(c), (a)\rangle$, $\langle(a), (b), (c)\rangle$, $\langle(a), (c), (b)\rangle$, $\langle(b), (a), (c)\rangle$, $\langle(b), (c), (a)\rangle$, $\langle(c), (b), (a)\rangle$ e $\langle(c), (a), (b)\rangle$. Mediante essas possibilidades de ligação que se traduzem em estado de coisas possíveis, vemos que o objeto simples (a) está possivelmente em relação com os objetos simples (b) e (c) nos seguintes estados de coisas possíveis $\langle(a), (b)\rangle$, $\langle(a), (c)\rangle$, $\langle(a), (b), (c)\rangle$, $\langle(b), (a), (c)\rangle$, $\langle(a), (c), (b)\rangle$, $\langle(c), (b), (a)\rangle$, $\langle(c), (a), (b)\rangle$ etc. Suponhamos que, no limite, um mundo M é composto somente do estado de coisas $\langle(a), (b), (c)\rangle$. O objeto simples (a) compõem o mundo M ao participar do estado de coisas $\langle(a), (b), (c)\rangle$, embora esteja em possíveis relações com outros estados de coisas que não compõem o mundo M, de modo que poderíamos facilmente conceber que ao invés de M tivéssemos M', o qual é composto por $\langle(a), (b)\rangle$. Nessa perspectiva, a relação do objeto simples (a) com os outros objetos é necessário, caso (a) exista, contudo nem todas as possibilidades de ligação com outros objetos ocorrem no mundo atual.

“O livro está em cima da mesa” é um estado de coisas possível porque “livro” é, para efeito argumentativo, um objeto simples, “mesa” é um objeto simples e “em cima de” é, para efeito argumentativo, um objeto simples. Uma vez que eles são objetos simples e que podemos substituir o objeto “livro” por “cinzeiro” na proposição “O livro está sobre a mesa”, ambos os objetos compartilham possibilidades combinatórias, de tal modo, que eles podem combinar com os mesmos objetos. O que é crucial ressaltar, aqui, é que a própria possibilidade combinatória dos objetos garante o estado de coisas possíveis, logo, os objetos, ao se concatenam de uma determinada maneira e não de outra, permitem a própria estrutura dos estados de coisas. Com isso, um dos fatores determinantes para que o estado de coisas seja possível é que ele seja constituído por objetos cuja relação com seus pares produz as inúmeras configurações ontologicamente concebíveis. A modalidade do estado de coisas em sua máxima extensão é intrínseca a substância do mundo, e os estados de coisas possíveis são justamente possíveis dado a totalidade dos objetos simples. Se o estado de coisas “Russel foi um bailarino renomado” é possível, tal estado de coisas deve ser capaz ocupar um lugar no espaço lógico.

Temos que, então, os objetos simples do mundo vêm antes das possibilidades do mundo, e as possibilidades do mundo vem antes do mundo. Embora possamos traçar essa precedência dos objetos em relação a modalidade do mundo, e da modalidade do mundo

em relação ao próprio mundo, não podemos traçar uma ordem regular dos objetos simples, isto é, ordena-los a nossa maneira, pois eles são epistemologicamente opacos, fazer isso nada mais é do que impor uma ordem de fora dos objetos simples, isto é, precisaríamos estar fora da substancia do mundo para ordena-la, e isso não parece possível justamente por não podermos nos retirar da substancia do mundo a fim de organiza-la, já que qualquer existência complexa que pretenda organizar algo já pressupõe a própria substância como estofó ontológico.

Os objetos se diferem, por assim dizer, em graus e não em tipo, pois, os objetos apresentam formas e se manifestam em suas concatenações que podem ser diferentes, alguns podem ter formas espaciais e outros temporais ou de cores tec., mas no limite, todos objetos têm uma forma, uma vez que a forma é seu caráter intrínseco.

Como vimos, o espaço lógico é um espaço apontado por proposições, e possibilita estados de coisas que são logicamente possíveis. Além disso, vimos que seus pontos são estado de coisas simples, e que as regiões são formadas pelas proposições que refletem estado de coisas complexos, isto é, proposições que expressam um estado de coisa complexo que aglutina dois ou mais estado de coisas simples, tais estados de coisas complexos são as regiões formadas por um conjunto de pontos.

Por outro lado, temos o espaço objetual, onde cada objeto encontra as suas possibilidades de concatenação com outros objetos com os quais pode se ligar. Nesse caso, podemos considerar, por exemplo, um objeto $O.a^4$, pode se concatenar com os objetos $O.c$, e $O.d$, $O.e$ e $O.f$. Nesse sentido, poderíamos dizer que cada objeto se encontra em uma classe onde cada membro só pode pertencer a essa classe se, e somente se, possuir as mesmas possibilidades de se combinar com outros objetos para com eles formar um estado de coisas possível. Digamos que a nossa classe seja a dos objetos $O.a$ e $O.b$, onde cada um deles pode se combinar com os mesmos objetos para formar estados de coisas possíveis em uma determinada concatenação, de modo que, se temos todos os estados de

⁴ As abreviações das classes de objetos seguem a seguinte convenção:

O.a: Objeto associado ao nome "Kripke".

O.b: Objeto associado ao nome "Ronaldinho Gaúcho".

O.c: Objeto associado à propriedade "é filósofo".

O.d: Objeto associado à propriedade "é bailarino".

O.e: Objeto associado à propriedade "é multi-instrumentista".

O.f: Objeto associado à relação "tem a mesma nacionalidade que".

Essas notações servem para expressar a concatenação de objetos simples em estados de coisas possíveis, como exemplificado no texto, onde pares e tríades de objetos formam proposições que ocupam regiões do espaço lógico.

coisas possíveis onde $O.a$ ocorre, temos então todos os estados de coisas possíveis onde $O.b$ ocorre. Digamos que, para tornar mais intuitiva esta explicitação sobre o espaço dos objetos simples, temos para cada objeto um nome que se liga inequivocamente a apenas um objeto, estipulemos então os nomes como sendo “Kripke” correspondente a $O.a$, “é filósofo” correspondendo a $O.c$, “é bailarino” correspondendo a $O.d$, “é multi-instrumentista” correspondendo a $O.e$, “Ronaldinho Gaúcho” a $O.b$ e “tem a mesma nacionalidade que” correspondendo a $O.f$. Deste modo, seguindo o *princípio* de concatenação dos objetos, teremos a totalidade combinatória na qual o nome Kripke pode ocorrer, sendo ela: “Kripke é filósofo”, Kripke é bailarino, “Kripke é multi-instrumentista”, “Kripke tem a mesma nacionalidade que Ronaldinho Gaúcho”, ou seja, $\langle O.a, O.c \rangle$, $\langle O.a, O.d \rangle$, $\langle O.a, O.e \rangle$, e $\langle O.a, O.f, O.b \rangle$. Tendo em conta as possibilidades combinatórias assinaladas por $O.a$ e seu correlato linguístico “Kripke”, podemos dizer que $O.b$, cujo correlato linguístico é “Ronaldinho Gaúcho”, ocupam a mesma classe de objetos. Cumpre dizer que, poderíamos inserir indefinidamente mais nomes e estender as combinatórias do nome “Kripke”, mas o importante a ressaltar que, ao estar ligado a um objeto simples, o nome preserva a mesma quantidade de possibilidades de combinação que o objeto, podendo assim formar proposições que exprimem estados de coisas, pontos ou regiões no espaço lógico.

Ademais, notemos que em nossa singela amostragem de concatenação de objetos simples, o espaço objetual de $O.a$ é o mesmo que o de $O.b$. De modo que, todas as regiões ou pontos do espaço lógico em que $O.a$ pode ocorrer, $O.b$ também pode. O espaço onde cada objeto encontra as suas possibilidades de concatenação com outros objetos com os quais pode se ligar coincide com a forma dos objetos, isso está expresso por Wittgenstein nos seguintes aforismos: Dois objetos da mesma forma lógica - desconsideradas suas propriedades externas - diferenciam-se um do outro apenas por serem diferentes” 2.0233 e em “Espaço, tempo e cor (ser colorido) são formas dos objetos” 2.0251. O que se segue dos aforismos 2.0233 e 2.0251 é que $O.a$ e $O.b$, embora possuam propriedades externas distintas, são idênticos no nível formal, e que os espaços objetuais de $O.a$ e de $O.b$ apresentados em nossa amostragem, são os mesmos, sendo eles: $\langle O.a, \underline{O.c} \rangle$, $\langle O.a, \underline{O.d} \rangle$, $\langle O.a, \underline{O.e} \rangle$, e $\langle O.a, \underline{O.f}, O.b \rangle = : \langle O.b, \underline{O.c} \rangle$, $\langle O.b, \underline{O.d} \rangle$, $\langle O.b, \underline{O.e} \rangle$, e $\langle O.b, \underline{O.f}, O.a \rangle$. Vale ressaltar que, quando afirmamos que $O.a$ e $O.b$ compartilham o mesmo espaço objetual, o estado de coisas representado por $\langle O.b, O.f, O.a \rangle$ cuja contra parte linguísticas é “Ronaldinho Gaúcho tem a mesma nacionalidade que Kripke”, não entra em contradição no nível das propriedades internas com o estado de coisa representado

por $\langle O.a, O.f, O.b \rangle$, cuja contra parte linguística é “Kripke tem a mesma nacionalidade que Ronaldinho Gaúcho”, pois o fato deve ser visto como algo contingente, isto é, se pensarmos na relação envolvida com indivíduo Kripke em nosso mundo como “alguém que nasceu nos Estados Unidos”, e por isso não nasceu no Brasil, no mesmo do que Ronaldinho Gaúcho, devemos considerar essa relação como algo contingente. Por outro lado, em termos de possibilidade de concatenação formal, tanto “Kripke” quanto “Ronaldinho Gaúcho” estão vinculados a objetos cujo espaço objetual é o mesmo, de modo que tanto “Kripke” quanto “Ronaldinho Gaúcho” compartilham a mesma possibilidade de “ter a mesma nacionalidade que”, e uma vez o enfoque é a identidade de objetos que possui as mesmas possibilidades (formas) de se combinar com outros objetos para com eles formar um estado de coisas possível, e ambos se enquadram na classe de objetos cujo tempo é uma de suas formas, qualquer tensão entre $\langle O.b, O.f, O.a \rangle$ e por $\langle O.a, O.f, O.b \rangle$ pode ser dissolvida.

Curiosamente, se substituirmos a relação binária “tem a mesma nacionalidade que” correspondente a $O.f$, a qual quando concatenada com $O.a$ e $O.b$ preserva a relação de reflexividade entre o nome “Kripke” e o nome “Ronaldinho Gaúcho”, pela relação binária “é mais velho que”, veremos que, no que diz respeito ao nosso singelo espaço amostral de concatenações de $O.a$ e $O.b$, $O.a$ e $O.b$ não teriam o mesmo espaço objetual. Uma vez que aceitarmos que $O.a$ e $O.b$ tenham o mesmo espaço objetual no qual a relação binária “é mais velho que” faz parte, teremos que aceitar o intragável estado de coisas possível: “Ronaldinho Gaúcho é mais velho do que Ronaldinho Gaúcho”.

Com isso, podemos assumir que a classe supracitada de $O.a$ e $O.b$ possui um espaço objetual determinado. Assim, cada ponto do espaço lógico está associado a um espaço objetual para cada objeto simples possível neste espaço, pois cada objeto contém a possibilidade de todas as suas situações. Devido aos inúmeros objetos com formas distintas, existem formas _no sentido técnico do *Tractatus*_ de combinação distintas e, por isso mesmo, classes distintas. Contudo essas classes não estão hermeticamente fechadas em si, sendo não relacionáveis com as outras classes, pelo contrário, elas podem se relacionar entre si.

Obviamente, há uma forte ligação entre o espaço objetual e o espaço lógico, mas, se pudéssemos se quer supor uma fronteira entre o espaço objetual e o espaço lógico, tal fronteira seria porosa. Uma vez que admitamos isso, podemos dizer que o espaço lógico poderia ser pensado, então, como o conjunto total de estado de coisas possíveis, existentes e inexistentes, o qual poderia ser obtido quando induzido pelos espaços objetuais, claro, se

tivermos todos os espaços objetais. Deste modo, se tivéssemos todo o espaço lógico, poderíamos determinar cada um dos espaços objetais, inversamente, se tivéssemos os espaços objetais de todos os objetos, poderíamos determinar todos os pontos do espaço lógico. Notemos que, embora haja essa relação de mútua determinação quando temos pelo menos uma dentre as duas totalidades, a saber, ou do espaço lógico ou da totalidade dos espaços objetais, ambos são espaços distintos e igualmente fundamentais para a linguagem *tractariana*.

4 - SUBSTÂNCIA

Depois de termos empreendido um sobrevoo acerca do espaço lógico e sua relação com os eixos temáticos vitais da obra, iremos, agora, abordar os tópicos relevantes de modo mais detido a fim de levantar possíveis implicações metafísicas do *Tractatus* e, a partir disso, traçar os limites e as possibilidades dessa visão. Ademais, em contraposição às possíveis implicações metafísicas que serão delimitadas, iremos mobilizar uma visão antimetafísica sobre o *Tractatus* com o intuito de enriquecer a nossa visão sobre como alguns tópicos da obra ainda se mantem abertos a disputa hermenêutica atual, gerando, assim, um contexto de reflexão promissor e vivo sobre os diferentes entendimentos possíveis sobre o *Tractatus*.

A substância é por excelência o ponto de entrada para iniciarmos o empreendimento investigativo sobre as possíveis implicações metafísicas da obra. Nesse sentido, o fio condutor do nosso entendimento acerca do que é a substância consiste na questão de qual é a relevância teórica da postulação da substância no *Tractatus*?

Como veremos, a noção de substância é completamente fundamentada na noção de objetos simples. Por isso, cabe dizer que embora a nossa investigação sobre os objetos simples tenha sido feita sob a luz de hipóteses de trabalho rigorosas, nós não vinculamos as explicações dadas a qualquer ponto de vista metafísico e nem antimetafísico, justamente porque, ao avaliarmos os objetos simples, estávamos apenas em busca do entendimento do papel dos objetos simples para a estruturação do espaço lógico. Contudo, agora queremos buscar entender o estatuto metafísico dos objetos simples e suas implicações, bem como confrontar tal visão com a linha de pensamento antimetafísico.

As perguntas que estarão no centro de nossa investigação serão: Qual é a importância da substância para a história da filosofia? O que é substância no *Tractatus*?

O que significa uma visão metafísica sobre ela no *Tractatus*? Qual é a relação da substância com a fundamentação do significado das proposições com sentido de nossa linguagem? Começaremos a responder o primeiro questionamento com o objetivo de lançar luz sobre algumas teses filosoficamente elementares sobre a substância.

4.1 – Substância aristotélica

A concepção de substância possui uma vasta carga histórica do ponto de vista filosófico, de modo tal que ela pode ser examinada em diversos autores, períodos históricos e teorias filosóficas. No entanto, para o que nos interessa, segundo o que foi exposto até aqui, iremos destacar duas maneiras de se considerar a concepção de substância. Sendo elas a da substância enquanto indivíduos particulares, que remonta a Aristóteles e se estende a outros autores, e a da teoria dos pacotes, que remonta a Hume e que também se estende a outros autores. Essa inflexão sobre essas duas maneiras de compreender a concepção de substância é pertinente, pois irá nos fornecer perspectivas que nos colocaram em melhores condições interpretativas de avaliar o que pode estar metafisicamente implícito no conceito de substância mencionado por Wittgenstein no *Tractatus*.

A preocupação com a concepção de substância reflete, em Aristóteles, uma preocupação ontológica sobre a existência em seu modo primário e fundamental. Podemos considerar a substância aristotélica como a primeira forma de existência, em que todas as outras dependem, sendo primordial e subjacente a todas as outras coisas. Nesse sentido, segundo o comentador Jonathan Barnes “as substâncias são, por definição, itens ontologicamente primários Fs são substâncias na medida em que a descrição do que é para Fs existir não inclui nenhuma referência ao que é para qualquer outra coisa existir.” (BARNES, 1995, pg.90). Isso quer dizer que a substância não depende de qualquer outra entidade para que possa existir, por isso, ela é tomada como uma entidade independente e primária. Por consequência, entidades que precisam de outras entidades para existir não podem ser consideradas substância, tal como qualidades como a brancura ou feiura, por exemplo. Como cita Barnes, essas características podem ser observadas na metafísica Beta de Aristóteles, evidenciando que “as coisas são chamadas de substâncias de duas maneiras: uma substância é tudo o que é um sujeito último, o que não é mais dito de qualquer outra coisa; e uma substância é isto e aquilo que também é separável”

(Aristóteles, apud BARNES, 1995, p. 91). Novamente, temos um critério de determinação de substâncias, isto é, que algo só poderia contar como uma substância se ela for tão ontologicamente fundamental a ponto de não precisarmos recorrer a nenhuma outra entidade além dela mesma para podermos identificarmos sua existência. Por isso, esse tipo de entidade seria, além de fundamental, separável. Uma maneira corriqueira, mas ainda assim útil, de entender essa ideia seria pensar em como o indivíduo Sócrates pode ser enquadrado nesse critério. Nesse sentido, Sócrates seria fundamental porque na ordem da razão predicativa não podemos extrair Sócrates de outras entidades que estão presentes nele. Isto é, não podemos extrair Sócrates da brancura ou da qualidade de possuir uma cor, não podemos extrair o indivíduo Sócrates do lugar Grécia, ou até mesmo da relação de ser mestre de Platão. Contudo, podemos aplicar a engenharia reversa, e extrair qualidades, lugares e relações do indivíduo Sócrates. Isso porque as entidades como lugares, cores e relações têm a sua razão de ser em função de substâncias tal como Sócrates. Em outras palavras, uma cor existe quando é cor de algo. Assim, se Sócrates é branco, a brancura depende de Sócrates. Mas, o contrário procede. Pois, Sócrates poderia ficar muito tempo exposto ao sol e ficar vermelho ou marrom, por exemplo. Nessa circunstância, Sócrates ainda se mantém o mesmo diante da mudança de cor. Argumentativamente, Sócrates não deixou de ser Sócrates ao mudar de cor. Do mesmo modo, se Sócrates perdesse as suas pernas num acidente trágico, e por isso ficasse menor, ele não deixaria de ser Sócrates. Por isso, do ponto de vista aristotélico, o indivíduo Sócrates é separável de seus atributos. Além de que, devemos enfatizar, é a partir de Sócrates que seus atributos são considerados, de modo que, sem Sócrates a sua brancura poderia existir, não autonomamente. Isso nos leva ao fato de que as substâncias são fundamentais porque é a partir delas que outras entidades podem ser consideradas. Contudo, ao admitirmos que a substância é primária, independente e individual, não podemos perder de vista que ela também está constantemente associada à propriedades, ou seja, as substâncias ou indivíduos nunca se apresentam destituídos completamente de qualidades. Uma maneira de apresentar essa relação entre substância e suas qualidades seria dizer que substância é o centro de referência a partir do qual outras categorias ontológicas poderiam existir, ou seja, as propriedades e relações. Analogamente, as substâncias seriam almofadas e suas qualidades seriam como os alfinetes espetados nela. Ou seja, as substâncias são substratos que sustentam suas qualidades.

Vale dizer que, essas características distintivas também podem ser encontradas em outros escritos de Aristóteles. Na obra *Categorias*, por exemplo, a substância recebe

a seguinte compreensão: “Substância é a que é dita, no sentido mais fundamental, primeiro e absoluto, a que não é dita de nenhum sujeito, nem está em algum sujeito, por exemplo, o homem individual e o cavalo individual. (Aristóteles, 1b 25 - 2a 11).

Ainda na *Categorias*, podemos aproximar o nosso entendimento sobre o lugar ontológico central das substâncias em relação às suas qualidades quando Aristóteles fala sobre expressões que são sinônimas, homônimas e parônimas. No tocante, respectivamente, a essas três concepções, Aristóteles nos diz (Aristóteles, 2019, 1a 1 – 12b):

Homônimas são ditas as coisas das quais só o nome é comum, enquanto, para o nome, o enunciado da essência é outro. Por exemplo, animal é tanto o homem quanto o [seu] retrato, pois somente o nome deles é comum, enquanto, para o [mesmo] nome, o enunciado da essência é outro. Com efeito, se alguém quiser dar conta do que é o ser para o animal, em relação a cada um deles, dará um enunciado próprio a cada um. Dizem-se sinônimas as coisas cujo nome é comum e, segundo o nome, o enunciado da essência é o mesmo, por exemplo, animal é o homem e o boi, pois cada um deles é chamado pelo nome comum animal, enquanto o enunciado da essência é o mesmo. Com efeito, se alguém quiser dar conta do que é, para cada um deles, o ser do animal, dará um mesmo enunciado. Parônimas são ditas todas as coisas que, diferindo-se de uma outra coisa pela desinência, obtêm a denominação pelo nome; assim, da gramática, o gramático; e da coragem, o corajoso.

Em outras palavras, Aristóteles nos adverte acerca de certas peculiaridades semânticas que algumas expressões podem carregar. Sobre isso, percebemos com Aristóteles que expressões homônimas são idênticas quanto a um nome a nível da escrita ou da pronúncia, mas, distintas quanto ao seu significado, ou quanto ao enunciado de sua essência, como coloca Aristóteles. A palavra “banco”, por exemplo, pode ter, em um determinado enunciado, o significado de uma instituição financeira, mas em outro enunciado pode exprimir o significado de um acento que pode ser compartilhado em uma praça pública. Os sinônimos, por sua vez, são termos que podem ser distintos a nível da grafia e da pronúncia, mas que compartilham o mesmo significado, tais como “cão” e “cachorro” ou “falecer” e “morrer”. Já as parônimas são expressões que possuem uma relação de semelhança baseada na derivação. Ou seja, um termo tem o seu significado derivado de um outro termo, tal como corajoso que é derivado de coragem. As expressões que podem ser classificadas como parônimas merecem destaque aqui, pois a maneira pela qual os significados são derivados entre termos parônimos pode iluminar a maneira pela qual qualidades se relacionam com substâncias. Isto é, tal como existe um significado central a partir do qual certas palavras têm os seus significados derivados, e por isso

mantém uma relação de dependência e podem ser explicadas a partir desse significado central, a substância se encontra em uma posição análoga, sendo o ponto de referência central a partir do qual qualidades dependem e podem ser explicadas. Podemos entender isso, segundo Barnes, da seguinte maneira:

Considere a palavra "saudável": um atleta, um esporte, uma aparência e uma dieta, digamos, podem ser chamados de "saudáveis". Milo é saudável, e a luta livre também - mas eles não são saudáveis da mesma forma: o que é para Milo ser saudável não é o mesmo que ser saudável para a luta livre. (Milo e luta livre não são sinônimos de "saudável".) Mas as duas maneiras de ser saudável certamente não são desconectadas uma da outra - Milo e luta livre, como Aristóteles coloca em outro lugar, não são meramente "homônimos casuais". Em vez disso, a forma como a luta livre é saudável é parasitária sobre a forma como Milo é saudável; pois o que é para a luta ser saudável é tender a produzir ou conservar saúde em seus praticantes - a luta livre é saudável na medida em que torna saudáveis pessoas como Milo (Barnes, 1995, p.76, tradução nossa).

Do que foi dito acima, observamos que a ideia de expressões parônimas, ao serem aplicadas sobre a relação entre substâncias e qualidades, nos oferece uma imagem geral de como as entidades do tipo substância ocupam um lugar central na ontologia, enquanto as qualidades derivam desta última. Uma consequência disso é que as qualidades existem somente porque substâncias existem. Nessa perspectiva, Barnes nos diz:

Veja um acidente típico, algo que se enquadra na categoria de qualidade. Tome a loucura. A loucura existe, não há como negar; e parece eminentemente plausível pensar que a loucura é um acidente. Pois a loucura é certamente um acidente de tolos, ou, mais precisamente, de seres humanos tolos. Ou seja, a tolice existe se e somente se certas substâncias existentes forem tolas. A existência da loucura é, portanto, derivada ou parasita da existência de substâncias tolas. Claramente, o que acabou de ser dito sobre a loucura se aplicará igualmente, *mutatis mutandis*, à sabedoria. Claramente, o que pode ser dito da tolice e da sabedoria pode ser dito das qualidades em geral: as qualidades são acidentes, sua existência derivando ou focando na existência de substâncias dessa maneira - uma qualidade Q existe apenas na medida em que alguma substância é Q-ish (BARNES, 1995, pg.80).

A qualidade como o marrom e a condição de ser um animal só podem existir quando a cor e o gênero se referem a um determinado indivíduo, como um cavalo, por exemplo. Sendo assim, as não substâncias só podem existir nas substâncias. Podemos proveitosamente dizer que, elas correspondem, respectivamente, às nossas intuições mundanas sobre indivíduos e suas propriedades. Ainda sobre essa relação entre substâncias e não substâncias, Aristóteles afirma:

Em verdade, todas as outras coisas ou são ditas dos sujeitos, que são substâncias primeiras, ou são elas que estão nesses mesmos sujeitos. Isto se torna evidente, a partir de cada um dos casos particulares que se considera; por exemplo, animal se predica de homem, pois, se não fosse predicado de nenhum homem individual, também não seria predicado do homem em geral. Por sua vez, a cor está no corpo em geral, por tanto, também está em um corpo individual. Com efeito, se não estivesse em algum dos corpos particulares, não estaria no corpo em geral. Por conseguinte, todas as outras coisas ou se dizem das substâncias primeiras subjacentes, ou existem nessas mesmas subjacentes. Não existindo, portanto, substâncias primeiras, é impossível que haja alguma das outras coisas, pois todas as outras coisas são ditas desses sujeitos ou estão nesses mesmos sujeitos. Por conseguinte, não havendo substâncias, é impossível haver alguma das outras coisas (Aristóteles, 2a 34).

Observamos facilmente o estatuto de primazia e de independência ontológica da substância. Ademais, notamos que tanto o homem individual quanto o cavalo individual são exemplos do que Aristóteles entende como substância. Desse modo, podemos dizer que, de maneira mais fundamental, as substâncias são indivíduos naturais e não suas qualidades ou propriedades. Nessa mesma linha de pensamento, nos diz Barnes:

De acordo com Aristóteles, objetos físicos comuns de tamanho médio são substâncias paradigmáticas; e o paradigma entre os paradigmas estão os objetos naturais - cavalos e hortênsias, cabras e gerânios, patos e dalias. As coisas que vemos ao nosso redor - os itens que, como afirma Aristóteles, são "mais familiares para nós" em vez de "mais familiares por natureza" - são a mobília fundamental do mundo. Nem a ciência técnica nem a metafísica sutil são necessárias para responder à eterna pergunta "O que é substância?": a resposta está diante de nossos narizes (BARNES, 1995, pg.98).

Podemos ainda observar, em relação à primazia da substância sobre outras entidades, a afirmação de Aristóteles nessa mesma direção:

Mas "primeiro" se diz de muitos modos; não obstante, de qualquer modo a essência é primeira: tanto pela definição, como também na ordem do conhecimento e no tempo. De fato, nenhum dos outros predicados é separável, mas apenas ela. Também pela definição ela é primeira: é necessário que a definição da essência esteja contida na definição de cada um deles. E julgamos conhecer cada coisa sobretudo quando conhecermos o que ela é (o que é o homem ou o fogo), mais do que quando conhecemos de que qualidade ela é, de que quantidade ela é, ou onde ela está – visto que também conhecemos cada um destes exatamente quando conhecemos o que é o "de tal quantidade/" ou o "de tal qualidade" (Aristóteles, 1028a 31).

Com efeito, a tese da substância aristotélica a posiciona como um tipo de ser básico e fundamental em relação às outras categorias da realidade. Outra maneira de distinguir as entidades que são substâncias é compreender dois modos de predicação que nos permitem apreender os diferentes tipos de existência que compõem a estrutura da

realidade. Essa maneira de distinguir é expressa naquilo que pode ser dito de (legetai) e dito em (en). Sob essa maneira de distinguir, podemos dizer que há coisas que podem ser distinguidas por ser ditas de e ditas em outras só ditas de, algumas só ditas em, e ainda há aquelas que não podem ser ditas de nem ditas em. Nessa passagem, estamos considerando, sem grandes aprofundamentos interpretativos, que o termo “essência” é intercambiável com o termo “substância”. Assim, conforme Aristóteles:

Das coisas que são, umas são ditas de um sujeito, não estando em um sujeito; por exemplo, homem é dito de sujeito, de um homem individual, não estando em nenhum sujeito. Outras estão em sujeito, não sendo ditas de nenhum sujeito. Digo estar em sujeito aquilo que está em uma coisa não como sua parte, mas que não pode estar fora daquilo em que está. Por exemplo, um certo conhecimento gramatical está no sujeito, na alma, não sendo dito de nenhum sujeito; e uma certa brancura está em sujeito, no corpo — pois toda a cor está em algum corpo —, mas não é dita de nenhum sujeito. Outras coisas são ditas de um sujeito e estão em um sujeito. Por exemplo, o conhecimento, estando em um sujeito, na alma, é dito de um sujeito, da gramática. Outras nem estão em um sujeito, nem são ditas de sujeitos —por exemplo, o homem individual, o cavalo individual —, pois nenhuma das coisas desse tipo está em sujeito, ou é dita de sujeito. E, simplesmente, os indivíduos e o que é numericamente um não são ditos de nenhum sujeito, apesar de nada impedir alguns de estarem em sujeito. Ora, um certo conhecimento gramatical é uma das coisas que estão em sujeito (Aristóteles, 1a 20).

Previsivelmente, uma consequência dessa abordagem de Aristóteles é a da centralidade da substância em relação a outras categorias de existência. Notamos que tanto o que cai sob o escopo de dizer de quanto as que caem sob o escopo de dizer em estão dependentes dos sujeitos, contudo, devemos destacar que, como apontado por Aristóteles, aquilo que é dito de um sujeito diz respeito a algo que o determina enquanto tal, o que não é o caso sobre o que é dito em. Pois, se dissermos de Platão que ele é um ser humano, não estamos dizendo que isso seja algo que está em Platão como algo que pode acompanhá-lo hora ou outra, mas sobre um atributo que determina a classe de indivíduos da qual ele é membro. Por isso, Aristóteles diz que pode ser dito de Platão, embora não esteja em Platão. Enquanto a brancura está, contingentemente, acompanhando Platão, mas, pode deixar de acompanhá-lo se Platão se bronzear. Então, não é dito de Platão que ele é branco, mas, sim, é dito que ser branco é algo que está em Platão. Há que se destacar os indivíduos como homens e cavalos não são ditos de e nem estão em algo. Isso nos leva a considerar que cavalos e homens individuais não existem dependendo de outras entidades e nem são atributos determinantes de certas entidades.

Ainda podemos considerar essa maneira de distinguir as entidades da realidade a partir de uma esquematização instrutiva proposta por Shields (2007, pg. 155):

Said-of?	In?	Type of being Example
Yes	Yes	Non-substance universal White
Yes	No	Secondary substances Human
No	Yes	Non-substance particulars This knowledge of grammar
No	No	Primary substances This horse; this human

Tendo essas distinções em vista, podemos acrescentar que quando estamos predicando de uma entidade a maneira dito de, estamos predicando algo que lhe é essencial, ao passo que quando predicados a maneira *dito em* estamos predicando de uma entidade algo que não é essencial. A título de exemplo, quando dizemos que Platão é humano, estamos realizando uma predicação a maneira *dito de* ou seja, predicando algo que é essencial a Platão, a saber, ser humano. Ao passo que, quando dizemos que Platão é forte, estamos dizendo algo da maneira dito em. Nesse exemplo, Platão não poderia ser o que é se não fosse um ser humano, o que pode ser captado pela predicação dito de. Por outro lado, Platão pode muito ter sido uma pessoa fraca fisicamente. Pois, a força não é algo sem o qual Platão deixaria de ser o que é. Assim, aquilo que é dito de nos aponta para atributos intrínsecos de uma entidade, enquanto o que é dito em nos aponta para atributos extrínsecos de algo. Assim, conforme Christopher Shields:

(...) para entender a abordagem geral de Aristóteles para instanciamento ou exemplificação é apreciar os dois tipos de predicações capturadas por ser dito de (*legetai*) e em (*en*). Embora a linguagem precisa de essência e acidente esteja ausente dessa passagem, os exemplos usados por Aristóteles sugerem fortemente que ele está rastreando exatamente essa distinção. Se assim for, diz-se que F é dito de x justamente quando F é predicado essencialmente de x. Em contraste, diz-se que F está em x, exatamente quando F é predicado acidentalmente de x. (Shields, 2007, p. 154, tradução nossa).

Com isso, podemos dizer que indivíduos particulares como Sócrates, Shakespeare ou Bucéfalo não podem ser predicados justamente porque são objetos centrais de predicação tanto em relação às entidades ditas de quanto às ditas em um sujeito. Isto é, eles são sujeitos da predicação, mas não são predicados de nenhum sujeito, como bem coloca Aristóteles (2a 19 - 34):

A partir do que já foi dito, torna-se evidente que, das coisas que são ditas do sujeito, é necessário que tanto o nome quanto o enunciado sejam predicados do sujeito. Por exemplo, homem é dito de um sujeito, do homem individual, e o nome se predica, pois homem é predicado de homem individual, li também o enunciado de homem será predicado de homem individual, pois o homem individual também é homem. Por conseguinte, tanto o nome quanto o enunciado serão predicados do sujeito. Entretanto, na maior parte das coisas que estão em sujeito, nem o seu nome, nem o seu enunciado são predicados do sujeito. Em algumas, porém, nada impede que o nome seja predicado do sujeito, mas ao enunciado isso é impossível. Assim, o branco, estando em um sujeito, em um corpo, é predicado do sujeito, pois o corpo é dito branco. O enunciado de branco, entretanto, jamais se predica do corpo.

Em verdade, todas as outras coisas ou são ditas dos sujeitos, [que são] substâncias primeiras, ou são elas que estão nesses mesmos sujeitos. Isto se torna evidente, a partir de cada um dos casos particulares que se considera; por exemplo, animal se predica de homem. E também animal será predicado de um homem individual, pois, se não fosse predicado de nenhum homem individual, também não seria predicado do homem em geral. Por sua vez, a cor está no corpo em geral, por tanto, também está em um corpo individual. Com efeito, pois se não estivesse em algum dos corpos particulares, não estaria no corpo em geral. Por conseguinte, todas as outras coisas ou se dizem das substâncias primeiras subjacentes, ou existem nessas mesmas subjacentes. Não existindo, portanto, substâncias primeiras, é impossível que haja alguma das outras coisas, pois todas as outras coisas são ditas desses sujeitos ou estão nesses mesmos sujeitos. Por conseguinte, não havendo substâncias primeiras, é impossível haver alguma das outras coisas.

Ademais, no *Categorias*, incluindo a substância, Aristóteles propôs dez categorias do Ser, sendo elas a substância, qualidade, quantidade, relação, lugar, onde, quando, fazer, sofrer, posição. De modo que, cada uma delas compõe a base fundamental para expressarmos linguisticamente os diferentes modos possíveis da realidade. Nas palavras de Aristóteles:

Numa palavra, substância é, por exemplo, homem, cavalo; e é quantidade, por exemplo, dois côvados, três côvados; e qualidade, por exemplo, branco e gramatical; e relação: metade, maior; e onde: no Liceu, na ágora; e quando: ontem, antes; estar em uma posição: está deitado, está sentado; e ter: está calçado, está armado; e fazer: por exemplo, cortar, queimar; e sofrer: ser cortado, ser queimado (Aristóteles, 1b 25).

Tendo estabelecido as categorias e a centralidade da substância para elas, devemos notar que cada categoria cumpre um papel vital para que possamos articular os nossos termos a fim de captar linguisticamente a realidade. Com isso queremos dizer que nenhuma categoria por si só, nem mesmo a substância, pode nos dar condições para captarmos a realidade. Pois, é a partir da combinação entre categorias de uma maneira apropriada que somos aptos a expressarmos estados de coisas de fato. À vista disso, é

razoável dizer que as entidades que configuram as categorias ontológicas primárias objetos ou indivíduos, e de maneira complementar, às outras categorias ontológicas são as propriedades. Dessa maneira, a contrapartida linguística das entidades ontológicas mais fundamentais, os indivíduos ou objetos são os sujeitos das sentenças, enquanto as propriedades ou atributos predicáveis de qualquer entidade primária são predicados.

Com isso, temos posto um paralelismo entre sujeitos e predicados linguísticos e indivíduos e propriedades, respectivamente. O que nos permite estruturar sentenças complexas como “Hoje Sócrates está exercendo a sua sabedoria no templo de Atenas para cinco jovens”. Nessa frase, é facilmente detectável várias categorias de estabelecidas por Aristóteles. Os termos “Sócrates”, “exercendo”, “sabedoria”, “templo” e “cinco” correspondem, respectivamente, às categorias de lugar, substância, fazer, qualidade, lugar e quantidade. De fato, para Aristóteles, a combinação das categorias é fundamental, uma vez que elas em conjunto e combinadas adequadamente nos fornecem um poder expressivo muito frutífero sobre a realidade. Consoante a isso, Aristóteles diz que:

Cada uma dessas coisas já ditas, por si mesma, nada afirma, mas é pela complexão delas entre si que acontece a afirmação. Com efeito, toda a afirmação parece ser verdadeira ou falsa; e, das coisas ditas sem complexão, nenhuma é verdadeira ou falsa, por exemplo, homem, branco, corre, vence. (Aristóteles, 2a 4).

Ainda sobre a substância aristotélica, por mais que tenhamos fornecido evidências textuais sobre o seu lugar central na arquitetura ontológica, sobretudo, no *Categorias*, ainda devemos delinear, finalmente, os traços constitutivos que tornam a categoria da substância tão elementar em relação às demais. Já vimos que os representantes das substâncias são os objetos particulares, e que eles são objetos de predicação segundo os quais as outras categorias ontológicas dependem. Por isso, é uma categoria ontológica irreduzível. Contudo, ainda falta delinear algumas de suas características a partir das quais ela se distingue em definitivo de qualquer outra categoria ontológica. A primeira delas diz respeito ao seu caráter de ser particular, ou seja, que a substância é uma numericamente, de modo tal que qualquer entidade que caia sob o escopo da categoria da substância é identificada como um indivíduo particular. Por isso não é instanciada em qualquer outro objeto. Em outras palavras: “Toda substância parece significar *algum isto*. Em relação às substâncias primeiras, é incontestavelmente verdadeiro que significam algum isto, pois o que é revelado é individual e numericamente um.” (Aristóteles, 3b 10). A segunda delas destaca o fato de as substâncias não admitirem contrários. Isso porque

não haveria nada contrário ao que é próprio da substância como existe para outras categorias. Podemos dizer que o contrário de claro é escuro, ou que o contrário de largo é estreito, mas seria ilícito dizer que algo é contrário a Sócrates. Em outras palavras:

Pertence também às substâncias o fato de nada a elas ser contrário. O que, pois, seria contrário à substância primeira? Por exemplo, nada é contrário ao homem individual, nem ao homem, nem ao animal nada é contrário. Isso não é próprio da substância, mas pertence também a muitas outras coisas, como à quantidade. Com efeito, nada é contrário à medida de dois côvados, nem à de dez, nem a nenhuma de tais coisas, se alguém não disser que o muito é contrário ao pouco, ou o grande ao pequeno. Das quantidades definidas, porém, nenhuma é contrária a nenhuma. (Aristóteles, 3b 24)

A terceira delas, por sua vez, trata da característica da substância não ser mais ou menos do que ela mesmo já é, tanto em relação a ela mesma quanto em relação aos seus congêneres. Essa característica aponta para a ideia de que a substância *Platão* na condição de ser um homem individual não é mais homem em relação a ele mesmo em qualquer momento de sua existência. Ademais, Platão não é mais nem menos substância do que os seus congêneres, isto é, Platão, enquanto um homem individual não é mais ou menos homem do que Sócrates ou qualquer representante dessa categoria. Sobre isso, Aristóteles nos diz:

Parece também que a substância não recebe o mais e o menos. Digo que não, porque uma substância não é mais substância do que outra. Com eleito, está dito que é isto — mas cada substância, em relação àquilo que ela é, não se diz mais ou menos; assim, se a própria substância é homem, não será mais ou menos homem, nem ele mais do que ele próprio, nem outro mais do que outro; pois não é um homem mais homem do que um outro, como este branco é mais branco do que outro, e, da mesma forma, este belo é mais belo do que outro. Diz-se também mais e menos de uma mesma coisa, por exemplo, o corpo, sendo branco, diz-se mais branco agora do que anteriormente, e, da mesma forma, um corpo, sendo quente, é dito mais ou menos quente. A substância, entretanto, não é dita mais ou menos em relação a nada, pois nem li homem é dito mais homem agora do que antes, nem nenhuma das quantas coisas que são substâncias. Por conseguinte, a substância não poderia receber o mais e o menos (Aristóteles, 3b 33).

Por fim, ainda podemos dizer que a forma da substância permanece a mesma diante das mudanças. Isso ocorre por sua capacidade em acomodar contrários. A substância pode assumir uma variedade ampla de atributos, de modo que em determinado momento ela se encontra quente e em outro fria, de uma cor e depois de outra sem que com isso deixe de permanecer numericamente a mesma. Nessa perspectiva, de acordo com Aristóteles:

Parece, sobretudo, que é próprio da substância, sendo a mesma e uma numericamente, ser receptiva de contrários. Com efeito, em relação a nenhuma das outras coisas (de quantas que não são substâncias), poderia alguém proclamar o que é receptivo dos contrários, sendo numericamente um. Por exemplo, a cor, que é uma e mesma numericamente, não será branca e negra; nem uma mesma ação, também numericamente uma, será má e boa, e do mesmo modo sucede a todas as outras coisas quantas não são substâncias. Mas a substância, ainda que seja a mesma e numericamente uma, é receptiva de contrários; por exemplo, o homem individual, sendo o mesmo e um, se torna ora branco, ora negro, ora quente, ora frio, ora mau, ora bom (Aristóteles, 4a 10).

Uma vez que tomamos conhecimento, mesmo que de maneira parcial, da concepção de substância aristotélica, podemos contrastá-la à concepção de substância da teoria dos pacotes, a qual também merece atenção por ser historicamente significativa no debate ontológico. Assim, estaremos em condições de averiguar como essas visões se acomodam ou não no cenário ontológico tractariano.

4.2 – Entidades fundamentais enquanto pacotes de propriedades

Intuitivamente, seria estranho que entidades particulares existissem sem possuírem nenhuma qualidade. Quando consideramos, por exemplo, a entidade particular Platão ou até a entidade cadeira é difícil pensarmos que elas não tenham qualidades. Obviamente que isso, em certa medida, ocorre por nossas referências históricas e de uso das entidades, mas, ainda assim, pensando de maneira metafísica no contexto do *Tractatus*, uma entidade particular teria qualidade na medida que está necessariamente predisposta a estar conectada com outros objetos que seriam suas qualidades, de modo que, em conjunto, eles se realizam em um contexto de concatenação entre vários objetos. Dado essa exigência ontológica dos objetos simples, previsivelmente, nenhum objeto poderia se manter isolado. Essa exigência de concatenação dos objetos permite que Wittgenstein evite elaborar uma hierarquia ontológica, a fim de definir o que é ontologicamente mais fundamental, ou seja, se as propriedades são ontologicamente mais fundamentais que as entidades ou se o contrário. Há, reconhecidamente, duas maneiras de enquadrar o que é mais fundamental em um sistema ontológico, isto é, se as entidades são no fundo um pacote de propriedades, ou se as propriedades dependem de substâncias, que são entidades particulares.

Em contraposição a concepção de substância como categoria ontológica fundamental, temos a concepção da chamada teoria dos pacotes. Na história da filosofia essa concepção anti substancialista foi proposta/inaugurada pelo filósofo empirista David Hume, sendo anunciada, mais especificamente, na seção intitulada *Da identidade pessoal* presente em sua seminal obra *Tratado da natureza humana*.

Na seção *Da identidade pessoal*, argumentativamente, Hume defende que o EU não é uma unidade substancial, pelo contrário, o Eu seria o resultado de um feixe de percepções que estão associadas umas às outras por certas relações unificadoras, ou seja, um agregado de percepções internas que percebemos relacionadas entre si. Conforme afirma Hume: “Mas, pondo de parte alguns metafísicos deste género, atrevo-me a afirmar do resto dos homens que cada um deles não passa de um feixe ou colecção de diferentes percepções que se sucedem umas às outras com inconcebível rapidez e que estão em perpétuo fluxo e movimento.” (Hume, 2012, p. 301). Com isso, a nossa identidade pessoal na relação de percepções como raiva, saudade, ânsia, medo e felicidade, por exemplo. A mente humana, nesse sentido, seria como um teatro, repleto de personagens que se manifestam em conjunto para compor o espetáculo de percepções que experienciamos. Diante dessa abordagem, o Eu seria composto por cada uma das impressões percebidas internas que se sucedem de uma para outra de um modo tão contíguo que temos a ilusão de termos uma experiência interna substancialmente unificada de nosso EU. De maneira mais explícita, de acordo com Hume:

A mente é uma espécie de teatro em que diversas percepções fazem sucessivamente a sua aparição; passam, voltam a passar, fogem deslizando e misturam-se numa variedade infinita de atitudes e situações. Não há propriamente nela nem *simplicidade* num instante, nem *identidade* em diferentes instantes, qualquer que seja a propensão natural que tenhamos para imaginar esta identidade e simplicidade. A comparação do teatro não deve induzir-nos em erro. São apenas as sucessivas percepções que constituem a mente, e não temos a noção mais longínqua do lugar em que se representam estas cenas, nem dos materiais de que é composta (Hume, 2012, p. 301).

A identidade do EU enquanto uma substância é, para Hume, um equívoco que repousa sobre o mal entendimento acerca das relações psicológicas que conferem coesão a nossas percepções. A psicologização da substância, segundo Hume, é justificada por analogia a partir da comparação com a maneira em que conferimos identidades aos objetos do mundo externo. Hume, após questionar o que nos conduz a atribuírmos continuidade e estabilidade invariável a nossas percepções, afirma que as relações responsáveis por estabelecer as associações entre as nossas percepções mentais são as

mesmas que determinam a continuidade da identidade dos objetos do mundo externo, sobretudo quando a identidade pessoal é avaliada mediante a noção de imaginação e da relação de semelhança. Segundo o autor:

Temos uma ideia distinta de um objecto, que permanece invariável e ininterrupto no decorrer de uma suposta variação de tempo, e a isto chamamos a ideia de identidade ou de mesmidade. Temos também uma ideia distinta de vários objectos diferentes existindo sucessivamente e estão unidos uns aos outros por estreita relação; e a um olhar atento esta fornece uma noção de diversidade tão perfeita, como se não houvesse nenhuma forma de relação entre os objectos. Mas, embora estas duas ideias de identidade e sucessão de objectos relacionados sejam em si mesmas perfeitamente distintas, e mesmo contrárias, é, contudo, certo que na nossa maneira comum de pensar confundimo-las geralmente uma com a outra. Aquela acção da imaginação pela qual consideramos o objecto ininterrupto e invariável, e aquela pela qual reflectimos sobre a sucessão de objectos relacionados, são sentidas quase da mesma maneira e não é preciso muito mais esforço de pensamento no segundo caso do que no primeiro. A relação facilita a transição da mente de um objecto para o outro e torna a passagem tão suave como se ela contemplasse um único objecto contínuo. Esta semelhança é a causa do erro e confusão que nos faz colocar a noção de identidade no lugar da de objectos relacionados. Por mais que num instante possamos considerar a sucessão relacionada como variável ou interrompida, não hesitamos no seguinte em lhe atribuímos identidade perfeita, considerando-a invariável e ininterrupta (Hume, 2012, p. 302).

Como se pode notar, a passagem de uma variação a outra, no que diz respeito a mudanças de um certo objeto, é associada por uma relação de semelhança tão convincente que não somos capazes de perceber que um mesmo objeto sofreu alterações sutis, de sorte que ele se apresenta a nós completamente invariável e idêntico. É notável que a semelhança recebe um estatuto especial aqui, já que ela é, como vimos, nomeadamente referida como responsável por estabelecer a continuidade dos objetos de nossas percepções. Uma explicação instrutiva que nos permite entender essas variações sutis que são camufladas pela semelhança é dado por Hume com o exemplo da pedra. No caso, ao rolar de uma ladeira, a pedra perde pequenas partes tão ínfimas que o observador não consegue perceber que do tempo t_1 para o tempo t_2 a pedra sofreu variações, sendo por isso mesmo coisas distintas. O corolário da desconsideração das variabilidades na identidade, segundo Hume, é que quando não nos damos conta da variação de nossas percepções associadas pela semelhança, tendemos a formular, via a imaginação, princípios tais como as noções de alma, de EU e de substância. Segundo o autor, são esses falsos princípios nebulosos criados pela imaginação que nos conduzem a substituir, equivocadamente, as verdadeiras relações que conferem a ilusão da identidade. Conforme Hume:

Para justificar a nós próprios este absurdo, muitas vezes inventamos algum novo e ininteligível princípio, que liga os objectos uns aos outros e impede a sua interrupção ou variação. É assim que inventamos a existência contínua das percepções dos nossos sentidos, para remover a interrupção; e chegamos à noção de alma, à do eu e à da substância, para mascarar a variação. Podemos notar ainda que, quando não criamos tal ficção, é tão grande a nossa propensão para confundir a identidade com a relação, que somos capazes de imaginar 1 algo desconhecido e misterioso, que una as partes, ao lado da sua relação; e suponho ser este o caso da identidade que atribuímos às plantas e vegetais. E mesmo quando isto não tem lugar, ainda sentimos uma propensão para confundir estas ideias, embora sejamos incapazes de nos satisfazer plenamente neste ponto e não encontremos nada invariável e ininterrupto para justificar a nossa noção de identidade. (HUME, 2012, pg. 303).

O escopo dessa concepção de Hume, que substitui a substância pelo feixe, não é ontologicamente fundamentado, uma vez que sua visão anti-substancialista é balizada a partir da explicação do funcionamento da mente humana, e não a partir da defesa de que as categorias ontológicas fundamentais do mundo são de um tipo distinto das substâncias. Hume, de fato, não se compromete com um tipo de entidade elementar daquilo que constitui o mundo. Contudo, essa concepção anti-substancial que inicialmente com Hume se voltava com mais ênfase para o reino do mental, se radicalizou e ganhou contornos ontológicos mais amplos e estruturantes. No século XX, os autores defenderam que as entidades básicas do mundo e de seus objetos particulares eram constituídas por um feixe de entidades elementares e não por substâncias. Os desenvolvimentos posteriores sobre a concepção dos feixes são variados, mas para o propósito desta seção iremos fornecer a sua caracterização geral, além de ilustrá-la com um exemplo específico, que de maneira nenhuma cobre todas as nuances das diversas concepções das teorias dos pacotes, mas nos fornece uma imagem ontológica instrutiva para entendermos os seus pontos centrais.

Notamos que, Hume sai do âmbito ontológico para o do mental com o intuito de defender uma posição anti-substancial se valendo de uma teoria dos pacotes justificada psicologicamente. Todavia, desenvolvimentos mais recentes assumem a teoria dos pacotes enquanto uma corrente filosófica que se preocupa fundamentalmente com questões ontológicas, cujo intuitos centrais são os de delimitar e explicar os componentes que formam a base da estrutura geral do mundo.

Assumindo esses termos, podemos dizer que os filósofos que defendem, implícita ou explicitamente, a teoria dos pacotes trabalham com categorias que são ontologicamente anteriores à de substância aristotélica, sendo essa última equivalente aos objetos particulares que nos são familiares. Procedendo dessa maneira, na hierarquia das teorias dos pacotes, as propriedades são mais fundamentais do que os objetos particulares

de tamanho médio que nos são familiares, sendo elas, as propriedades, as responsáveis por estarem envolvidas na constituição de qualquer objeto particular.

Com base nessa afirmativa acima, temos que:

Os metafísicos frequentemente invocam um vocabulário especial para falar sobre o tipo de estrutura associada a um particular concreto. A ideia central é que certas entidades refinadas se juntam para formar a entidade granular grosseira que é um particular concreto familiar. No entanto, a relação entre a entidade refinada e o particular concreto obviamente não é a da parte física para o todo físico, nem a de um material para o todo material que ele forma ou compõe. Para trazer à tona a relação especial em ação aqui, os metafísicos falaram de constituintes de todos. Particulares concretos são considerados todos ou complexos que têm, como seus constituintes, itens ontologicamente menos complexos ou mais simples, e a alegação é que fornecer uma caracterização ontológica de uma coisa é, primeiro, especificar cada uma das entidades que funcionam como seus constituintes e, segundo identificar os tipos de relacionamento que essas entidades mantêm entre si. Consequentemente, fornecer uma caracterização ontológica do conceito de um particular concreto é identificar os tipos ou tipos de coisas que funcionam como constituintes de particulares concretos e indicar a forma geral de relacionamento que tais coisas mantêm entre si em qualquer particular concreto. de quem são os constituintes (Loux, 2017, p. 84, tradução nossa).

Temos de enfatizar aqui uma mudança fundamental na concepção de categorias ontológicas básicas da realidade para a teoria dos pacotes. Pois, a categoria ontológica fundamental não são os objetos concretos, mas as propriedades que o constituem como tal. Embora haja variações, os defensores das teorias dos pacotes, em sua grande maioria, reconhecem que os objetos particulares - pelo menos os concretos - são o resultado de um feixe de propriedades.

Cumprir dizer que há três grandes vertentes que disputam a explicação da fundamentação das propriedades e relações responsáveis por constituir os objetos particulares, a saber, o realismo dos universais, o nominalismo e a teoria dos tropos.

Nessa perspectiva, um suporte substancial fixo é desconsiderado como uma entidade ontológica na qual os atributos tanto repousam, quanto dependem para existir. Ao invés dos atributos dependerem de uma categoria ontológica mais básica, eles ocorrem juntos em um feixe de modo a constituir um objeto particular. Como resultado, quando consideramos uma maçã, podemos pensar em atributos como esférico, vermelho e liso. De modo que, o atributo vermelho ocorre juntamente com outros atributos sem depender de um sujeito subjacente que possui o vermelho, pois o que é vermelho é a própria ocorrência da propriedade vermelha no feixe de propriedades. Daí o fato de que as propriedades e relações desempenham um papel ontologicamente mais básico do que a

dos objetos particulares, que são derivados dessas propriedades. Como salienta Loux e Crisp:

A alegação central do teórico do pacote é que, no sentido estrito e literal, os atributos não são possuídos por nada – eles simplesmente ocorrem. Falar sobre a ocorrência de atributos, afirma o teórico do pacote, é como falar sobre o clima. Falamos de chover ou nevar, sem com isso implicar que haja algo que esteja fazendo chover ou nevando. Da mesma forma, um atributo como a cor vermelha ocorre sem que haja algo que seja vermelho (Loux, 2017, p. 91, tradução nossa).

Ainda sobre ideia da ocorrência de feixes de propriedades para a constituição dos objetos, devemos destacar que se um objeto particular é o resultado de um feixe de propriedades, como no caso de uma maçã, não faz sentido questionar qual o tipo de relação em que a maçã mantém com as suas propriedades como se ela possuísse uma entidade subjacente que podemos denotar por um nome próprio, onde as propriedades vermelha, esférica e lisa denotadas por predicados estão ligadas. Com efeito, isso envolveria traçar uma distinção categórica que pressupõe que a ocorrência do feixe pode ser considerada separada do próprio objeto que ela ajuda a constituir, quando na verdade o objeto particular é ele mesmo a ocorrência do feixe. Obviamente, é extremamente difícil falarmos de propriedades e relações sem nos remetermos aos objetos já constituídos por elas. Essa dificuldade, aliás, pode levantar problemas de expressão linguística. De fato, falamos, por exemplo, da cor vermelha em relação a maçã, mas isso não quer dizer que, quando afirmamos ingenuamente que “a maçã é vermelha”, a “maçã” seja um sujeito substancial em que a propriedade “vermelho” está vinculada. Isso implica uma diferença ontológica categorial não assumida pela teoria dos pacotes. Ao invés disso, segundo o que está sendo afirmado pela teoria dos pacotes em geral, parece ser mais apropriado expressarmos de outra maneira a relação de uma propriedade isolada do feixe de propriedades, a qual ajuda a constituir o objeto particular, com o objeto particular em questão. Isso, é claro, se quisermos preservar a maneira em que a organização ontológica é considerada pela teoria dos pacotes. Desse modo, a afirmação “A maçã é vermelha” seria mais adequadamente expressa pela afirmação “dentro o feixe de propriedades que constitui o objeto particular que designamos como maçã, a propriedade de ser vermelho é/ocorre em uma delas”. Embora esse problema não seja crucial aqui, é interessante apontarmos como as mudanças na ontologia afetam a linguagem.

Tendo posto a sua caracterização geral, cumpre mostrar, neste momento, um exemplo específico da teoria dos pacotes a partir da visão de Donald C. Williams.

Em seu artigo *On the Elements of Being: I*, Williams questiona sobre como uma mesma propriedade é instanciada por diferentes objetos ao mesmo tempo? Para responder essa pergunta devemos entender que para Williams as propriedades não estão presas em um substrato ou como dependentes de certas categorias ontológicas tais como a de substância. Como veremos, o compromisso ontológico adotado por ele para explicar como características similares são instanciadas em vários objetos numericamente distintos envolve entidades denominadas tropos e relações como co-presença e similaridade.

A visão anti-substancial de Williams pode ser entendida a partir de um exemplo que o autor propõe, no qual três pirulitos numericamente distintos possuem certas características parecidas, porém distintas e não enraizadas em um substâncias interior. As características parecidas são ou “finas”, como cor, odor e forma, acidez, ou são “grossas”, como o cabo de plástico do pirulito. As características enquadradas como grossas são definidas por serem concretas, já aquelas enquadradas como “finas” são definidas por serem abstratas e difusas. E, aqui, a qualificação de ser parecido quer dizer que, embora, aparentemente, dois pirulitos tenham, por exemplo, uma cor vermelha, cada vermelho é um caso particular de vermelho, e por isso mesmo um caso distinto de vermelho presente num arranjo de arranjo de propriedade que são concretas e abstratas. Segundo Williams:

Proponho agora que entidades como nossas partes finas ou componentes abstratos são os constituintes primários deste ou de qualquer mundo possível, o próprio alfabeto do ser. Eles não apenas são reais, mas são as únicas realidades, exatamente neste sentido, enquanto as entidades de todas as outras categorias são literalmente compostas por eles, elas não são, em geral, compostas por nenhum outro tipo de entidade. O fato de uma categoria tão crucial não ter um nome regular é bastante característico dos primeiros princípios e faz parte do que torna o último digno de ser perseguido. Uma descrição dele na boa e velha fraseologia tem um tom paradoxal: nossas partes finas são "particulares abstratos" (Williams, 1953, p.7)

De modo geral, os objetos do mundo resultam da divisão que Williams faz entre as partes abstratas e concretas. Essa divisão, no fundo, está ancorada em uma mesma base, isto é, naquilo que ele considera como sendo o alfabeto do ser, a saber, as entidades denominadas tropos. Os tropos podem ser definidos como entidades primitivas particulares de características gerais. Por um lado, os tropos são primitivos por serem mais ontologicamente básicos do que qualquer outra categoria ontológica, e, por outro, são ocorrências particulares de características gerais por serem entidades distintas umas das outras, embora possam ser extremamente semelhantes umas às outras.

Apesar da concepção de tropo defendida por Williams ser importada de Santayana, Williams a mantém e utiliza como uma definição que cumpre o papel ontológico que preenche a referência das duas dimensões de constituição dos objetos. Nesse sentido, o autor expõe que:

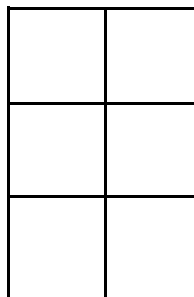
Teremos ocasião de usar “partes” para concreta e “componentes” para nossa abstrata (e “constituente” para ambos), como alguns filósofos britânicos usam “componente” para propriedade e “constituente” para parte concreta. Santayana, no entanto, usou “tropo” para representar a essência de uma ocorrência; e desviarei a palavra, que é quase inútil tanto no sentido dele quanto no do dicionário, para representar o particular abstrato que é, por assim dizer, a ocorrência de uma essência. Um tropo então é uma entidade particular abstrata ou consistindo em um ou mais concretos em combinação com um abstractum.” (Williams, 1953, pg.7).

Juntamente aos tropos, são também primitivas duas relações, a saber, a de semelhança e a de co-presença. A semelhança é uma relação interna entre dois ou mais tropos que possuem um grau de proximidade por serem da mesma classe. Para melhor compreendermos esse ponto, considere que cada pirulito vermelho é um caso particular e único de vermelho que, apesar de serem distintos, são semelhantes. Sendo, ambos, da classe “das coisas vermelhas”. Por isso, a ideia de que as propriedades entendidas comumente como instância de universais são rejeitada, ao invés de instanciação de universais, Williams defende uma classe de semelhança onde cada membro é um tropo particular. Como podemos perceber, de qualquer maneira, os tropos ainda se mantêm como as entidades fundamentais para a construção da noção de vermelhidão. Por sua vez, a co-presença é relação que consiste na relação entre tropos diversos que ao se arranjam acabam por delimitarem uma posição ocupada por um objeto que é constituído por esses tropos. Desse modo:

A localização é externa no sentido de que um tropo *per se* não acarreta ou necessita ou determina sua localização em relação a qualquer outro tropo, enquanto a similaridade é interna no sentido de que, dados quaisquer dois tropos, são implicados ou necessários ou determinados se e como eles são semelhantes.” (Williams, 1953, pg. 7).

Contudo, além de tropos e as relações mencionadas, Williams recorre à noção de conjunto e soma enquanto ferramentas operacionais para explicar como as diversas características particulares somadas entre si constitui um objeto particular:

Um conjunto é uma classe da qual os termos são membros; uma soma é um todo do qual os termos são partes, no sentido muito primitivo de "parte" tratado por cálculos recentes de indivíduos. Na figura a seguir, por exemplo, a classe de seis quadrados, a classe de três linhas e a classe de duas colunas são diferentes uma da outra e da mesma figura; mas a soma dos quadrados, a soma das linhas e a soma das colunas são idênticas entre si e com o todo.” (Williams, 1953, p.9).



Intuitivamente, o que o exemplo acima propõe é que o todo de um objeto particular não é nada além da soma de suas partes. Como uma maçã, não é nada além de sua cor, textura, aroma, forma e massa, as quais, são membros de classes diferentes que, ao serem somadas em um certo arranjo, constituem um objeto particular. Podemos estender a ilustração supracitada para o exemplo do fato de Sócrates ser sábio:

Sócrates é um particular concreto; o componente dele que é sua sabedoria é um particular abstrato ou "tropo"; a Sabedoria total da qual todas essas sabedorias são componentes ou membros é um universal abstrato; e a Socratessidade total da qual todas as criaturas exatamente como ele são partes ou membros é um "universal concreto", não no sentido idealista, mas em um sentido estritamente preciso (Williams, 1953, pág.11).

Em última análise, a teoria dos pacotes, baseada nos tropos de Williams, propõe que as características como cores, maciez, ser sábio, são tropos particulares que formam a base para o alfabeto do ser, como ele diz. Além disso, Williams defende que é a relação dessas entidades, juntamente com a relação de semelhança, que, quando somadas, nos permitem construir aquilo que os filósofos usualmente consideram como substâncias e universais, porém, o contrário não é o caso, ou seja, os tropos não podem ser construídos de universais e de substâncias. O tropo é uma entidade primitiva que acomoda não só a ontologia da filosofia, mas a do senso comum e a da ciência também: “o tropo não pode ser "construído" a partir deles e fornece a única rubrica que é hospitaleira para uma centena de tipos de entidade que nem a filosofia, a ciência ou o senso comum podem renunciar.” (William, 1953, pg.17) Por conseguinte, não é espantoso que quando os cientistas fazem afirmações sobre estruturas moleculares ou comportamentos de genes,

ou quando falamos que o café de que tanto gostamos está mais ácido do que deveria, ou quando os filósofos especulam sobre as características gerais da realidade, temos, em todas essas situações, como pano de fundo ontológico, os tropos. Observamos que, os objetos concretos e suas propriedades se resumem a tropos em qualquer domínio de investigação.

A teoria dos pacotes baseada nos tropos de Williams possui defeitos como problemas de regressão infinita, do estatuto de simplicidade associado aos elementos intrínsecos que geram a individualidade dos tropos, fato que faz dos tropos entidades não tão primitivas quanto Williams alega. Mas, todos esses aspectos defeituosos receberam aperfeiçoamentos posteriores por parte de outros filósofos, como pode ser visto na obra *Abstract Particulars* de Campbell.

Contudo, a referência do contexto conceitual que fazemos aqui a Hume e Williams pretende, secundariamente, fornecer subsídios teórico-conceituais segundo as propostas ontológicas disponíveis, de modo a simplesmente expor o terreno ontológico da teoria dos pacotes. E, primariamente, fornecer referências históricas que nos permitam especular e questionar a respeito de onde a noção de substância do *Tractatus* se situa. Isto é, se a maneira de estabelecer e organizar as categorias ontológicas do *Tractatus* estaria mais próxima de Aristóteles, ou de Hume e Williams, ou se devemos pensar os objetos simples do *Tractatus* como uma categoria ontológica que apaga a fronteira entre essas duas perspectivas.

Na esteira dessa investigação ontológica, queremos olhar, mesmo que especulativamente, para a ontologia básica do *Tractatus*, a fim de tentar entender como categorias ontológicas historicamente consideradas como básicas, seja por vezes entendidas enquanto entidades particulares e por outras propriedades, podem ser acomodadas - ou não - na totalidade dos objetos simples do *Tractatus*. Para tanto, podemos considerar um denominador comum entre as duas vertentes sobre a substância que vimos. Esse denominador comum consiste numa exigência a ser satisfeita para que uma entidade básica seja qualificada como tal, ou seja, de que as entidades primitivas apresentam o estatuto de independência em relação a qualquer outra entidade. Conforme Morris:

A concepção das entidades mais básicas na metafísica tradicional combina uma série de características (e fez até em Aristóteles). Aqui está uma condição natural, uma condição de independência de existência:

(Ind) Uma entidade básica é algo que não depende para sua existência a existência de qualquer outra entidade.

(Ind) é uma característica central da metafísica amplamente aristotélica e da teologia, até a era moderna (até aproximadamente século XVIII). Segundo Leibniz, por exemplo, o universo é preenchido com um número infinito de seres independentes, entidades ou mônadas, nenhuma das quais está causalmente relacionada a qualquer outro (uma vez que as relações causais envolvem uma espécie de dependência). De acordo com Spinoza, por outro lado, só existe realmente uma dessas entidades independentes, Deus, já que tudo menos Deus depende de Deus para sua existência, enquanto Deus não depende de nada (Morris, 2008, p. 28-29).

Esse critério da independência também pode ser aplicado na vertente da teoria dos pacotes, uma vez que as propriedades não dependeriam de outra entidade para existirem, tendo em vista que elas próprias seriam as entidades mais primitivas. Notadamente, a passagem supracitada mobiliza algumas posições metafísicas historicamente relevantes para que possamos entender como o critério de independência serviu para enquadrar o que seria ontologicamente fundamental para os mais diferentes sistemas de pensamento filosófico. Se estendermos o critério de independência à ontologia do *Tractatus*, estaríamos enquadrando que tipo de entidades? Anteriormente, vimos que as entidades básicas, no geral, são enquadradas como sendo entidades particulares a maneira aristotélica ou propriedades à maneira da teoria dos pacotes. No caso do *Tractatus*, no entanto, o tipo de entidade fundamental não seria tão evidente. Isso porque:

As qualidades, no entanto, são consideradas seres dependentes: uma qualidade não pode existir exceto como a qualidade de alguma coisa individual. Outros filósofos (Hume é um exemplo) adotaram uma prioridade oposta: eles supuseram que as coisas individuais são apenas feixes de qualidades. Nessa visão, as qualidades são as entidades básicas e as coisas individuais dependem delas. É natural responder a ambas as visões de que a dependência é mútua: é exatamente tão difícil para uma coisa individual existir sem qualidades quanto para uma qualidade existir exceto como a qualidade de alguma coisa individual. Podemos hesitar em dizer que Wittgenstein faz precisamente esse movimento, porque é muito difícil entender a visão de qualidades de Wittgenstein. (Morris, 2008 p.29).

Mas o que ele faz é pelo menos semelhante a isso: as coisas individuais só podem existir de alguma forma qualificadas, e isso exigirá que elas existam em combinação com outras coisas. Se deve haver algo que seja um ser realmente básico, em algo como o sentido de (Ind), não pode ser o que pensamos anteriormente como uma coisa individual ou uma qualidade: só pode ser um fato (MORRIS, 2008 p.30).

A ideia, aqui, é que o que alguns filósofos reconhecem como categorias ontológicas básicas a partir da dicotomia entre propriedades e entidades particulares se encontram, no *Tractatus*, em uma relação de mútua dependência entre entidades particulares e suas qualidades, sejam elas propriedades ou relações múltiplas. Essa relação de mútua dependência entre uma entidade particular e de propriedades no geral rompe com um critério de categorização historicamente bem estabelecido do que seria as entidades primitivas, ou seja, se elas são propriedades ou se elas são entidades particulares. Mas, a avaliação da citação precedente nos revela que, no *Tractatus*, tanto as propriedades no geral quanto às entidades particulares passam a ser consideradas como igualmente fundamentais para a constituição de um tipo de entidade independente, daquilo com o qual o mundo é feito, ou seja, os fatos. Isso permite que o *Tractatus* se exima de uma classificação ontológica hierarquizada de seu sistema, não sendo obrigado a delimitar qual é o tipo de entidade primitiva no sentido tradicional.

Ainda assim, a busca pelas entidades fundamentais de Aristóteles, Hume e Williams levanta uma preocupação que o *Tractatus* parece compartilhar ao postular os objetos. Esta preocupação consiste não exatamente na classificação das categorias ontológicas, mas na determinação de uma base ontológica a partir da qual podemos descrever, de maneira geral, como a realidade ou porções convenientes dela podem ser compostas. Especificamente no caso do *Tractatus*, com a preocupação adicional de entender como a forma lógica, ao estar atrelada aos objetos simples, não só forma a base fixa da realidade, mas nos permite estabelecer conexões semânticas com a realidade de modo a integrar nossa linguagem e nosso pensamento à realidade. Nesse sentido, o que a ontologia do *Tractatus* compartilha com Aristóteles, Hume e Williams é a busca da determinação segura para a fundamentação da realidade, mas se desobrigando de especificar sobre quais são os tipos de entidades mais básicas a constitui.

Por um lado, Morris, sensatamente, alega que os fatos, no *Tractatus*, são as entidades que estariam no escopo do critério de independência (Ind), uma vez que eles são independentes uns dos outros. Por outro lado, diante do aforismo (1.1) Wittgenstein nos diz que qualquer coisa poderia ser o caso e o mundo permaneceria o mesmo. Ora, se o mundo permaneceria o mesmo ainda que qualquer fato independente deixasse de existir, então, parece haver algo mais fundamental do que os fatos. Algo que é necessário. Até aqui, temos boas razões para identificar a totalidade dos objetos como sendo o que há de necessário para que o mundo se mantenha o mesmo à revelia da existência ou inexistência de um fato. E isso não seria uma boa razão para defendermos que os objetos são mais

fundamentais do que os fatos. Ao admitirmos isso e o critério de independência de Morris, o que temos é que as entidades mais fundamentais, a saber, os objetos tractarianos são completamente independentes do que é o caso, ao passo que os fatos formados por tais objetos são fundamentalmente dependentes. Contudo, os objetos tractarianos só podem ser compreendidos em virtude dos estados de coisas que constituem, apresentando-se de maneira indireta. Isto revela que é muito difícil tornar acurado as distinções dos objetos simples antes que eles se realizem nos fatos.

Então, não há categorias primitivas no sentido tradicional na ontologia tractariana, mas, apenas uma categoria, a saber, os objetos simples. E, a partir deles, temos as condições para a derivação de propriedades e indivíduos por meio de suas configurações entre si na constituição dos fatos. O que nos leva a considerar que as proposições elementares não podem ser vistas como sendo compostas por sujeito e predicado, mas, sim, por uma concatenação de nomes, assim como os fatos não são constituídos por objetos ou indivíduos com propriedades.

Com efeito, vimos com os comentadores que compreendem a ontologia do *Tractatus* como uma parte indispensável da obra que, a pouca elucidação sobre como uma categoria tão abstrata como os objetos simples se desdobra em duas categorias concretas - os indivíduos e as propriedade - leva algumas interpretações a considerarem as categorias ontológicas concretas enquanto exemplos plausíveis dos objetos simples. Isso, mesmo que para efeitos pedagógicos.

O que une todos os objetos simples é a sua forma, a qual os torna indistinguíveis quando considerados enquanto a substância pura da realidade. Isto é, eles são indistinguíveis por possuírem essencialmente a mesma forma, por isso eles não teriam qualquer aspecto material antes de se concatenar em fatos epistemologicamente acessíveis. Nesse sentido, Wittgenstein nos alerta: “A substância do mundo só pode determinar uma forma, e não propriedades materiais. Pois essas são representadas apenas pelas proposições - são constituídas apenas pelas configurações dos objetos” (2.0231). Nessa passagem, temos uma justificação do aspecto material da ontologia por meio do âmbito da linguagem. Se repararmos, Wittgenstein recorre à concepção de proposição, aqui, vagamente estabelecida, para embasar o estatuto material dos objetos. Ou seja, quando estamos realizando figurações sobre as configurações dos objetos, já estamos linguisticamente apontando para aspectos materiais da ontologia.

Ainda nesse contexto, podemos procurar entender de maneira mais específica a concepção de fato – *Sachverhalt* – a partir da noção proposição – *Elementarsatz* —

utilizada para caracterizar o que Wittgenstein considera não como uma situação possível, mas, sim, como um fato atômico. Nesse contexto, segundo Morris:

O que são fatos atômicos? Wittgenstein deu a seguinte explicação em uma carta a Bertrand Russell: Sachverhalt é o que corresponde a um Elementarsatz se for verdadeiro.

Um ‘Elementarsatz’ é uma proposição elementar, ou sentença básica. Isso nos diz que a noção de fato atômico está ligada à linguagem, assim como a noção de fato, em geral. (Morris, 2008, p.31).

Em *Ludwig Wittgenstein: Cambridge Letters: Correspondence with Russell, Keynes, Moore, Ramsey and Gifford*, o termo Sachverhalt é tomado enquanto um correlato da uma sentença elementar, por isso, a sua estrutura, plausivelmente, poderia ser Fa, onde, “F” é uma função unitária ou propriedade unária, e “a” o seu argumento ou indivíduo ligado à propriedade. Essa estrutura seria plausível com a interpretação acima de que nem indivíduos são completamente destituídos de propriedades, e nem as propriedades poderiam existir desvinculadas dos objetos que instanciam. Assumindo essa posição ontológica e o princípio da substituição, temos que a relação de mútuo apoio na esfera da ontologia poderia ser adaptada à esfera da linguagem. Nessa perspectiva, na esfera da linguagem, os predicados dependem dos sujeitos tanto quanto os sujeitos dependem dos predicados para que uma sentença elementar seja formada.

Contudo, longe de nos incumbirmos da tarefa inglória de expormos um exemplar definitivo do que está em jogo quando se fala de sentença elementar e seu correlato, a saber, o fato elementar, queremos explicitar, à luz dos comprometimentos ontológicos disponíveis até aqui, que os nomes realizam a mesma transição de explicitação de tipos que os objetos simples.

Ou seja, tal como os objetos simples que só podem se tornar ontologicamente discerníveis segundo as categorias de propriedades e indivíduos quando passam de seu de estado abstrato de ligações possíveis para a concretização de uma dessas possibilidades em um fato, o nome também só se torna discernível segundo as categorias tipicamente gramaticais de sujeito e predicado quando ele se encontra em uma proposição elementar (*Elementarsatz*). Morris, vai além, e nos dá a entender que os estados de coisas, embora sejam vistos como contingentes, de certa forma nos permite depreender a fundamentação tractariana da realidade.

Nessa linha de raciocínio, se é essencial para a coisa ser constituinte de um estado de coisas (2.011), então o estado de coisas possível, que é, por excelência, contingente é a via epistêmica de acesso indireto aos objetos tractarianos.

5 – O NÚCLEO DOS OBJETOS TRACTARIANOS

O aforismo 2.02 (Os objetos são simples) aponta para ideia de que os objetos tractarianos não podem possuir qualquer parte, não são compostos e, por isso mesmo, não podem ser complexos. O que nos leva a questionar até onde a analogia e metáforas descritivas que usam entidades de nosso cotidiano para alcançar luz aos objetos simples podem ir. Podemos até mesmo recorrer a passagens no *Tractatus* que dão indícios sobre o estatuto fenomenológico dos objetos, sobretudo, quando Wittgenstein afirma que “Espaço, tempo e cor são forma dos objetos” (2.0251). Como se, pudéssemos transpor dessa afirmação que os objetos tractarianos são entidades concretas do cotidiano que se encontram no espaço físico, no tempo e dotadas de cores. Mas, se o cotidiano não é um bom guia definitivo para exemplificar os objetos simples, precisamos, ao máximo, encontrar maneiras que nos permitam caracterizar conceitualmente a noção de objetos simples do *Tractatus*. Nesse sentido, ainda se pode destacar, segundo Kenny, que:

Assim como uma mancha no campo visual deve estar em um espaço de cor (isto é, ter alguma posição no espectro), um objeto deve estar em um espaço lógico (isto é, ter a possibilidade de combinar com outros) (tlp 2.013, 1.13). O espaço lógico, deve ser explicado, é a soma dos estados de coisas possíveis e existentes mais os estados de coisas possíveis e inexistentes (tlp 1.12-1.13, 3.42). Manchas no campo visual, sons, sensações táteis e outros dados imediatos da experiência a que os filósofos se referem quando falam sobre dados dos sentidos claramente não são objetos indestrutíveis comuns a todos os mundos possíveis. Nem os objetos cujos nomes figuram nas proposições padrão dos lógicos – homens, cachorros, mesas e cadeiras. . . Somos deixados para fazer o que pudermos da observação enigmática “Espaço, tempo e cor são formas de objetos” (tlp 2.0251). Uma mancha no campo visual, embora não precise ser vermelha, deve ter alguma cor: é, por assim dizer, cercada por um espaço de cores. Os tons devem ter algum tom, objetos do sentido do tato algum grau de dureza, e assim por diante’ (tlp 2.0131). Mas é claro que são analogias e não instâncias (Kenny, p.59, 2006, tradução nossa).

Do que tem sido dito, notamos que há muitos conceitos conectados aos objetos tractarianos que ganharam desenvolvimentos futuros, pois, para o que nos interessa, agora, iremos nos deter especificamente sobre os objetos tractarianos. Assim sendo, vale observar o aforismo que ecoa a compreensão de indestrutibilidade dos objetos tractarianos apontada por Kenny, isto é, “Os objetos são a substância do mundo” (2.021). Esse aforismo nos fornece indício do porquê de Wittgenstein atribuir aos seus objetos uma simplicidade irreduzível. Obviamente que, esse aforismo, como a maior parte dos aforismos da obra, não é auto-evidente. Mas, o que Wittgenstein está querendo introduzir aqui é uma relação entre imutabilidade e simplicidade. Isso retoma o tema do quão primitivo é o objeto para a ontologia do Tractatus. Pois, a simplicidade, como o oposto de complexidade enquanto algo feito de partes, está atrelada tanto a compreensão de que nada é mais básico, quanto a compreensão de indestrutibilidade. Pois, aquilo que é passível de ser destruído só o é porque ele possui, argumentativamente falando, partes. E as suas partes outras partes. Por isso, quando nos valemos de exemplos cotidianos para nos aproximar de concepções abstratas do Tractatus, podemos ser ludibriados por comparações que criam mais confusões do que esclarecem qualquer ponto. Se vemos uma bexiga de aniversário cheia de ar, por exemplo, dizemos que ela é um objeto simples, contudo, dentro dessa aparente simplicidade ela guarda certa complexidade, pois é composta de outras coisas como a sua forma, sua cor, seu material etc.

Sob essa maneira de ver, no limite, a decomposição de uma entidade cessa quando alcança o ponto em que só resta o que há de ontologicamente mais simples nela. Nessa linha de raciocínio, mesmo considerando a decomposição enquanto destruição, ela não toca no que há de mais simples e básico da realidade. Uma vez que só se decompõe o que possui partes. Com isso, se não há destruição do que há de mais simples, ou seja, dos objetos simples, eles devem ser indestrutíveis:

Segundo o Tractatus, a substância duradoura do mundo consiste nos objetos simples. Os objetos podem entrar em combinações uns com os outros. A totalidade dessas combinações possíveis é a forma do mundo. Essa totalidade é fixa, imutável, é anterior à existência dos seres humanos, da experiência, do pensamento, da linguagem (Malcolm, p.14, 1986, tradução nossa).

De maneira geral, podemos considerar que a substância é aquilo que permanece mediante as mudanças. E, sabemos que, segundo Wittgenstein, os objetos são simples e, em seu conjunto total, compõem a substância do mundo. Assim, se admitirmos a definição geral de que a substância é aquilo que permanece mediante as

mudanças, teremos uma base ontológica fixa, uma espécie de substrato por assim dizer, que garante a mudança dos estados de coisas. Porém, essa definição pode ser questionada se considerarmos que o conceito de substância não possui um escopo empírico, mas de estruturação de possibilidades factuais. Isso é ilustrado por Morris:

O que Wittgenstein quer dizer com “substância”? Sua resposta é esta: 2.024 Substância é o que existe independentemente do que é o caso. Aqui podemos ver que Wittgenstein está apelando para uma vertente-chave na noção tradicional (aristotélica) de substância. Podemos expressá-la da seguinte forma: (Sub) uma substância é algo que permanece a mesma coisa através da mudança. Mas Wittgenstein não está preocupado com nada tão vulgar quanto a mudança no mundo empírico. Sua preocupação é com possibilidades alternativas, com toda a gama de fatos atômicos possíveis. A concepção de substância de Wittgenstein é expressa, não pelo tradicional (Sub), mas por algo assim: (Sub*) Substância é o que é constante em todas as diferenças possíveis nos fatos atômicos. (Morris, p.40, 2005, tradução nossa)

Nesse sentido, devemos notar que as mudanças mencionadas aqui não dizem respeito às mudanças no sentido temporal, como a mudança de posicionamento no espaço físico dos planetas ou a mudança relacionada aos seres humanos que, ao envelhecerem com o passar dos anos, têm inúmeras células alteradas. Essas questões de ordem empírica não estão no horizonte do *Tractatus*. O que está, por sua vez, é um princípio metafísico, isto é, a forma a partir da qual esse e qualquer mundo é possível, e a condição de representação da realidade. Nessa perspectiva, podemos destacar três características tradicionais da tese do atomismo que, segundo Fogelin, nos ajudam a delinear uma imagem um pouco mais nítida do que deve ser um objeto tractariano e o que ele envolve:

A elucidação de Wittgenstein sobre o papel dos objetos nos estados de coisas é atomística no sentido tradicional da palavra. O atomismo clássico é mais ou menos adequadamente caracterizado pelas seguintes teses fundamentais:

1. A mudança (em sentido amplo) é uma questão de combinação e separação de entidades constituintes.
2. Nem tudo está sujeito à mudança, pois deve haver uma base imutável para a mudança. Os átomos, entidades que não são resultado de combinação nem sujeitas a divisão, constituem esta base imutável.
3. Combinação e separação são possíveis porque os átomos existem em um vazio (em um espaço) que fornece um campo de combinações possíveis (Fogelin, p.5, 1995, tradução nossa).

Ao captar os traços essenciais dos objetos, as afirmações de Fogelin se coadunam com a ideia de substância descrita por Morris. Ou seja, que há algo se mantém mediante as mudanças, e que por isso (2) nem tudo está à mercê da mudança. Os átomos, seguindo

o paralelo feito por Fogelin para com os objetos tractarianos, são justamente o que compõem essa base imutável. Sendo assim, a mudança, em termos abrangentes (1), dependeria dessa base imutável, a qual, garantiria a mudança em termos de estados de coisas possíveis. Vale ressaltar que, segundo a observação (3) de Fogelin, a tese atomista atribuída a Wittgenstein ganha contornos particulares. Pois, as relações combinatórias de átomos simples ocorrem em meio a uma região neutra, a saber, o espaço. Mas como vimos na observação (3) de Fogelin, os objetos acabam por estar dependentes em algum nível de um espaço, o que não ocorre com a visão tradicional de atomismo, segundo Fogelin:

Essa ideia de que um “espaço” dependerá, para sua estrutura, dos objetos que o habitam, constitui um importante diferença entre o atomismo de Wittgenstein e o atomismo clássico. Para os atomistas clássicos, o espaço é um meio independente e neutro através do qual as coisas se movem. Os átomos exigem espaço, mas não o contrário. Ao estabelecer uma paridade sistemática entre os dois princípios fundamentais do atomismo (matéria e vazio ou ser e não-ser), Wittgenstein dá a essa posição sua articulação mais coerente (Fogelin, p.9, 1995, tradução nossa).

A diferença entre o espaço em que os objetos tractarianos aparentemente dependem e o espaço neutro da visão tradicional, será esmiuçado mais a frente. Devemos destacar esse ponto para fazer uma distinção entre o que Fogelin estabeleceu como um atomismo tradicional e um atomismo tractariano. Assim, já de saída, pressupomos que o espaço lógico não é um espaço físico, tanto no que diz respeito a função desse espaço em relação aos objetos simples quanto conceitualmente. É importante traçar essa distinção para não confundirmos essas duas perspectivas. De todo modo, evidencia-se que o que está no centro das preocupações do *Tractatus* é a forma geral para qualquer mundo possível e para qualquer proposição significativa possível na medida que cada objeto tem um substituto linguístico igualmente simples. Primeiro, vejamos como a compreensão de substância se acomoda especificamente na imagem de realidade do *Tractatus*.

Observamos como essa questão da forma do mundo enraizada nos objetos simples é expressa no seguinte aforismo: “É óbvio que um mundo imaginário, por mais que difira do mundo real, deve ter algo - uma forma - comum com ele” (2.002). Com efeito, o que esse aforismo recapitula é justamente o que pontuamos anteriormente sobre a substância enquanto aquilo que permanece, contudo, não exatamente sobre aquilo que permanece mediante a todas as mudanças, mas como aquilo que permanece mediante as diferentes possibilidades de realização dos fatos atômicos e por extensão, dos diferentes mundos. Então, o conceito de substância deve ser encarado como aquilo que permanece

mediante os modos pelos quais o mundo poderia ser. Isso porque, quando Wittgenstein assume que a forma é o que se mantém em qualquer mundo imaginário, ele obviamente afirma que podemos imaginar mundos diversos, sendo um diferente do outro, porém, nesses diferentes mundos podemos conceber a forma que se mantém.

Essa definição se encaixa de maneira mais clara na compreensão dos objetos simples em sua totalidade enquanto forma geral para qualquer mundo possível nos seguintes aforismos 2.023: “Essa forma fixa consiste exatamente nos objetos” e 2.026: “Só havendo objetos pode haver uma forma fixa do mundo” e 2.027: “O fixo, o subsistente e o objeto são um só”. Desse modo, temos diante de nós, segundo Morris:

(...) uma concepção dramática dos objetos. Acontece que o mundo é feito de fatos atômicos cujos constituintes são entidades que existem necessariamente, em todos os mundos possíveis. Os objetos só podem ser independentes do que é o caso, da maneira que devem ser para formar a substância do mundo, se eles existem de qualquer maneira: se, isto é, eles são existentes necessários, não dependendo para sua existência de qualquer fato contingente. E é por isso que os objetos devem ser simples: o fato de um objeto ser composto exige que seja possível que ele não exista (antes de seus componentes serem combinados, por exemplo, ou depois de serem separados). (Morris, p.42, 2005, tradução nossa).

Nessa passagem, a necessidade da existência dos objetos simples é mais uma característica derivada a partir de uma série de afirmações feitas até aqui que buscaram caracterizar a natureza dos objetos simples. Mas, de maneira mais explícita, podemos retomar sucintamente essas afirmações que resultaram na necessidade dos objetos simples. Vimos que, a totalidade dos objetos simples enquanto forma do mundo são a substância. Por sua vez, a substância é imutável enquanto permanece em qualquer mundo concebível. E é justamente por isso que os objetos não podem ser os objetos do nosso cotidiano. Tendo em conta a dificuldade de assumir os objetos tractarianos como sendo fenomenológicos, mais uma vez, Kenny afirma que:

Manchas no campo visual, sons, sensações táteis e outros dados imediatos da experiência a que os filósofos se referem quando falam sobre dados dos sentidos claramente não são objetos indestrutíveis comuns a todos os mundos possíveis. Nem os objetos cujos nomes figuram nas proposições padrão dos lógicos – homens, cachorros, mesas e cadeiras. . . Somos deixados para fazer o que pudermos da observação enigmática “Espaço, tempo e cor são formas de objetos” (tlp 2.0251) (Kenny, 2006, p.59, tradução nossa).

Ademais, tendo em vista que este e qualquer mundo possível é constituído de fatos, e os fatos são, em seu turno, constituídos de objetos simples, então, os objetos simples são necessários. Ainda se poderia argumentar que podemos, abstratamente, até

cogitar a existência de objetos simples sem que eles ocorram num mundo, mas, não podemos cogitar o contrário. Ou seja, pensar no mundo atual ou em qualquer mundo sem a existência de objetos simples.

Vale ainda explicitar uma característica importante dos objetos que pode ser extraída da série de afirmações que recapitulamos. Essa característica é a unicidade da forma para qualquer mundo possível. Ou seja, existe somente uma única forma geral para todos os mundos possíveis. E isso pode ser inferido a partir da compreensão de que a totalidade dos objetos simples, a forma do mundo e a substância são uma única e mesma coisa, são, assim, conceitualmente intercambiáveis. Partindo desse princípio, retomemos, por um momento, o conceito de substância tractariana. Ora, a substância tractariana é aquilo que permanece mediante a diversidade dos mundos possíveis concebíveis. Como a substância permanece a mesma, naturalmente, a totalidade dos objetos simples permanece a mesma. Assim, a forma é a mesma. Posto que, a forma, a totalidade dos objetos simples e a substância são intercambiáveis, podemos reforçar a compreensão de unicidade da forma garantindo, ainda que por via de um postulado, a fixação da totalidade dos objetos simples no *Tractatus* a partir do aforismo: “Pareceria como que um acaso se a coisa, que pudesse existir só, por si própria, se ajustasse depois a uma situação. Se as coisas podem aparecer em estados de coisas, isso já deve estar nela” (2.0121) e “Se conheço o objeto, conheço também todas as possibilidades de seu aparecimento em estados de coisas. (Cada uma dessas possibilidades deve estar na natureza dos objetos.) Não se pode encontrar depois uma nova possibilidade” (2.023:). Atrelado intimamente a esses dois aforismos, Anthony Kenny corrobora e acrescenta:

Uma vez que todo objeto contém em sua natureza todas as possibilidades de sua combinação com outros objetos, se algum objeto for dado, então todos os objetos serão dados (5.524), e se todos os objetos forem dados, então todos os possíveis estados de coisas serão dados (2.0124) (Kenny, 2006, p.58, tradução nossa).

O aforismo (5.524) possui uma maior carga ontológica, pois ele nos diz que “Dados os objetos, também nos estão dados todos os objetos”. O que, nitidamente, contrasta com o aforismo (2.023), que possui uma carga epistemológica. De sorte, salvo, essas diferenças, o que todos esses aforismos têm em comum é o estabelecimento de que os objetos simples, por natureza, já possuem todas as suas possibilidades combinatória inscritas em si, e que essas possibilidades indicam uma totalidade que não se altera. Isso porque, como cada combinação remete a outros objetos, que possuem combinações que,

por sua vez, remetem aos anteriores e possivelmente a outros mais, a rede fixa de possibilidades delimita uma totalidade única, completamente inalterada do ponto de vista metafísico: “(Cada uma dessas possibilidades deve estar na natureza dos objetos.) Não se pode encontrar depois uma nova possibilidade” (2.023). E, como essa totalidade inalterada é intercambiável com a forma geral, essa forma geral também é única. Com efeito, isso reforça a ideia de que os objetos são os mesmos para qualquer mundo possível: “Eles são ingeríveis e indestrutíveis, porque qualquer mundo possível deve conter os mesmos objetos que este; a mudança é apenas uma alteração na configuração dos objetos” (Kenny, 2006).

As consequências que podem ser extraídas da compreensão de objetos simples que delineamos é aplicada diretamente para vários níveis ontológicos da obra. Para vermos isso melhor devemos dizer que, ao explicitarmos a concepção de forma geral enquanto a totalidade dos objetos, o fizemos sem considerar como a concepção de forma se apresenta já como um traço característico dos objetos. Isso se evidencia no aforismo: “A possibilidade de seu aparecimento em estados de coisas é a forma do objeto” (2.041). Em decorrência disso, por já possuírem uma forma que é essencial para cada um deles, os objetos simples em sua totalidade se comportam como os elementos estruturantes da forma geral.

Além disso, o entendimento de forma atrelada a uma porção determinada de objetos simples aponta para o modo pelo qual os fatos se constituem, e extensivamente, para qualquer situação possível. Posto isso, se torna patente que o arranjo de objetos leva a estruturação de estado de coisas (2.0272), e que a forma da estrutura de um estado de coisas decorre da forma da estrutura dos objetos que ocorrem nele.

Nesse ponto, encontramos a ambiguidade presente na relação de dependência e ao mesmo tempo de independência dos objetos simples associado aos estados de coisas. Por um lado, podemos pensar que a independência dos objetos simples se revela justamente no tocante a seu estatuto de substância, o qual, por definição, existe independente de qualquer outra coisa para existir plenamente. Por outro lado, os objetos simples dependem dos estados de coisas menos enquanto uma circunstância em que eles se realizam concretamente, e mais enquanto uma rede possibilidades que refletem as concatenações possíveis que os objetos simples possuem circunscrito em sua forma.

Tendo isso em vista, Kenny incorre em compromissos explicativos adicionais para ilustrar esse contexto. O intérprete enxerga no jogo de xadrez um meio de apresentar o funcionamento interno dos objetos em relação às suas regras de composição e, com isso,

extensivamente, exhibe também a relação deles com os estados de coisas. Conforme Kenny:

Imagine que os objetos do mundo são as peças de xadrez e os quadrados do tabuleiro. Então os estados de coisas serão as relações entre as peças e os quadrados. O fato de determinada peça estar ou não em determinada casa será um fato positivo ou negativo. O mundo, aliás, será a posição no tabuleiro a qualquer momento. Para representar a indestrutibilidade dos objetos do *Tractatus*, devemos imaginar as regras do xadrez alteradas para que não seja permitido pegar peças (Kenny, 2006, p.60, tradução nossa).

No contexto dessa analogia sobre o comportamento dos objetos, Kenny nos leva a considerar, com certa dose de criatividade, o modo pelo qual os objetos simples funcionam. Nesse exemplo, ele nos conduz a pensar que as regras determinantes para as peças de xadrez são as possibilidades combinatórias essenciais para os objetos, onde a peça e o quadrado que ocupa no tabuleiro compõem um estado de coisas existentes. Por isso, analogamente, as possibilidades de concatenação são regras que estão inscritas no âmago de cada um deles, não sendo atreladas indiretamente a eles como diretrizes arbitrárias conectadas aos objetos. Assim, amparado no princípio de que “Na lógica, nada é casual: se a coisa pode aparecer no estado de coisas, a possibilidade do estado de coisas já deve estar prejudgada na coisa” (2.012), Kenny afirma que os objetos não podem ser pensados sem essas tais regras internas que os governam, e isto, confirma o que é essencial para os objetos até onde conseguimos observar até aqui com alguns comentadores que levam a sério a ontologia dos objetos tractarianos. Ainda assim, vale sublinhar que essas regras enquanto condições predeterminadas das conexões entre as peças de xadrez e os seus lugares no tabuleiro são inerentes a elas assim como a coexistência de relações entre os objetos que combinam entre si inerentes aos próprios objetos. Por isso, de um ponto de vista essencialista, as regras de concatenação são partes constituintes dos objetos e não apenas uma diretriz de uso que se impõe quase que externamente aos objetos tractarianos. No tocante a essa analogia, Kenny nos diz que:

É essencial para as peças de xadrez que sejam detentoras possíveis de posições no tabuleiro, e para as casas que sejam posições possíveis para peças de xadrez. Isso é tudo que existe para elas essencialmente. Nas regras, nada é acidental: se uma peça pode ocorrer em um estado de coisas (por exemplo, se um determinado bispo pode ficar em um quadrado preto), isso está escrito nas regras para seu uso (tlp 2.012). As regras de posicionamento das peças dão sua forma lógica; as peças podem diferir em forma lógica (um cavalo de uma torre) ou ser meramente diferentes numericamente (dois peões). As propriedades internas das peças (por exemplo, um bispo ser capaz de se mover na diagonal) podem ser contrastadas com as externas (por exemplo, um bispo estar agora em QR4). Um rei, longe do tabuleiro e das outras peças, é inimaginável: as

peças de xadrez não podem ser pensadas fora das regras e do jogo (tlp 2.0121). As peças de xadrez são simples: é claro que peças de xadrez reais são feitas de madeira ou marfim e têm formas e partes; mas no que diz respeito às regras, sua composição é acidental e átomos duros também serviriam (Kenny, 2006, p.60, tradução nossa).

Sabemos que a essência de algo é aquilo sem o qual algo não pode existir. Nessa perspectiva, os objetos simples não podem existir sem a sua forma, ou seja, os objetos simples não podem existir sem a possibilidade de se ligar em estado de coisas. Com isso, a possibilidade de ligação dos objetos deve ser, do ponto de vista essencialista, necessária para que os objetos possam existir. Se as possibilidades de ligação são necessariamente possíveis, e essas possibilidades refletem o estado de coisas possíveis, os estados de coisas possíveis também precisam ser necessariamente possíveis para que os objetos possam ser compreendidos e justificados no interior da arquitetura ontológica do *Tractatus*. Desse modo, os objetos são, de um certo modo, independentes, mas, de outro, dependentes. Nessa visão, Morris afirma que:

Os objetos aparecem em combinação uns com os outros, nos fatos atômicos, mas os mesmos objetos poderiam ter existido mesmo que esses fatos atômicos particulares não existissem. Suponha que haja um fato atômico de que Bill está à esquerda de Ben, no qual os objetos Bill e Ben estão um em relação ao outro. Bill e Ben poderiam ter existido, mesmo que não tivessem essa relação particular um com o outro (se Bill estivesse à direita de Ben, por exemplo). O ponto crucial aqui é que os fatos atômicos são contingentes: eles são o que é realmente o caso, mas poderia não ter sido. A independência dos objetos dos fatos atômicos consiste nisto: a existência dos objetos não depende do que é realmente o caso, mas simplesmente do que é possível (Morris, 2005, p.33, tradução nossa).

No tocante à questão da forma no *Tractatus*, temos a presença de outros tipos de formas mais específicas atreladas à constituição dos estados de coisas e à constituição das figurações. Antes de explicitarmos essas formas específicas, convém recapitular alguns pontos antes de avançarmos. Vimos que, a relevância dos objetos simples para o *Tractatus* é que eles são a base fundamental para que possamos compreender a realidade, e antecipamos que eles também são importantes para a linguagem que usamos para descrevê-la. Ou seja, os objetos simples fornecem uma estrutura fundamental para a representação da realidade e para a própria realidade

Além disso, vimos também, segundo a caracterização que fizemos dos objetos simples, que para ser um objeto certas condições devem ser satisfeitas, como a de ele ser

simples, de ser indissolúvel e de estar, por natureza, possivelmente relacionado com outros objetos em estado de coisas.

A simplicidade como traço constitutivo dos objetos tractarianos se apresenta de maneira enigmática no texto. Ainda assim, podemos elucidar o estatuto de simplicidade ao conectá-la a outras características, como a indestrutibilidade ou permanência. Por outro lado, há também abertura textual para considerarmos a simplicidade enquanto um traço que está interligado ao que Wittgenstein nos diz como o caráter incolor dos objetos (2.0232). Intuitivamente, aquilo que não possui ou reflete qualquer cor é algo imperceptível à primeira vista. Seguindo essa acepção e ampliando-a, o estatuto incolor dos objetos seria um indício para a ideia de que eles não estão sujeitos às nossas percepções sensoriais. Ou seja, não é só imperceptível aos olhos humanos que captam cores, mas é imperceptível ao nosso aparato sensorial como um todo, como sustentam Leonard Goddard & Brenda Judge:

Obviamente, a palavra 'incolor' aqui é entendida em um sentido mais amplo do que apenas a mera ausência de cor. Presumivelmente, ele quer que entendamos que um objeto não é o tipo de coisa que tem propriedades perceptíveis, como cor, tamanho, forma e assim por diante. (Goddard; Judge, 1982, pg. 6, tradução nossa)

Essa maneira de entender os objetos poderia se sustentar do ponto de vista das propriedades internas dos objetos tractarianos, como veremos mais à frente. Contudo, seria um ponto de vista parcial, uma vez que os objetos tractarianos não só têm propriedade internas, mas, também, externas (2.01231). Uma vez que há essa dualidade de propriedades nos objetos tractarianos, devemos buscar entender como caracterizá-las e sob quais condições elas podem ser distinguidas, já que as propriedades internas e externas são expressões distintas das categorias ontológica tractariana.

Ao assumirmos que as propriedades internas não são identificáveis pela percepção humana independentemente de nossos esforços, mas que elas ainda assim existem, estaríamos falando sobre algo que escapa de nosso acesso epistemológico. Contudo, nem por isso estamos assumindo que essas propriedades internas deixam de cumprir certo papel argumentativo relevante para o contexto conceitual da ontologia tractariana. Desse modo, precisamos identificar qual é o seu lugar na arquitetura interna da obra, à medida que as caracterizamos.

Observamos que, segundo Wittgenstein: “Uma propriedade é interna se é impensável que um objeto não a possua.” (4.123). Então, se levarmos a sério a metáfora

da ausência de cores - “colourless” - de uma propriedade interna, é aceitável que mesmo que elas não sejam empiricamente acessíveis, elas sejam pensáveis. Pois, como Wittgenstein coloca, o que é inaceitável é que seja pensável que, uma vez existindo, os objetos tractarianos não tenham propriedades internas. Ademais, podemos expressar aquilo que é impensável que algo não tenha como aquilo que é essencial para ele, com isso, segundo Goddard e Judge, é também essencial, para os objetos a sua relação com os seus congêneres:

A possibilidade de sua ocorrência em fatos atômicos também é a forma de um Objeto (2.0141), e é essencial a um Objeto que possa ocorrer em um fato atômico (2.011). Conhecer as propriedades internas de um Objeto, então, é conhecer também sua forma e essência; mas todos os três conceitos - propriedade interna, forma e essência - são expressos em termos de combinações possíveis com outros Objetos. Existe, então, uma íntima ligação entre as propriedades internas de um Objeto e o conjunto de combinações possíveis em que ele ocorre com outros Objetos. Mas, o que não está claro é se o Objeto é pensado para possuir propriedades internas independentemente das combinações nas quais ele pode entrar, e assim determinar quais combinações são possíveis, ou se as propriedades internas devem ser identificadas com o conjunto de combinações possíveis em qual pode entrar. (Goddard; Judge, 1982, pg. 7, tradução nossa).

O tripé conceitual formado pelos conceitos de propriedade interna, forma e essência deságuam na concepção de possibilidade de combinações dos objetos tractarianos, concepção essa que, por sua vez, nos fornece uma imagem do modo pelo qual os objetos fundamentalmente se comportam. Isto é, de maneira relacional. Porém, como apontado por Goddard e Judge, ainda falta uma peça do enigmático quebra cabeça explicativo sobre a natureza dos objetos. Como visto, a dúvida é se essas combinações que expressam o caráter relacional dos objetos são determinadas pelas relações com os outros objetos com quais eles podem se relacionar ou se estão à revelia dos estados de coisas com os quais podem fazer parte. Ao colocar esse questionamento, Goddard e Judge levantam duas hipóteses que podem respondê-lo. A primeira é a de que às propriedades internas de um determinado objeto são independente do conjunto total de estado de coisas com os quais ele pode fazer parte, e a segunda é a que as propriedades internas são justamente o conjunto total de possibilidade combinatórias nas quais ele pode fazer parte (Goddard; Judge, 1982, p. 7).

Mas, o que significa dizer que os objetos possuem propriedades internas independentes dos estados de coisas com os quais eles podem se relacionar? Basicamente, que os objetos com suas propriedades internas são diferentes

do conjunto de estado de coisas com os quais pode fazer parte e que podem determinar. Devemos perceber que, para que uma entidade determine outra, por exemplo, que entidade E1 determine uma entidade E2, ambas precisam ser, em algum nível, distintas. Pois, se caso fossem uma única e mesma coisa, uma não dependeria da outra. De modo que, não faria sentido falar em determinação. Então, se as propriedades dos objetos determinam o estado de coisas simples, ambos são distintos em algum nível.

Agora, suponhamos que um objeto tractariano tenha a vida como a sua propriedade essencial. A propriedade de ser vivo que constitui a natureza do objeto pode estar em múltiplas relações com outros objetos, como ser mais saudável que, crescer mais rápido que, morrer antes de, e assim por diante. Nesse exemplo, mesmo assumindo que podemos conhecer a natureza da vida, nós não teríamos garantido o conhecimento de todas as relações que esse objeto possui, mesmo que esse objeto possa fazer parte dessas relações e que as determine. Ou seja:

(...) que as propriedades internas de um Objeto são distintas do conjunto de fatos atômicos possíveis em que o Objeto entra e que determinam este conjunto. Nesse sentido, as propriedades internas dão a natureza essencial do Objeto como um indivíduo: elas são a especificação ou o diagrama, por assim dizer, que determina quais fatos atômicos qualquer Objeto dado pode participar. Então, conhecer um Objeto é assim conhecer, mas não a mesma coisa que conhecer, o conjunto de combinações possíveis em que pode entrar (Goddard; Judge, 1982, p. 7, tradução nossa).

Contudo, se criarmos um cenário explicativo baseado em objetos cotidianos poderíamos contornar esta dificuldade. Isto é, uma vez conhecendo as propriedades essenciais que formam a natureza de objetos comuns ou ordinários seríamos capazes de inferir muitas das relações com as quais eles poderiam entrar. Notadamente, sabendo de certas qualidades como tamanho, cor, forma e peso dos objetos que são artefatos humanos no geral, estaríamos habilitados a inferir algumas de suas relações. Nesse contexto, segundo Goddard e Judge:

Pois no caso de um objeto comum, como uma mesa ou uma árvore, saber algo sobre sua natureza é também saber algo sobre as possíveis relações que ele pode ter com outros objetos. Sabemos que os artefatos podem estar em relações como foi feito antes, é maior que, é mais escuro que, e assim por diante; mas não em relações como amores, é cantado ou cresceu mais rápido que. E sabemos disso porque sabemos que os artefatos têm propriedades como tamanho, forma e cor, mas não propriedades como a vida. (Goddard; Judge, 1982, p. 7, tradução nossa).

Nesse cenário, o qual reduzimos objetos tractarianos a objetos cotidianos, estamos em condições de defender a afirmação de que ao conhecermos as propriedades dos objetos simples independentes das relações com as quais ele pode se encontrar podemos conhecer tais relações. Porém, há uma dificuldade em assumir essa posição tão rapidamente. Pois, os objetos tractarianos são simples de um modo irreduzível, por isso eles não possuem as propriedades ordinárias usualmente encontradas nos objetos cotidianos. O que sabemos, até onde o *Tractatus* nos permite ir, é que tais propriedades internas estão atreladas às possibilidades combinatórias com outros objetos e, por conseguinte, a estados de coisas simples de que podem fazer parte.

Por outro lado, podemos realizar uma engenharia reversa, ou seja, assumir que a partir das relações com as quais um objeto pode entrar sejamos capazes de encontrar ou ao menos vislumbrar as suas propriedades internas independentes:

Ainda assim, pode-se dizer, ainda não podemos concluir que as propriedades internas de um Objeto são idênticas ao seu conjunto de combinações possíveis. Pode ser que a natureza de um Objeto seja distinta das combinações possíveis nas quais ele se encontra, e que ele determine essas combinações, ainda que não conheçamos a natureza independentemente das combinações. Pois podemos conhecer a natureza independente de um objeto por meio de primeiro conhecer as combinações possíveis em que ele pode entrar (Goddard; Judge, 1982, pg).

Novamente, se reduzirmos os objetos tractarianos a objetos ordinários essa engenharia reversa seria aplicável. Pois, ao dizermos que um determinado objeto se encontra na relação “nasceu antes de” poderemos inferir que tal objeto é um ser vivo e não um sofá. E, seria lícito dizer que algo que é um ser vivo tem, pelo menos como parte, a propriedade de ser vivo como algo essencial. De outro modo, se um objeto determinado estiver numa relação “foi fabricado depois de” poderemos inferir que ele é um artefato humano, na medida que aceitamos que artefatos humanos têm enquanto uma de suas propriedades essenciais serem seres inanimados e fabricados por seres humanos.

Os objetos ordinários podem ser mapeados a partir de suas propriedades correlativas. As propriedades correlativas consistem na ideia de que certas propriedades dos objetos nos são discerníveis porque elas estão atreladas a outras propriedades relacionais que os objetos também mantêm entre si. Como no caso de quando duas pessoas estão numa relação seja de amor ou ódio entre si. Nesse caso, a relação de ódio ou amor são propriedades correlativas dos objetos que se evidenciam em meio às propriedades que ambos devem possuir, ou seja, emoções, seres humanos que se

comportam de modo a expressar essa emoção um com outro, terem corpos etc. Com isso, se dissermos que dois objetos estão numa relação de ódio, devemos conhecer as propriedades relativas implícitas à relação de ódio, visto que ter emoções, corpos, serem humanos e poder de ação, pois elas são propriedades implícitas que devem existir para que a relação de ódio ocorra (Goddard; Judge, 1982, p. 8).

Como apontamos a pouco, a aceitação de objeto tractariana levada seriamente restringe a nossa obtenção de informação das propriedades fundamentais dos objetos por meio de propriedades correlacionais e vice e versa. Seguindo Goddard e Judge:

Mas os Objetos Wittgensteinianos não são de tipos diferentes nesse sentido. Eles são todos igualmente simples; e todos eles carecem de propriedades (qualidades) no sentido comum. Portanto, eles não podem manter relações comuns entre si, pois isso implicaria que eles têm propriedades comuns. Portanto, não é surpresa saber que a relação existente entre os Objetos é sempre a mesma e é sempre a 'combinação' ou 'configuração' sem características. Pois a única propriedade correlativa que pode ser inferida dessa relação é a de ser combinado (com outros objetos) em um fato atômico; mas isso não é propriedade alguma. E, de fato, pode-se concluir que a combinação não é uma relação comum (Goddard; Judge, 1982, p. 8, tradução nossa)

Observamos que, os objetos são homogêneos em termos de propriedades, e que a propriedade que garante essa homogeneidade é a relação não ordinária de combinação ou concatenação com outros objetos tractarianos. Com efeito, é essa relação que os caracteriza. Mas, como passamos dessa relação de combinação não ordinária para relações ordinárias que compõem fatos que apresentam alto grau de complexidade? Uma resposta pertinente a essa questão é dada:

Como não há nenhuma propriedade correlativa associada à 'relação' de combinação, somos forçados a concluir que as propriedades internas de um Objeto não são distintas e não determinam o conjunto de combinações possíveis nas quais ele pode entrar, mas, sim, que eles são idênticos a este conjunto. Mas então as propriedades internas não são características que o Objeto possui por si mesmo. Não são, isto é, qualidades do Objeto. No sentido de 'propriedade' que exclui relações, Objetos não têm propriedades nesta visão - não apenas nenhuma propriedade perceptível, mas nenhuma propriedade. Seja o que for que signifique dizer que as propriedades internas dão a forma ou a natureza essencial do Objeto, por ex. que o conjunto de suas possíveis relações com outros Objetos é 'construído em' um Objeto, não é no sentido de que propriedades e relações estão conectadas em objetos comuns. (Goddard; Judge, 1982, p. 9, tradução nossa).

Os objetos tractarianos são tão contraintuitivos ou estranhos à nossa concepção usual de objetos que:

(...) por mais que tentemos dar sentido às propriedades que não são propriedades comuns dos próprios Objetos, parece que, quando pressionamos a noção, somos forçados a voltar às propriedades comuns para dar qualquer conteúdo a essas propriedades extraordinárias (Goddard; Judge, 1982, p. 9, tradução nossa).

Deste modo, podemos dizer que não há vários tipos de relações entre Objetos. Dado que são simples, no sentido de não terem propriedades, parece haver apenas uma relação entre eles, a saber, a relação de combinação. (Goddard; Judge, 1982, p.10). Se às propriedades internas de um objeto fornecem a sua natureza essencial, podemos, em contraste, pensar nas propriedades externas como seus atributos acidentais (2.01231, 4.023, 2.0233). Mas quais são esses atributos acidentais e como eles surgem? Wittgenstein fala sobre propriedades externas em contraste com as internas: se as propriedades internas são todas as relações possíveis que um objeto pode ter com outros objetos, então as propriedades externas são aquelas relações que qualquer objeto realmente tem, em um determinado momento. As relações reais são um subconjunto das relações possíveis; e diferentes subconjuntos podem existir em momentos diferentes, porque, como diz Wittgenstein: O objeto é o fixo, o existente; a configuração é a mudança, a variável. (2.0271). Posto isso, o que quer que aconteça contingentemente em um determinado momento é apenas a atualização de algumas das combinações possíveis abertas a um objeto. O que é possível constitui as características essenciais de um objeto, e o que é real constitui os atributos acidentais (Goddard; Judge, 1982, p. 10).

As propriedades materiais, então, são um produto de relações entre objetos, ao invés de características de objetos individuais em si mesmos. Assim, as propriedades externas de um objeto são idênticas ao conjunto de combinações reais nas quais ele entra, e as propriedades materiais (presumivelmente de objetos comuns) surgem dessas combinações; mas propriedades externas não caracterizam os objetos como tais, assim como as propriedades internas. Apesar de suas propriedades internas e externas, portanto, os objetos Wittgensteinianos permanecem, até onde podemos ver, sem propriedades em si mesmos. (GODDARD & JUDGE, 1982, pg. 10).

Mas como pode um mero empilhamento de simples em combinações (fatos atômicos) produzir as propriedades que os objetos simples sozinhos não possuem? Como pode haver uma diferença nas combinações reais em que um objeto é combinado, se todos os objetos são igualmente simples sem propriedades? Por que, de fato, algumas combinações seriam possíveis e outras não? “Um problema similar surge na esfera da

linguagem. Isto é, que os nomes são considerados isoladamente não tem sentido, mas, sim, somente referências, sendo os objetos seus significados (3.203, 3.22, 3.221, 3.26).” (Goddard; Judge, 1982, p. 11). O que se supõe é que os nomes se concatenam entre si imediatamente, assim eles produzem uma proposição elementar que aponta para um fato ou existência de um estado de coisas. Os nomes se conectam diretamente aos seus respectivos objetos, selecionando-os. Mas isso não permite qualquer descrição deles, uma vez que eles são irreduzíveis a descrições. A forma do objeto não se demonstra, mas, tão somente se mostra. E isso não pode ser realizado por meio de descrições, e nem mesmo por meio de nomes isolados. As proposições simples, por sua vez, são afirmações simples de fatos, estados de coisas simples. Temos, aqui, notadamente, uma simetria entre a esfera da linguagem e metafísica. Pois, de um lado, temos objetos simples destituídos de propriedades ordinárias que, quando se concatenam, produzem estados de coisas simples dotado de propriedades ordinárias. Por outro lado, temos nomes que estão ligados aos objetos, mas que quando considerados isoladamente, não apresentam sentido, somente significado devido ao objeto no qual se referem. Contudo, quando estão concatenados entre si, eles produzem proposições simples dotados de sentido, uma vez que possuem nesse nível da linguagem condições de verdade. Aqui, se apresenta um problema fulcral, como apontado por Goddard e Judge: como começam as propriedades? Como passamos de nenhuma propriedade em indivíduos *per se*, para propriedades em coleções de indivíduos? (Goddard; Judge, 1982, p. 11).

A dificuldade dessa resposta é ainda mais dramática do que a questão de como certas propriedades mundanas *sui generis* emergem de outras. Isto é:

Por exemplo, primeiro temos certos aminoácidos e assim por diante, e depois temos a vida; ou, no contexto da evolução filogenética, temos um cérebro animal com certas capacidades de aprendizado e, em seguida, um cérebro estruturalmente semelhante que de repente tem a capacidade de linguagem, pensamento racional e autoconsciência. Em casos de propriedades emergentes como essas, é sempre um problema saber como devemos preencher a lacuna entre duas propriedades descontínuas, mas ainda existem algumas propriedades em cada caso - o problema é apenas como mapear a última na antiga. O problema que enfrentamos aqui é mais fundamental: como explicar o surgimento de propriedades onde antes não existiam? (Goddard; Judge, 1982, p. 11, tradução nossa).

A ontogênese dos objetos tractarianos não pode ser respondida em seu próprio regime ontológico, uma vez que eles só poderiam ser distinguíveis em tese no regime ontológico dos fatos atômicos. Cumpre dizer que os objetos simples os constituem e que

temos múltiplos fatos atômicos (2.04), de modo que isso nos leva diretamente a procurar entender como os fatos atômicos podem ser distinguidos entre si. Caímos, aqui, numa relação circular. Vejamos que os objetos tractarianos são em tese distinguíveis no regime ontológico dos fatos atômicos, e, por outro lado, os fatos atômicos são em tese distinguíveis entre si porque são constituídos de objetos distintos. Para romper com essa circularidade poderíamos recorrer a um exemplo do que seria um fato atômico, porém, Wittgenstein não nos fornece nenhum. (Goddard; Judge, 1982, p. 13). Nesse contexto, ficaremos de mãos atadas se não tivermos mais um regime ontológico disponível. Felizmente, temos o regime dos fatos complexos, os quais resultam do arranjo de fatos atômicos. Por serem constituídos pelos fatos atômicos, e serem distintos uns dos outros, os fatos complexos nos permitem inferir que existem fatos atômicos distintos. E mais crucialmente, os fatos atômicos finalmente formam a base de um nível ontológico passível de distinção. Contudo, isso não significa que podemos realizar distinções acuradas dos fatos atômicos. Nas palavras de Goddard e Judge, eles ainda não são sujeitos a distinção plena em termos descritivos:

Mas é claro que não decorre do fato de que fatos comuns são compostos de diferentes fatos atômicos que possamos distinguir um fato atômico de outro. Não podemos fazer isso se os fatos atômicos, como tais, são inacessíveis para nós. Já vimos razão para inferir sua inacessibilidade, por exemplo, na falha de Wittgenstein em dar exemplos deles. Mas, em qualquer caso, como argumentaremos mais tarde, os fatos atômicos como fatos atômicos devem ser inacessíveis, embora possamos apreendê-los em sua forma não analisada como fatos comuns (Goddard; Judge, 1982, p. 13, tradução nossa).

Na perspectiva de Goddard e Judge, ao examinarmos a estrutura ontológica do *Tractatus* a partir de um movimento que parte dos objetos tractarianos e se direciona aos fatos complexos, acabamos caindo em certo equívoco. Este equívoco consiste em entender os objetos tractarianos como a unidade básica ontológica, tal como em Russell o faz em sua ontologia, identificando-os como informações elementares diretamente acessíveis por familiaridade. Contrariamente a essa abordagem, sustenta-se que o mundo, seja ele qual for, é constituído de fatos e não de coisas, e que a unidade básica do universo ontológico do *Tractatus* são os fatos simples, pois é a partir deles que se pode obter fatos complexos passíveis de afirmações predicáveis. Isso exige que o movimento de análise do universo ontológico do *Tractatus* seja de cima para baixo. Ou seja, que iniciemos dos fatos complexos, passemos aos simples e, por fim, consigamos inferir os objetos simples:

(...) Wittgenstein pensa a relação na direção oposta, como deixa claro no início do *Tractatus*, onde diz: 'O mundo é a totalidade dos fatos, não das coisas'. (1.1), e 'Qual é o caso, o fato, é a existência de fatos atômicos.' (2). Fatos atômicos são suas unidades básicas viáveis. (Goddard; Judge, 1982, p. 13, tradução nossa).

Além de que, as

(...) coleções de fatos atômicos produzem aqueles fatos comuns, cuja existência pode ser afirmada por proposições comuns. Fatos atômicos também podem ser analisados de forma descendente em Objetos, e o resultado dessa análise é que as propriedades desaparecem. Assim, os Objetos podem ser postulados por uma inferência, mas não podem ser descritos ou escolhidos como indivíduos, ou usados como blocos de construção básicos. O mesmo tipo de movimento, desta vez no domínio das proposições, parece estar por trás de suas observações de 5,5562 a 5,62 (Goddard; Judge, 1982, p. 13, tradução nossa).

O desaparecimento das propriedades dos objetos tractarianos e a impossibilidade de dispormos de recursos para individuação dos mesmos decorre da própria natureza dos objetos tractarianos, por sua irredutível simplicidade que não pode ser delimitada epistemologicamente, mas, inferida ontologicamente enquanto um elemento básico da ontologia do *Tractatus*. A presença dos objetos tractarianos se encontra em um nível ontológico que só pode ser inferido. Isso quer dizer que temos, em tese, três níveis ontológicos interligados de um modo tal que podemos transitar por análise de um para outro a partir de um movimento descendente. O primeiro nível ontológico é o dos fatos complexos ou ordinários, o segundo o dos fatos atômicos e o terceiro dos objetos tractarianos. Elas, em seu conjunto, abarcam tudo que existe no universo tractariano.

A defesa do movimento de análise descendente serve de apoio para a ideia de que não partimos de categorias ontológicas enumeradas dotadas de propriedades ou sendo indivíduos básicos epistemologicamente acessíveis. Mas, sim, que partimos de fatos ordinários onde tais propriedades emergem por meio do arranjo determinado de fatos simples. Isso porque:

De acordo com Wittgenstein, em contraste com Russell, quando tentamos entender a natureza do mundo, não podemos começar com os simples, porque nunca poderíamos encontrá-los - assim como em termos matemáticos não podemos chegar ao limite. Também não poderíamos individualizar combinações de Objetos em fatos atômicos, pois ainda não temos pontos de referência em um universo de simples. Devemos começar no nível dos dados perceptíveis comuns, que fornecem pontos de referência, sistemas de coordenadas, etc., e trabalhar para baixo. O resultado dessa análise é que as propriedades desaparecem (Goddard; Judge, 1982, p. 14, tradução nossa).

A ideia de Goddard e Judge é que os objetos tractarianos devem existir porque existem fatos complexos. Com efeito, estamos a todo momento lidando com fatos complexos ou ordinários e falando sobre eles. Mas, para que eles possam compor a imagem de mundo tractariana como uma parte ontológica dotada de propriedade e que muda, deve haver algo imutável, que, embora não seja tangível, subsiste como uma fonte doadora de garantia dos fatos, sejam eles simples ou complexos. Isto já que: “Os objetos constituem a substância do mundo, por isso não podem ser compostos”(2.021), além de que “O fixo, o subsistente e o objeto são um só” (2.027). O que é passível de mudança, no Tractatus, são os fatos complexos como um reflexo da mudança de articulação dos fatos atômicos que os constituem, ao passo que os fatos simples mudam como um reflexo de concatenação dos objetos tractarianos. E os objetos tractarianos, não mudam. (Goddard; Judge, 1982, p. 14).

Posto a indispensabilidade dos objetos tractarianos para os fatos ordinários e simples, cabe entender, agora, porque há a distinção entre fatos atômicos e complexos ou ordinários. Uma maneira de colocar a questão é justamente essa: Que trabalho os fatos atômicos estão fazendo? Por que não analisar fatos comuns diretamente em Objetos? (Goddard; Judge, 1982, p. 15). A fim de expor essas diferenças devemos nos aproximar da esfera da linguagem e de sua relação com o mundo. Ou seja, como o entendimento das diferenças existentes entre fatos simples e complexos podem ser considerados a partir da esfera da linguagem.

Essa distinção está ligada ao fato de que os fatos atômicos simplesmente existem no mundo, independentemente dos sujeitos que percebem e usam a linguagem. Mas os fatos que correspondem a proposições ordinárias como 'Há quatro cadeiras ao redor da mesa', por outro lado, não existem no mundo como itens individualizados e contidos em si mesmos, independentemente de algum sujeito perceptivo que percebe e assim individua que fato por meio da proposição apropriada. (Goddard; Judge, 1982, p. 15, tradução nossa).

A passagem supracitada, surpreendentemente, entrelaça de modo implícito uma espécie de realismo dos fatos simples com um construtivismo sutil atrelado aos fatos ordinários. Para levar a sério essa combinação de teses basta observarmos no fragmento a afirmação de que os fatos simples são independentes de usuários cognoscentes da linguagem, enquanto fatos ordinários ou complexos tem a sua existência influenciada pelo modo em que os agentes cognoscentes utilizam a linguagem. Nesse sentido, os fatos

simples consistem naquilo que existe independente e objetivamente, ganhando, assim, um estatuto de neutralidade em relação à linguagem, a cognição e as percepções humanas.

Segundo Goddard e Judge, essa concepção de neutralidade e independência dos fatos atômicos corresponde à nossa maneira de dizer aquilo que é o caso por meio de proposições simples. Esse raciocínio se justifica a partir do paralelo com o seu correlato na linguagem, ou seja, as proposições elementares. Então, é como se os fatos simples refletissem os aspectos de independência, neutralidade e objetividade das proposições simples. E, até onde o *Tractatus* nos permite ir, as proposições elementares são a concatenação de nomes. Ou seja: “A proposição elementar consiste em nomes. É uma vinculação, um encadeamento de nomes” (4.22).

Centralmente, nessa linha de pensamento, as proposições elementares encontram o seu lugar como veículos linguísticos completamente imaculados de qualquer influência de uma língua específica e de nossos aparatos sensório cognitivos. Pois, como as proposições elementares descrevem fatos atômicos, e os fatos atômicos são as unidades ontológicas básicas passíveis de serem linguisticamente representáveis, as proposições elementares, então, apresentam o mundo tal como ele é:

As proposições elementares são imagens de fatos atômicos, e os fatos atômicos, ao contrário dos fatos comuns, existem no mundo como entidades individualizadas independentes. A qualquer momento, os Objetos são combinados com outros Objetos de certas maneiras determinadas, que produzem os fatos atômicos. Esses fatos são todos e tudo o que é o caso. Se fôssemos capazes de enunciar proposições elementares, deveríamos, ao fazê-lo, dar uma explicação neutra do mundo como ele realmente é, independentemente de qualquer observador. (Goddard; Judge, 1982, p. 15, tradução nossa).

Indo em direção a essa perspectiva, podemos imaginar, como proposto por Goddard e Judge (1982), um cenário no qual há alienígenas dotados de órgãos sensoriais completamente diferentes dos nossos. A diferença é tamanha que eles não conseguem estabelecer por meio da experiência diferenças moleculares entre estados sólidos, líquidos e gasosos tal como nós seres humanos podemos fazer. Isso quer dizer que eles têm experiências, mas não como nós temos. Além disso, imaginemos que os alienígenas possuem uma linguagem cognitivamente indecifrável para nós, além de que eles estão em uma sala com uma mesa e com cadeiras comuns, daquelas encontradas na maioria das casas dos habitantes da terra.

Ora, eles podem experienciar aquilo que chamamos de uma mesa com cadeiras, e nós também, porém, essas experiências irão ocorrer de formas distintas. Então, de alguma maneira, nós e os alienígenas estamos presenciando o mesmo estado de coisas, embora as nossas experiências sejam distintas. O que está em causa aqui é uma diferença epistemológica sobre a circunstância, mas isso não faz com que a base ontológica de nossas experiências seja distinta. Sendo assim, deve haver proposições verdadeiras que representam aquilo que é um fato sobre a sala e proposições falsas que passam ao largo daquilo que é um fato nessa circunstância.

Para tanto, precisamos encontrar esse ponto comum, malgrado os modos diferentes de experimentação do mundo. Ou seja, podemos perceber o fato de que há uma mesa e três cadeiras, uma vez que essas entidades se destacam por meio de nossa experiência, mas isso não tem validade para os alienígenas, porque eles não conseguem distinguir densidade de matéria. Basicamente, conhecemos certos tipos de propriedades sobre os fatos da sala de acordo com nossos órgãos sensoriais. Por outro lado, os alienígenas conhecem outras propriedades sobre os mesmos fatos da sala que não podemos conhecer. E para piorar, as nossas linguagens não podem ser compartilhadas. Então, não sabemos sobre o conjunto de propriedades que estão em causa para os alienígenas. Isso coloca uma relativização dramática, pois evidencia que aquilo que há de ontologicamente comum para nós e os alienígenas não pode ser perceptível, pois temos percepções completamente distintas dos alienígenas e ao mesmo tempo estamos experienciando o mesmo mundo. (Goddard; Judge, 1982, pg. 16).

A superação desse problema nos leva à questão do que seria, então, a unidade ontológica dessas diferentes experiências e como representá-las. E uma resposta a isso envolve uma abordagem tractariana. Ou seja:

As proposições elementares podem ser exatamente essa linguagem. O conjunto de proposições elementares verdadeiras é uma imagem precisa e exaustiva de tudo o que é o caso. E com a adição do conjunto falso, também temos uma imagem de tudo o que poderia ser o caso (4.26). Na linguagem comum, usamos proposições comuns. Quando totalmente analisados, eles se tornam funções de verdade de proposições elementares. Talvez, estas sejam uma série de conjunções. Isto é, nossas proposições ordinárias selecionam este fato atômico, e este...representado por uma série de proposições elementares (Goddard; Judge, 1982, p. 15, tradução nossa).

O que os autores querem dizer é que as proposições elementares desempenham um papel comum para qualquer língua, isto é, o de serem o ponto final da análise completa de proposições complexas para qualquer linguagem possível. Isso permite às

proposições elementares tocarem em fatos constituídos por uma base ontológica comum do mundo independente das diferenças sensoriais e linguísticas que se possa ter. Isso porque, as proposições elementares são particularmente constituídas diretamente por nomes, itens linguísticos irreduzíveis que formam a base para a construção das proposições. Cumpre dizer que, os nomes tractarianos se ligam entre si para a constituição desse tipo de proposição, espelhando a organização estrutural de um fato atômico que seus respectivos referentes compõem. O fato atômico, por sua vez, se constitui na concatenação direta de objetos tractarianos, também irreduzíveis.

Assim, a unidade ontológica básica que nos é linguisticamente acessível, a saber, o fato atômico, se arranjará com outros fatos atômicos, criando, assim, fatos ordinários que expressamos com proposições ordinárias ou complexas. As proposições ordinárias, por sua vez, são funções de verdade das proposições elementares, isto é, as condições de verdade das proposições ordinárias são um subconjunto de proposições elementares, as quais representam fatos atômicos, além de ser a base para a construção de qualquer proposição ordinária significativa (Goddard; Judge, 1982, p. 17). Vale ressaltar que, é por meio da redução dos fatos ordinários em fatos atômicos que se pode inferir os constituintes últimos da realidade, os objetos tractarianos. Os objetos tractarianos e os fatos atômicos compõem a base ontológica independente tanto para os fatos complexos que expressamos em nossas proposições cotidianas, quanto para as proposições que os alienígenas expressam, seja lá como elas forem. Com a diferença de que os fatos atômicos podem ser linguisticamente alcançados por proposições elementares resultantes da análise completa de proposições ordinárias. E isso é assim porque os fatos atômicos se estabelecem independentemente de nossa maneira de recortar os fatos por meio de nossa linguagem e percepção, sendo o tribunal que torna as nossas proposições verdadeiras ou falsas. Contudo, isso não quer dizer que a nossa linguagem não influencia o modo pelo qual os fatos complexos ou o subconjunto de fatos atômicos são recortados, pois, a nossa linguagem, especificamente, no nível dos fatos ordinários, influencia o modo com que selecionamos certos subconjuntos de fatos atômicos devido a nossos interesses, percepção e acuracidade linguística. Sendo justamente por isso que as percepções e as representações linguísticas entre nós e os alienígenas se tornam tão distintas mesmo em um mesmo mundo. Para tornar essa nuance ontológica mais ilustrativa os autores propõem o seguinte exemplo:

Considere, por exemplo, o seguinte fato comum: percebemos que há quatro cadeiras ao redor da mesa. Esse fato é o caso apenas porque seus fatos atômicos constituintes são como são, ou seja, conjuntos particulares de relações existem entre conjuntos particulares de objetos. Esses fatos atômicos são acessíveis a nós, não, é claro, como fatos atômicos, mas como um fato comum. Mas esse conjunto de fatos atômicos talvez não seja acessível aos alienígenas, porque aquela região do universo a que nos referimos na proposição 'Há quatro cadeiras ao redor da mesa' é apreendida de maneira diferente por eles. O que lhes é acessível pode ser um subconjunto diferente (mas possivelmente interseccional) de fatos atômicos sobre a mesma região do universo, novamente não como fatos atômicos, mas como seus fatos comuns. Ambos os conjuntos de fatos atômicos são subconjuntos dos fatos atômicos totais e, de acordo com os fatos atômicos selecionados, os fatos comuns e o mundo parecerão bem diferentes. Em nossa conversa sobre o mundo, usamos proposições da mesma forma lógica da forma na qual o apreendemos: proposições comuns para declarar fatos comuns. E assim como os fatos comuns que apreendemos são equivalentes a conjuntos de fatos atômicos, as proposições comuns são logicamente equivalentes a funções de verdade de proposições elementares. (Goddard; Judge, 1982, p.17, tradução nossa).

A ideia subjacente é de que, por um lado, recortamos, estruturamos e representamos o mundo por meio de nossa linguagem, percepção e necessidade, isso quando estamos no âmbito das proposições e dos fatos ordinários. Nesse âmbito, uma mesma região do mundo pode ser representada complexamente de maneira distinta, pois essa mesma região pode ser expressa por subconjuntos diferentes de fatos atômicos. Mas, por outro, temos um conjunto de fatos atômicos total que delimitam até onde qualquer linguagem pode ir de modo significativo. Além de determinar, consequentemente, até onde a percepção pode ir, seja de qual órgão sensorial ela derive. Isto é, os fatos atômicos apresentam o ponto de neutralidade do mundo, onde algo é ou não o caso. Mas, como os fatos atômicos determinam os fatos complexos que são um subconjunto de fatos atômicos, uma parte do mundo, recortados do conjunto total de fatos atômicos passíveis de percepções, os quais nossos sistemas de representação linguísticos expressam por proposições ordinárias.

Consideremos, pois, um determinado estado de coisas complexas (ECC) sobre um determinado estado de coisas existentes no corpo humano. Além disso, suponhamos que ECC é constituído pelo subconjunto de fatos atômicos: (FE1, FE2, FE3, FE4, FE5, FE6 e FE7). Temos, então, a ilustração exaustiva dos fatos atômicos que compõem o ECC. Suponhamos ainda que, ECC pode ser expresso por proposições da fisiologia neurociência (P1), também pode ser expresso por proposições da Biologia (P2), assim como por proposições da Química (P3), além de pode ser expresso por proposições da Física (P4). Em cada caso, temos proposições complexas, e em cada caso temos um tipo de representação sobre EC. Contudo, P1 expressa (FE1, FE2), P2 expressa (FE3, FE4),

P3 (FE5,) e P4 (FE6, FE7). Segundo os intérpretes, todas essas proposições são representações legítimas de ECC, cada uma recortando um subconjunto de fatos atômicos de ECC. Ao somarmos todas essas proposições ordinárias e em seguida reduzirmos elas a uma análise completa, teríamos suas respectivas proposições elementares correspondentes aos fatos atômicos exaustivos. As diferenças dos fatos complexos representados por proposições diferentes se diluem nos fatos atômicos que os compõem. Estes fatos que compõem ECC e, além disso, não mudam. O que muda, na verdade, é o recorte representativo a nível dos complexos que exibem diferentes maneiras de representar ECC, ou melhor, maneiras parciais de representar ECC. Por isso, “para caracterizar qual é o caso, devemos usar uma ou outra das redes ou sistemas de coordenadas, e isso inevitavelmente estrutura o que é o caso” (Goddard; Judge, 1982, p. 18).

Nesse sentido, o que se tem em vista é um equilíbrio entre aspectos imutáveis e basais do universo ontológico tractariano como os objetos e os fatos atômicos e aqueles que podem mudar na medida que podem ser expressos por sistemas representativos distintos.

Nossa análise do mundo deve começar no nível perceptível do que pensamos como fatos comuns. É apenas no nível dos fatos perceptíveis e "da linguagem que eu entendo" (5.62) que podemos encontrar um ponto de referência a partir do qual analisar os fatos e objetos atômicos. Claro, não podemos perceber Objetos, só podemos saber inferencialmente que eles devem existir. Os fatos atômicos têm, em certo sentido, propriedades, e nós, em certo sentido, os percebemos, mas não como tais - apenas na forma dos fatos comuns que são representados por nossa linguagem. Fatos comuns - o nível no qual a análise deve começar - podem ser mutáveis e variáveis mesmo quando o mundo não muda, porque o que são os fatos comuns depende de nosso quadro de referência, assim como há fatos diferentes sobre o corpo humano conforme estamos usando a linguagem da fisiologia, da química ou da física. Os fatos atômicos, por outro lado, são independentes de quadros de referência, independentes de observadores humanos e, na verdade, de todos os observadores possíveis. Se não fosse assim, não haveria realidade independente da mente para o mundo. O que pensamos como fatos comuns pode mudar de acordo com nosso quadro de referência. Mas quando os fatos atômicos mudam, o mundo muda (Goddard; Judge, 1982, p.18, tradução nossa).

Desse modo, as propriedades surgem para nós nos fatos ordinários ou complexos. Esses podem ser representados de maneiras distintas, seja na perspectiva do senso comum ou nas perspectivas do campo científico. Uma outra maneira de ilustrar esse ponto é recorrer à instrutiva analogia oferecida pelo Tractatus das diferentes malhas com seus diferentes formatos, todos elas podendo ser aplicadas a certas manchas em

uma superfície, de sorte que cada uma pode se adequar a mancha de uma maneira mais ajustada ou menos ajustada a depender de seu formato. Segundo Wittgenstein:

A mecânica newtoniana, por ex., põe a descrição do mundo numa forma unitária. Concebemos uma superfície branca sobre a qual houvesse manchas pretas irregulares. Dizemos, então: qualquer que seja a configuração que disso possa resultar, sempre poderei aproximar-se o quanto quiser de sua descrição recobrimo a superfície com uma rede de quadriculadas malhas convenientemente finas e dizendo, a respeito de cada quadrado, se é branco ou preto. Terei posto assim a descrição da superfície numa forma unitária. Essa forma é arbitrária, pois eu poderia ter utilizado, com o mesmo sucesso, uma rede de malhas triangulares ou hexagonais. Pode ser que a descrição, com o auxílio de uma rede triangulada, se tornasse mais simples; ou seja, que pudéssemos, com uma rede triangulada de malhas mais grossas, descrever a superfície de maneira mais precisa do que o faríamos com uma rede triangulada de malhas mais finas (ou vice-versa), e assim por diante. Às diferentes redes correspondem diferentes sistemas de descrição do mundo. A mecânica determina uma forma de descrição do mundo ao dizer: todas as proposições da descrição do mundo devem ser obtidas, de uma dada maneira, a partir de um certo número de proposições dadas - os axiomas mecânicos. Provê, desse modo, as pedras para a construção do edifício científico e diz qualquer que seja o edifício que você queria levantar, deve construí-lo da maneira que seja, com estas e apenas estas pedras (6.341).

De fato, o que parece estar em vista é que podemos possuir diversas linguagens para retratar o que se passa no mundo de uma maneira significativa, e em cada uma delas teremos resultados distintos que, no entanto, só possuem sua margem de manobra a partir de uma base comum constituída pelos fatos atômicos subjacentes aos fatos complexos representados por essas redes. Vale ressaltar que, como não sabemos o que é um fato atômico, e nem mesmo como eles podem ser percebidos, a compreensão de que os fatos atômicos são uma base comum para diferentes percepções dos fatos complexos cumpre o papel de fornecer uma base neutra e objetiva para o mundo. Ou seja:

Assim não é que nossa linguagem, nossas necessidades e nossos interesses coloquem os fatos no mundo. Em certo sentido, eles já estão lá. Mas se o mundo é feito de fatos, então, de acordo com a maneira como eles são selecionados, o mundo parecerá mundos diferentes. Nossa caracterização desta sala como contendo tantas mesas e tantas cadeiras será ininteligível para os alienígenas. No entanto, uma vez que, por meio de nossa caracterização, conferimos essas propriedades à sala, torna-se um fato objetivo que a sala contém x mesas e y cadeiras. A maneira como o mundo é faz com que a afirmação sobre o número de mesas e cadeiras seja verdadeira ou falsa. Há uma dependência de mão dupla entre a linguagem dirigida pelos sentidos e o mundo. A linguagem molda o mundo, mas igualmente o mundo determina o que pode ser dito com verdade sobre ele. (Goddard; Judge, 1982, p.18, tradução nossa).

Com efeito, o mundo determina a verdade e a falsidade das nossas proposições, e isso depende de como mundo é, o que só pode ser mostrado em sua integralidade determinada por meio do conjunto total de fatos atômicos. Com Goddard e Judge, estamos em condições de entender que o nuançado universo ontológico tractariano, e como as suas categorias ontológicas mais fundamentais se relacionam umas com a outras a ponto de permitir diversas redes ou sistemas de representação do mundo mesmo com ele tendo uma base objetiva. Além disso, como a ontologia tractariana possui três níveis ontológicos interconectados - objetos, fatos atômicos e fatos complexos - cada nível interdepende um do outro criando um sistema. Pois, os objetos tractarianos essencialmente fixos e simples permitem com suas possibilidades combinatórias que em determinado momento fatos atômicos se constituam como a parte objetiva e neutra. E tanto os objetos tractarianos quanto fatos atômicos são inferidos a partir do nível ontológico que temos acesso cotidianamente por meio de nossos sistemas linguísticos de representação. Com isso, poderíamos até mesmo dizer que embora os objetos tractarianos não tenham propriedades, os fatos atômicos constituídos por eles possuem. Mas, tais propriedades, tal como os próprios fatos atômicos, se apresentam para nós em fatos complexos ou ordinários. Essa maneira de entender a ontologia não abala a interpretação de que os fatos atômicos tenham propriedades, no entanto, restringe propriedades dos fatos atômicos a serem linguisticamente acessíveis somente quando nossos sistemas de representação se aplicam a fatos complexos. Desse ponto de vista, a mutabilidade do mundo se restringe os fatos atômicos, o que garante a multiplicidade de sistemas de representação sobre ele ou, no que tange ao campo da ciência, a mudança das malhas que se ajustam gradativamente com intuito de obter representações cada vez mais acurada do mundo. A diversidade de sistemas representativos, contudo, se diluiria ao serem reduzidas as proposições atômicas, pois a contrapartida ontológica desse regime é justamente os fatos atômicos em sua totalidade, que vai ditar a verdade e a falsidade das nossas proposições simples independentemente de qual seja o sistema de representação que estamos utilizando. Vejamos ainda que, o realismo sobre os objetos e os fatos atômicos se mantêm firmes na perspectiva de Goddard e Judge, uma vez que estes são componentes que independem de nossa percepção e da linguagem que utilizamos. Na verdade, os objetos tractarianos e os fatos atômicos, são condições de possibilidades de nossa percepção, e em contrapartida, os nomes e proposições simples são condições de possibilidade de nossos sistemas de representações:

Por meio da análise, podemos ver que deve haver simples últimos, ou seja, Objetos, e que o que existe no mundo, independentemente da maneira como o percebemos e concebemos, são Objetos simples e as relações entre eles. Se pudéssemos de fato identificar esses Objetos simples de alguma forma por meio de alguma descrição, estaríamos impondo nossa própria maneira de perceber ou conceber o mundo, caso em que não seria independente de nosso 'ponto de vista'. Então, colocando de outra forma, se deve haver coisas e fatos independentes de qualquer tipo particular de percebedor e concebedor, eles devem ser indescritíveis:

Nomes pelos quais teríamos de identificá-los poderiam ter apenas uma referência simples não direcionada pelo sentido. E as proposições elementares que descrevem os fatos atômicos poderiam ser apenas meras concatenações de tais Nomes. Mas isso quer dizer que tais Nomes e tais proposições elementares não poderiam fazer parte de nenhuma linguagem, embora a possibilidade desse tipo de neutralidade lingüística explique a própria possibilidade da linguagem exatamente da mesma maneira que a existência de Objetos simples e as relações entre eles dá conta da própria possibilidade de percepção. Mas como perceber nunca é perceber o simples como tal, a percepção, a concepção e a linguagem nunca podem revelar como o mundo realmente é. Eles só podem apontar na direção do que deve ser o caso. (Goddard; Judge, 1982, p.19, tradução nossa).

Até aqui, a razão em destaque para que a existência dos objetos tractarianos seja defensável ocorre segundo uma leitura onde eles são obtidos de modo inferencial a partir da necessidade de haver um substrato que garanta os fatos simples do mundo e, por consequência, que garanta os fatos complexos e as representações que fazemos deles.

6 - A ONTOLOGIA COMO DETERMINANTE PARA A LINGUAGEM

Os objetos simples são imutáveis numa concepção bem precisa de imutabilidade. O que é imutável em cada objeto simples são todas as suas possibilidades de ligação com outros objetos simples, o que define as suas possibilidades de ocorrência nos estados de coisas sejam eles possíveis ou existentes. Desse modo, a rede de possibilidades combinatórias que é intrínseca a cada objeto simples é imutável. E, como ela molda a própria forma do objeto, essa rede de possibilidade combinatória forja estrutura interna de cada objeto simples. Todavia, embora as suas possibilidades combinatórias não mudem, as suas combinações reais mudam (Malcolm, 1986, p. 2). Isso quer dizer que é lícito supor que um objeto simples possa ter mais de uma maneira de se relacionar com estado de coisas, ocorrendo de uma determinada maneira ou outra, e que um único objeto

simples pode ocorrer de maneiras diferentes em diferentes estados de coisas. Ou seja, cada possibilidade de combinação realizada na ocorrência de um estado de coisas é algo que poderia ser diferente, uma vez que se tem uma rede de possibilidades combinatórias abertas enraizadas em cada objeto, o que aponta para o endosso de que a forma do mundo consiste em objetos simples (Malcolm, 1986, p.2).

Com isso, crucialmente, Malcolm interpreta que a forma do mundo ou da realidade não pode mudar com o tempo, assim como as combinações possíveis encerradas em um objeto. Nesse sentido, a forma do mundo é vista como atemporal e, por isso mesmo, eterna. Além disso, ele acrescenta a sua interpretação sobre a forma do mundo corresponder ao espaço lógico, o qual é a forma de qualquer mundo possível imaginável. O que está sendo afirmado aqui é a interpretação de que poderíamos facilmente pensar em mundos possíveis com arranjos de estado de coisas distintas do nosso mundo atual. Mas, embora haja essa distinção de mundos que envolve o arranjo distinto de estado de coisas existentes, os mundos distintos, seja lá como forem ou quantos forem, possuem a mesma forma, a saber, o espaço lógico (Malcolm, 1986, p.2).

Com essa caracterização, vale destacar que, a forma do mundo/espaço lógico recebe, de Malcolm, o estatuto de ser a priori no sentido de ser anterior a qualquer descoberta empírica, invenção ou experiência. Isso elimina qualquer aspecto contingente da forma do mundo. Sendo assim, ela se impõe necessária e anteriormente aos fatos e ao próprio mundo (MALCOLM, 1986, p.2)

A adoção da visão realista do Tractatus se encontra justamente na visão de Malcolm sobre o estatuto ontológico do espaço lógico em relação com o pensamento e com a representação linguística. Segundo ele, o espaço lógico não só independe da linguagem e do pensamento para ser o que é, como é um pressuposto para a linguagem e o pensamento. Devemos salientar que o espaço é pressuposto enquanto uma condição sem a qual a linguagem e o pensamento não seriam possíveis. Com isso, a nossa linguagem e o nosso pensamento não condicionam e nem mesmo influenciam o espaço lógico.

Por motivos de definição, vale dizer que o realismo é uma tese filosófica que assume várias formas e pode ser aplicado a vários domínios, como ontológico, moral, científico etc. Contudo, para caracterizarmos a concepção de realismo de uma maneira geral, mas ainda assim clara, podemos recorrer à definição de Searle:

Como formulação preliminar, defini o realismo como a visão de que o mundo existe independentemente de nossas representações dele. Isso tem a consequência de que se nunca tivéssemos existido, se nunca tivesse havido nenhuma representação — quaisquer declarações, crenças, percepções, pensamentos, etc. permaneceram inalterados. Exceto pelo pequeno canto do mundo que é constituído ou afetado por nossas representações, o mundo ainda teria existido e teria sido exatamente o mesmo que é agora. Isso tem a consequência adicional de que quando todos nós morrermos, e todas as nossas representações morrerem conosco, a maioria das características do mundo permanecerá totalmente inalterada; elas continuarão exatamente como antes. (Searle, 1997, p.153, tradução nossa).

Se transpormos a concepção de realismo nos termos de Searle para o espaço lógico, teremos justamente o que Malcolm defende, isto é, que o espaço lógico existe em completa independência de nossos pensamentos, crenças, representações linguísticas e de qualquer experiência. O realismo de Malcolm pode também ser examinado no âmbito da teoria da linguagem do *Tractatus*. O exame linguístico nos fornecerá uma nova faceta da importância do espaço lógico segundo a compreensão realista. Há, também, o endosso de que o significado dos nomes são os objetos simples (3.203). De modo que, Malcolm se compromete com a ideia de que a relação entre um nome e um objeto é a de substituição, tal relação é expressamente apontada no *Tractatus* no aforismo: (3.203)

Para justificar a sua interpretação Malcolm destaca que o verbo “*vertritt*”, presente no aforismo (3.203), nos diz que a relação de um nome para com um objeto simples expressa a noção de “*deputize for*” que seria algo como agir como um substituto legítimo. Em termos de analogia, o exemplo mundano que Malcolm nos fornece é a de um chefe corporativo que não pode ir a uma reunião de conselho, mas que envia um substituto em seu lugar para falar em nome dele. Assim, o nome pode ser compreendido como estando numa relação de substituto de ou atuar para (*to substitute for/acts for*) com um objeto simples. Isso nos leva a entender que um nome toma o lugar de um objeto em uma proposição. Essa interpretação é vital porque a partir da defesa argumentativa de que um nome substitui um objeto, temos um princípio basal de caráter ontológico para constituição da proposição. Esse princípio está ancorado na proposição (4.0312), que nos diz que: “A possibilidade da proposição está baseada no princípio de substituição dos signos/nomes por objetos, ou de objetos por signo.”

O princípio de substituição é semanticamente profundo, isso porque o nome não substitui ou atua se referindo ao objeto a um nível meramente representativo, mas, para além disso, o que é capital em sua substituição é a duplicação/incorporação de todas as possibilidades de ligação que o objeto que ele substitui possui. Por isso, a incorporação

das propriedades internas do objeto por meio do princípio de substituição garante uma relação de assimetria relacional entre eles. Ou seja, todas as relações que um nome pode ter coincide com todas as relações que o objeto que ele substitui têm encerradas em si. Obviamente que, no caso dos nomes, as ligações que eles podem ter com outros nomes ocorrem em proposições elementares, e por isso mesmo se estabelecem na ordem da linguagem, enquanto as relações dos objetos se estabelecem na ordem da realidade.

Em uma proposição elementar, temos que os seus constituintes básicos, os nomes, combinam uns com os outros de uma determinada maneira, de modo que, respaldados pelo princípio da substituição, se cada nome está correspondendo a um objeto específico, quando eles se combinam entre si de maneira correta na constituição de proposição elementar, eles estão espelhando a combinação de seus objetos na constituição de um estado de coisas existente ou possível. Podemos dizer que, quando isso ocorre, temos uma proposição elementar com sentido. Assim, quando a organização estrutural dos constituintes básicos de uma proposição espelha a organização estrutural dos constituintes dos estados de coisas, a proposição representa um estado de coisas existente e, por isso, é verdadeira. (4.0311)

Malcolm destaca que Wittgenstein apresenta o espelhamento da organização de uma proposição como imagem viva, justamente por essa imagem viva retratar o arranjo dos objetos simples que constituem o estado de coisas (2.15). Malcolm esboça essa ideia de imagem vivem nos pedindo para considerar a representação por atores da última ceia:

(...) a Última Ceia pode ser representada em um palco: um ator representaria Jesus, outros atores para cada um dos discípulos, e a maneira como os atores foram dispostos representaria o arranjo na Última Ceia. A disposição dos nomes em uma frase elementar retrata os objetos correspondentes combinados dessa maneira. Se os objetos são combinados dessa forma na realidade, a proposição é verdadeira; se não, falso. Seja verdadeiro ou falso, tem sentido (Malcolm, 1986, p.4, tradução nossa).

Observamos que, nessa passagem, Malcolm afirma o que já antecipamos anteriormente, isto é, que a organização estrutural dos nomes em uma proposição elementar, quando espelha fielmente de maneira correspondente os objetos nos estados de coisas, a torna verdadeira. O arranjo adequado dos nomes em uma proposição é um fator determinante para que uma proposição seja verdadeira. Em contrapartida, as proposições devem também ser falsas, o que ocorre justamente quando há uma falha no arranjo dos nomes em uma proposição. Isso é fácil de ser compreendido se concebermos o teatro vivo da Santa Ceia, proposto por Malcolm, sendo representado com Jesus em

uma das pontas e não no centro. A representação teria um arranjo incongruente com o fato que representa, e por isso seria falsa. Ainda cumpre dizer que, quando uma proposição pode ser falsa ou verdadeira essa proposição é dotada de sentido. O sentido emerge aqui dentro de um contexto mais amplo do que simplesmente a mera comparação entre uma proposição e um estado de coisas mundano. O sentido é uma possibilidade para uma proposição não por ela representar algo no mundo, mas por ela ser uma possibilidade no espaço lógico. Segundo Malcolm:

Uma proposição elementar é uma imagem. Ela apresenta uma possível situação no espaço lógico (2.202). Essa possibilidade é o sentido da imagem (2.221). Como toda proposição é uma função de verdade de proposições elementares, toda proposição tem uma e apenas uma análise completa em proposições elementares (3.25). E daí que toda proposição, seja elementar ou não elementar, é o mesmo: retrata uma situação possível no espaço lógico - um arranjo possível de objetos simples (Malcolm, 1986, p.4, tradução nossa).

A citação acima menciona alguns aspectos intrincados das proposições que serão examinados com mais cuidado à frente. Mas, para o que nos interessa nessa seção, vamos nos concentrar no papel do espaço lógico na formação do sentido proposicional. Expressamente, Malcolm defende que qualquer proposição capaz de representar uma situação possível no espaço lógico será uma proposição com sentido. Com isso, ele afirma uma conexão direta entre um aspecto importante da proposição, que é o sentido, e o espaço lógico. Sabemos que Malcolm interpreta metafisicamente o espaço lógico de um ponto de vista realista, além de assumir que o espaço lógico é imutável. Agora, o espaço lógico é tomado como uma fonte doadora de sentido para as proposições.

De alguma maneira, a possibilidade de concatenação de objetos simples que repousa no espaço lógico é uma garantia de sentido. Lembremos que, o sentido proposicional, segundo o *Tractatus*, convoca condições de verdade. Ou seja, para que uma proposição tenha sentido ela precisa ser verdadeira ou falsa. Como é de se esperar, poderíamos pensar que para detectar se uma proposição é verdadeira bastaria confrontá-la contra o mundo, e verificar se ela corresponde ao que representa ou diz. Por outro lado, como garantir que uma proposição é falsa? Intuitivamente, ao detectarmos uma proposição que é falsa, utilizaremos os mesmos procedimentos que aplicamos para detectar proposições verdadeiras, estaremos confrontando-as contra o mundo. Então, digamos se temos procedimentos para averiguar as condições de verdade de proposições que podem ser verdadeiras ou falsas, como o sentido proposicional se encaixaria nesse contexto? É importante entender o lugar do sentido no contexto de constituição das

proposições, o que engloba as condições de verdade e o espaço lógico, justamente porque aquilo que pode ser dito ou representado com sentido vai traçar o limite de até onde o poder representativo da linguagem pode ir.

O sentido das representações se estabelece segundo os limites das situações possíveis no espaço lógico; como a totalidade de situações possíveis no espaço lógico é o resultado da totalidade de ligações possíveis dos objetos simples, as proposições que fazem sentido estão, no limite, dentro dos limites impostos pelas possibilidades de ligação dos objetos simples no espaço lógico. Nessa perspectiva, Malcolm nos diz que:

Assim, dizer algo significativo, seja verdadeiro ou falso, é conceber (descrever, retratar) alguma possibilidade ou outra nessa totalidade de possibilidades que constitui a forma do mundo. Essa forma, esse agregado de possíveis estados de coisas é imutável. Portanto, o que pode ser dito, é imutável. A possível configuração dos objetos fornece o limite do que pode ser dito (Malcolm, 1986, p.4, tradução nossa).

Com isso temos que, a forma dos objetos, e as suas propriedades internas que correspondem às possíveis relações de combinação compõem, de um ponto de vista global, uma robusta rede de situações possíveis. De modo que, qualquer descrição ou representação que mapeie ou aponte para uma dessas situações possíveis terá sentido, independentemente se ela for verdadeira ou falsa. O sentido proposicional, na perspectiva de Malcolm, está ancorado na arquitetura interna da ontologia do *Tractatus*. O sentido, enquanto um aspecto característico das possibilidades do dizer e representar, emerge como um produto em meio a cadeia de relações possíveis entre os objetos simples no espaço lógico, mas como exatamente isso ocorre, não é explicitado. Para exemplificarmos como o sentido está interligado fortemente com as possibilidades de ligação dos objetos, levemos em conta o exemplo da Última Ceia. Digamos que cada item observável que compõe esse estado de coisas é um objeto simples, e que Jesus se situa na extremidade e não no centro da imagem. Quem ocupa o centro é Maria, digamos. Ora, como se sabe, essa representação é falsa, mas ela possui sentido. Por que? Justamente porque essa cena poderia ter acontecido, embora não tenha. O que essa analogia tem a nos dizer é que toda a proposição, se é uma proposição com sentido, determina um lugar no espaço lógico. Além de que, a possibilidade de uma proposição ser verdadeira ou falsa é determinante para que uma proposição tenha sentido. Então, somente proposições bipolares, que podem ser verdadeiras ou falsas, delimitam uma região no espaço lógico.

Conforme Malcolm:

Ou seja, mostra (exibe) um estado de coisas, que pode não existir, mas poderia existir (como um *tableau vivant*, mostra um arranjo daqueles que estavam na Última Ceia – um arranjo que pode não ter existido, mas poderia ter existido). A mesma ideia é transmitida pela observação de que “uma proposição determina um lugar no espaço lógico” (3.4). Acho que isso significa que uma proposição escolhe (descreve) uma possibilidade na totalidade das possibilidades (Malcolm, 1986, p.4, tradução nossa).

Em consonância a essa passagem, Wittgenstein diz: “Uma proposição pode determinar apenas um lugar no espaço lógico: no entanto, todo o espaço lógico já deve ser dado para que uma proposição possa percorrer todo o espaço lógico” (3.42). Nesse aforismo encontramos, como apontado por Malcolm (Malcolm, 1986, p.5), que o espaço lógico ou a forma do mundo se apresenta como um pano de fundo contra o qual os estados de coisas possíveis podem ser mapeados pelas proposições, sendo essa totalidade de estados de coisas possíveis um campo de possibilidades a ser recortado por uma proposição. Veja que, podemos pensar na noção de percorrer algo da mesma maneira que uma pedra lançada em um jardim percorre o espaço até cair em uma região desse espaço. O ponto é que, inicialmente, para que se possa percorrer o espaço do jardim, o próprio espaço em questão já precisa existir, e quando a pedra cai sobre a grama do jardim, ela faz um recorte de uma região, pois preenche uma região na qual ela pode se acomodar. Analogamente, de acordo com a passagem de Malcolm, quando uma proposição percorre o espaço lógico, o escopo só pode consistir numa região passível de ser mapeada. Contudo, embora tal região não precise ser um fato, ela deve poder ser. E, para que tal região ou situação possível ocorra, devemos salientar que o espaço lógico deve estar pressuposto em sua plena independência, ao mesmo tempo em que abarca todos os estados de coisas possíveis. Nesse sentido, o estatuto de independência do espaço lógico na concepção realista de Malcolm é reafirmado nos seguintes termos:

Para o meu presente propósito, o ponto importante é que a observação que uma proposição “determina” um lugar no espaço lógico não significa que a proposição cria esse lugar. Não. Um lugar no espaço lógico é simplesmente uma possibilidade na ordem atemporal de possibilidades. Pode-se dizer que uma proposição se concentra em uma possibilidade ao descrevê-la. Nem os pensamentos criam as possibilidades de que são pensamentos. Um pensamento é uma imagem. Como qualquer imagem, apresenta uma situação possível no espaço lógico (2.202). O que quer que seja pensável é possível, pois um pensamento é apenas uma imagem de uma possibilidade (3.02). Não pode haver pensamentos ilógicos (3.03), pois um “pensamento ilógico” não seria uma imagem de uma possibilidade. Dizer que um estado de coisas é pensável (concebível) significa que nós podemos representá-lo (3.001) (Malcolm, 1986, p.5, tradução nossa).

Segundo Malcolm, então, não criamos ou construímos o espaço lógico ao nosso bel prazer de acordo com as nossas demandas semânticas particulares. O espaço lógico é o mantenedor de uma totalidade ontológica que se estabelece independentemente de nossas pretensões linguísticas e mentais. Se o espaço lógico se sustenta independentemente da totalidade de situações possíveis, ele pode até ser independente, mas, se apresenta enquanto a cama que acomoda o cerne ontológico que torna possível a determinação completa do sentido. Nessa passagem, a determinação do sentido é timidamente sugerida por Malcolm como a impossibilidade de se pensar, ou descrever algo que seja ilógico. Isso nos leva a uma linha de reflexão pouco comum, a de que o que é logicamente possível é o que se pode pensar e representar, e por extensão, é o que se encontra dentro das fronteiras do espaço lógico. Com isso queremos dizer que, a expressão do sentido, seja pela via do pensamento ou de proposições, ocorre quando o pensamento ou a proposição mapeia um lugar, uma possibilidade no espaço lógico. O espaço lógico, como vimos, sustenta todas as possibilidades, de modo que, um pensamento ilógico seria a tentativa, impossível, da linguagem ou do pensamento se colocarem além do espaço lógico. Ou seja, além das possibilidades passíveis de serem representadas. Assim, o que é ilógico, se quer é pensável, e o que é impensável não pode ser representável, uma vez que tudo que é pensável é também logicamente possível (3.02). A consequência direta disso é que, ou um pensamento e uma proposição tem sentido, ou ele simplesmente não tem.

A despeito do entrelaçamento entre a ontologia, a linguagem, o pensamento e o espaço lógico, devemos destacar que:

(...) a fronteira da linguagem e do pensamento é traçada sobre o pano de fundo da forma do mundo. A concepção da forma do mundo não é produto da teoria da linguagem do Tractatus, embora seja articulada por essa teoria. Acho que a concepção de que existe uma forma fixa de todos os mundos possíveis é uma das visões que inspiraram o Tractatus. Ela é pressuposta pelas teorias da linguagem e do pensamento de Wittgenstein. Pode-se dizer que o Tractatus concebe três domínios de possibilidade: o que é possível na realidade, o que é possível no pensamento e o que é possível na linguagem. Esses domínios são reflexos um do outro: dada qualquer possibilidade em um, há uma contraparte nos outros (Malcolm, 1986, p.5, tradução nossa).

Ao traçar os limites das possibilidades da linguagem, do pensamento e do mundo, Wittgenstein, na leitura de Malcolm, estaria se comprometendo ontologicamente com a substância do mundo, que nada mais é que a totalidade dos objetos simples no espaço

lógico. Além disso, como os domínios da linguagem, do mundo e do pensamento são contrapartes uns dos outros, no sentido de que, o que é uma possibilidade em um domínio é também uma possibilidade nos outros, a substância do mundo se aplica extensivamente ao domínio da linguagem e do pensamento. Essa linha de reflexão nos leva a reconhecer que um substrato fixo é viável e até mesmo necessário para que possamos formular proposições significativas. De maneira que os objetos em sua totalidade são:

(...) o substrato tanto do possível quanto do real. Este é o sentido em que eles são "forma e conteúdo" (2.025). Suas possibilidades de combinação são o substrato de todos os estados de coisas possíveis. Suas reais combinações são o substrato de todos os fatos. Eles são o substrato do pensamento - pois todos os pensamentos são imagens de suas combinações possíveis. Eles são o substrato da linguagem - pois cada frase significativa tem uma análise em um arranjo de nomes, cada nome significando um objeto. Sem os objetos a linguagem não teria significado e, portanto, não seria linguagem. Eles são o substrato da linguagem - pois cada frase significativa tem uma análise em um arranjo de nomes, cada nome significando um objeto. Sem os objetos, a linguagem não teria significado e, portanto, não seria linguagem (Malcolm, 1986, p.6, tradução nossa).

Ao ser substrato do que é tanto possível quanto do que é real, os objetos formam uma base fixa não só para o que pode ser reconhecido como um fato do mundo, mas também para o que poderia ser um fato, estendendo isso ao pensamento e a linguagem, Malcolm atribui uma importância indispensável para os objetos. Isso porque, se os objetos são os elementos básicos dos fatos e dos estados de coisas possíveis, eles asseguram o pensamento e ao mesmo tempo a linguagem. Consoante a essa visão, sobretudo no tocante à linguagem, podemos dizer amparados em Pears que “a linguagem goza de certas opções na superfície, mas no fundo ela se baseia na natureza intrínseca dos objetos, que não é nossa criação, mas se opõe a nós em misteriosa independência.” (Pears, 1987, p.8).

Mesmo que aceitemos essa caracterização que nos faz reconhecer a relevância do objeto para o estado de coisas e para linguagem, vale ainda questionar, já que eles são cruciais, sobre até que ponto é possível que conheçamos esses tais objetos tractarianos?

No *Tractatus*, Wittgenstein nos diz que se tomarmos conhecimento de qualquer objeto simples, tal conhecimento nos levaria, obrigatoriamente, a conhecer todos os objetos simples (2.0123). Malcolm, se questiona acerca do modo pelo qual nós podemos compreender o que Wittgenstein estaria dizendo com a noção de conhecimento em relação à visão de que o conhecimento de um objeto simples envolve o conhecimento de todos. O comentador propõe uma leitura que toma a compreensão de “conhecer” no

sentido da palavra “*Kennen*”, que pode ser entendida como “*to be acquainted with*”. (Malcolm, 1986, p. 8). A justificação dessa tradução, segundo Malcolm, pode ser encontrada na troca de cartas entre Wittgenstein e o filósofo C. K. Ogden. (Malcolm, 1986, p. 8). Conforme Malcolm, Wittgenstein estaria propondo uma abordagem epistemológica dos objetos simples próxima ao que pode ser entendida como acesso epistemológico a um nível de familiaridade intuitiva à maneira de senso comum, ou seja, de modo aproximado à maneira em que nós, no dia a dia, nos familiarizamos intuitivamente com algumas informações de nosso ambiente, como cores, superfícies e sombras. Essa maneira de acesso epistemológico acaba por desvincular o objeto simples de uma visão epistemológica descritiva de conhecer a verdade ou a falsidade sobre algo. Isso, porque o conhecimento por *to be acquainted with* seria mais básico do que o conhecimento sobre a verdade ou a falsidade de algo. Sob a luz dessa compreensão epistemológica, Malcolm nos diz que:

Em 1922, houve uma correspondência entre C. K. Ogden e Wittgenstein sobre a tradução do *Tractatus*. Ogden levantou uma questão sobre a tradução de *kennen* em 2.0123. Ele perguntou se “estou familiarizado com” seria melhor do que “conheço”. Wittgenstein respondeu que 'estar familiarizado com' não tem, ele pensou, 'exatamente o significado que eu quero, porque me parece implicar de alguma forma que alguém sabe muito sobre um objeto enquanto saber aqui significa apenas: eu sei, mas eu não preciso saber nada sobre isso. Então, conhecer um objeto, em 2.0123, significa: conhecê-lo sem necessariamente saber nada sobre ele. Isso implica que alguém pode conhecer um objeto simples sem saber nada sobre ele – isto é, sem saber quais são suas ocorrências reais em estados de coisas. O restante de 2.0123 diz que não se pode conhecer um objeto sem conhecer suas possíveis ocorrências em estados de coisas. (Malcolm, 1986, p.8, tradução nossa)

Malcolm, aqui, pretende aproximar a noção de conhecimento por familiaridade se valendo da concepção técnica de Russell de conhecimento por *acquaintance*. Contudo, devemos notar que, quando tal paralelo é feito, muitas diferenças surgem devido à própria natureza dos objetos em questão. Lembremos que, na perspectiva realista, a concepção de substância recebe uma compreensão de uma base fixa imutável que compõe a própria forma do mundo, nos termos de Malcolm. Por isso, na concepção de Malcolm, não é absurdo considerar que o nosso conhecimento sobre os objetos simples tractarianos estejam abertos a um conhecimento imediato que nos revele a forma do mundo. Tanto é que, o conhecimento imediato dos objetos simples justificaria que a forma do mundo se mostrasse, de modo que não a descrevemos ou a explicamos teoricamente, mas, a

captamos por uma espécie de familiaridade imediata de suas propriedades internas, isto é, de suas possibilidades de combinação com os outros objetos. Contudo, quando Russell propõe o conhecimento por familiaridade, os objetos em questão são apreendidos de maneira imediata pela nossa consciência, pois são efêmeros, empíricos e finitos. Embora os objetos não possuam um caráter a priori, nem sejam imutáveis no contexto ontológico de Russell, Malcolm insiste que podemos traçar paralelos no que diz respeito não à natureza dos objetos, mas sim ao tipo de acesso epistemológico que podemos ter a eles. Nesse sentido, temos uma passagem elucidativa de Russell para ilustrar tal paralelo:

Diremos que temos conhecimento de qualquer coisa de que tenhamos consciência direta, sem a intermediação de qualquer processo de inferência ou conhecimento de verdades. Assim, na presença de minha mesa, estou familiarizado com os dados dos sentidos que compõem a aparência de minha mesa – sua cor, forma, dureza, maciez, etc.; todas essas são coisas das quais estou imediatamente consciente quando estou vendo e tocando minha mesa. O tom particular de cor que estou vendo pode ter muitas coisas ditas sobre ele – posso dizer que é marrom, que é bastante escuro, e assim por diante. Mas tais afirmações, embora me façam conhecer verdades sobre a cor, não me fazem conhecer a cor em si melhor do que antes: no que diz respeito ao conhecimento da própria cor, em oposição ao conhecimento das verdades sobre ela, eu sei a cor perfeita e completamente quando a vejo, e nenhum outro conhecimento dela em si é mesmo teoricamente possível. Assim, os dados dos sentidos que compõem a aparência de minha mesa são coisas com as quais tenho conhecimento, coisas imediatamente conhecidas por mim exatamente como são (Russell, 1912, p.51-52).

O ponto chave de paralelo reside na ideia de que o conhecimento ocorre por imediatividade, o que torna o acesso epistemológico independente de qualquer descrição verdadeira. Ainda nesse contexto, afirma Russell:

O conhecimento das coisas, quando é do tipo que chamamos de conhecimento por familiaridade, é essencialmente mais simples do que qualquer conhecimento de verdades, e logicamente independente do conhecimento de verdades, embora seja precipitado supor que os seres humanos, de fato, tenham conhecimento das coisas sem, ao mesmo tempo, saber alguma verdade sobre elas. (Russell, 1912, p.22)

Seguindo essa passagem de Russell, Malcolm estende a interpretação aos objetos tractarianos, assumindo que é defensável dizer que podemos conhecer os objetos tractarianos sem que seja necessário demonstrar alguma verdade descritiva sobre eles. Ao mesmo tempo, na medida que conhecemos os objetos simples devemos conhecer algo sobre eles. Para o comentador, “Wittgenstein estava certo sobre o uso comum de 'reconhecer' em inglês. Você não diria que conhece uma pessoa se não souber nada sobre

ela.” (Malcolm, 1986, p.9). Vale destacar que essa compreensão epistemológica se apoia justamente no que foi expresso no *Tractatus* quando Wittgenstein nos diz que: “Se conheço o objeto, conheço também todas as possibilidades de seu aparecimento em estados de coisas. (Cada uma dessas possibilidades deve estar na natureza dos objetos.) Não se pode encontrar depois uma nova possibilidade” (2.0123).

Para uma leitura adequada do que Malcolm está propondo, esse aforismo pode ser enriquecido, por sua vez, pelo seguinte: “Para conhecer um objeto, na verdade não preciso conhecer as suas propriedades internas - mas preciso conhecer todas as suas propriedades internas” (2.01231). Notamos que o aforismo (2.0123) sozinho é insuficiente para apoiar a ideia de Malcolm de que podemos conhecer os objetos sem incorrer no conhecimento sobre as suas verdades. Mas se levarmos em conta o aforismo (2.0123) estaremos municiados com a distinção entre aquilo que configura as propriedades internas e externas dos objetos. Por aquilo que o *Tractatus* nos revela sobre as propriedades externas, sabemos que elas correspondem à dimensão factual de um estado de coisas em relação ao qual os objeto ocorre efetivamente. Sendo assim, tal dimensão do objeto é empírica, contingente e, via de regra, quando o conhecemos o descrevemos como sendo verdadeiro ou falso. Contudo, como o tipo de conhecimento que podemos ter dos objetos simples endossados por Malcolm dispensa qualquer conhecimento sobre a verdade deles, o que envolve uma verdade de estatuto empírico, esse conhecimento só pode dizer respeito ao conhecimento das propriedades internas dos objetos, como exposto no aforismo: “Para conhecer um objeto, devo conhecer não suas qualidades externas, mas todas as suas qualidades internas” (2.01231).

Outro autor que se debruça sobre o paralelo entre os objetos de familiaridade de Russell e os objetos do *Tractatus* é o célebre filósofo Jaakko Hintikka. Wittgenstein assimila parcialmente o conhecimento por familiaridade de Russell, segundo Hintikka, Wittgenstein recusa a tese das formas lógicas complexas independentes como entidades de Russell. Essa tese está presente em *Theory of Knowledge*, sendo um desdobramento da concepção de conhecimento por familiaridade de Russell iniciada em *The Problems of Philosophy*. A ideia central da tese das formas lógicas complexas independentes como entidades foi uma solução que Russell encontrou para o problema da insuficiência de nosso conhecimento sobre as entidades familiares que compõem as proposições. Ou seja, não bastaria que conhecêssemos as entidades correspondentes aos símbolos “a” “R” e “b”. Isso porque, embora tenhamos pleno conhecimento delas, esse conhecimento não nos permitiria discernir o sentido decorrente de suas organizações distintas. Desse modo,

“aRb” e “bRa” são diferentes, de modo que elas expressam “a ama b”, e “b ama a”, e por isso possuem sentidos e formas lógicas distintas. Então, fica a questão: como o conhecimento das suas entidades correspondentes por si nos permitiria entender a diferença do sentido dessas duas fórmulas? Para responder a essa questão, Russell postulou que não só devemos conhecer as entidades correspondentes que compõem a proposição, mas também as formas lógicas complexas delas (HINTIKKA, 1994, p 85).

Do que tem sido dito acima, Hintikka afirma que:

Em suma, podemos, portanto, dizer que, em *Theory of Knowledge*, Russell admite duas diferentes classes de objetos de familiaridade:

(i) Objetos concretos de familiaridade, incluindo tanto os particulares quanto os universais.

(ii) Formas lógicas.

Os membros de classe (i) são entidades concretas “aristotéticas” como distintas das entidades abstratas “platônicas”.

(...) Em suma, ele eliminou a segunda classe (ii) das formas lógicas de Russell, que havia empregado para conciliar a lógica com o significado, dentro de sua teoria da familiaridade. Em particular, Wittgenstein eliminou as formas flutuantes expressas por proposições inteiramente gerais e, *a fortiori*, a necessidade de familiaridade dessas formas. E por esse motivo que Wittgenstein pode agora dizer que não temos necessidade de nenhuma experiência, em lógica (cf. 5.552).

O significado dessa transformação é que a operação anteriormente realizada pelos objetos de familiaridade do segundo tipo, em Russell, agora terá de ser feita por objetos regulares (i). Em outras palavras, todas as formas lógicas complexas devem ser passíveis de construção a partir das formas dos objetos concretos simples (i) (HINTIKKA, 1994, p.83).

Ainda sobre esse ponto, Hintikka nos diz:

[...] especificamente, não faz muito sentido descrever Wittgenstein livrando-se da necessidade de conhecer formas lógicas complexas, se não admitirmos que ele manteve a ideia de que os simples – os alicerces das formas – são ainda objetos de familiaridade. Embora Pears não o mencione, e muito menos o enfatize, sua exposição está apoiada tacitamente na hipótese os objetos de familiaridade de Russell.

Desse modo, encontramos motivos convincentes para julgar que os objetos postulados no *Tractatus* coincidem com os membros da classe (i) dos objetos de familiaridade de Russell. (Hintikka, 1994, p.83, grifos nossos).

De fato, o papel de importância central dos objetos para a interconexão entre o pensamento, linguagem e o mundo se manifesta patente. Especificamente, na leitura de Malcolm, vale a pena recapitular que o fato de os objetos possuírem um lugar privilegiado consiste em que:

Eles são o substrato tanto do possível quanto do real. Este é o sentido em que eles são “forma e conteúdo” (2.025). Suas possibilidades de combinação são o substrato de todos os estados de coisas possíveis. Suas combinações reais são o substrato de todos os fatos. Eles são o substrato do pensamento – pois todos os pensamentos são imagens de suas possíveis combinações. Eles são o *subtratum* da linguagem – pois cada frase significativa tem uma análise em um arranjo de nomes, cada nome significando um objeto. Sem os objetos, a linguagem não teria significado e, portanto, não seria linguagem (Malcolm, 1986, p.6).

Ao recapitularmos essa grande importância dos objetos para o pensamento e a linguagem, e à luz do que até então foi dito, podemos dizer que a existência da substância do mundo é necessária para que possamos nos expressar linguisticamente. E, como nós nos expressamos linguisticamente, tal substância existe. Uma vez que ela não só existe, como também pode ser conhecida nos moldes propostos acima, ocorre que, na medida que conhecemos um objeto devemos conhecer todas as suas possibilidades. Devemos conhecer, com isso, todos os outros objetos que se concatenam possivelmente com ele. De modo que, ao conhece-los, devemos conhecer também os outros objetos que eles possivelmente se concatenam até que, em certo momento da cadeia de possibilidades combinatórias entre os objetos, poderíamos saber consistentemente acerca da própria totalidade dos objetos que formam a substância do mundo.

Essa leitura sobre os objetos a partir do viés do conhecimento por familiaridade nos abre uma perspectiva sobre como podemos entender os outros domínios que estão ancorados nos objetos simples. Se pensarmos, por exemplo, nos objetos segundo o princípio da substituição já mencionado, teremos que:

De acordo com o *Tractatus*, se um nome é atribuído a um objeto, o uso desse nome em frases deve duplicar a forma desse objeto. As possibilidades de combinação desse nome com outros nomes, em sentenças que têm sentido, são determinadas e correspondem exatamente às possibilidades de combinação desse objeto com outros objetos em estados de coisas. O que faz sentido na linguagem e no pensamento depende e deriva da natureza dos objetos. A linguagem não cria o que é pensável: ela só pode dizer o que é pensável. O que faz sentido na linguagem é baseado nas combinações possíveis dos elementos simples da realidade (Malcolm, 1986, p.14, tradução nossa).

Com essa passagem, estamos inclinados a assumir que o nome, enquanto um representante linguístico que duplica, como afirmado por Malcolm, as possibilidades combinatórias dos objetos simples com os quais está ligado, estaria, também, sujeito ao conhecimento via familiaridade. Já que os nomes, ao herdarem dos objetos que subscrevem as suas possibilidades combinatórias de concatenação, seriam conhecidos de

maneira análoga a seus objetos. Ou seja, podemos aplicar a mesma concepção epistemológica dos objetos aos nomes, pois, na medida que conhecemos o nome, conhecemos as suas possibilidades de combinação com outros objetos. Essa maneira de compreender o nosso conhecimento sobre os elementos básicos da linguagem e da realidade parece ser um passo em direção à ideia de que não é possível conhecer a parte sem o todo. A ideia é basicamente que se conhecemos uma parte, seja da linguagem ou da realidade, devemos conhecer já toda a linguagem e toda a realidade. E, claro, do pensamento:

Pode-se sustentar que Wittgenstein não estava falando sobre o que qualquer pessoa individual poderia fazer. Talvez ele quisesse apenas dizer que um pensamento da pessoa mais primitiva teria um lugar determinado em toda a linguagem.

Mesmo o pensamento mais primitivo 'atravessa todo o espaço lógico'. Não se pode pensar sem captar a forma do mundo – a totalidade das possibilidades a priori. A forma do mundo é independente do pensamento humano e da linguagem humana. É uma possibilidade que os seres humanos nunca tenham existido: mas não é uma possibilidade que o mundo não tenha tido uma forma fixa. 'A lógica é anterior a toda experiência - que algo é assim. (5.552). Entendo que a totalidade das possibilidades é pressuposta por qualquer experiência. Uma experiência seria a percepção de que uma ou outra das possibilidades a priori se realiza (Malcolm, 1986, p.12, tradução nossa).

Em contraste com Malcom, temos o contraponto de David Pears, que entende, em sua leitura, que o atomismo lógico de Wittgenstein não exige uma base de conhecimento por familiaridade. Segundo o comentador:

A diferença mais marcante foi que Wittgenstein não argumentou como Russell que a análise da linguagem factual pode terminar em um nível em que nosso único recurso para apreender os significados das palavras é o conhecimento. Ele argumentou que as sentenças factuais têm sentido apenas porque existe um nível no qual as palavras designariam coisas desprovidas de estrutura interna. Essas palavras seriam nomes genuínos de objetos, mas não há nenhuma sugestão no *Tractatus* de que operamos nesse nível, nem o critério de simplicidade ou falta de estrutura interna deveria ser que, se esperássemos nesse nível, não seríamos forçados a confiar em conhecimento para terminar para aprender os significados dos nomes que seriam usados lá embaixo. (Pears, 1987, p.63, tradução nossa).

De fato, Pears coloca à baila a ideia de que o critério de simplicidade dos objetos como condição para a construção de proposições elementares não se efetivaria por meio de uma manobra empirista que exige que conheçamos os objetos simples que estão ligados aos nomes das proposições elementares para que possamos conhecer os nomes simples que constituem nossas proposições elementares, como defende Russell. Obviamente, que um certo critério de simplicidade se encontra no *Tractatus*, haja visto

que os objetos são os elementos ontológicos básicos que se conectam com os seus correlatos linguísticos, os nomes. Contudo, o critério de simplicidade, no *Tractatus*, se sustenta de outra maneira. Conforme Pears, o argumento de Wittgenstein, sucintamente, se dá nos seguintes termos:

Ele argumentou *a priori* sobre a existência de sentenças factuais com sentidos para a existência de uma grade subjacente de possibilidades elementares, com objetos simples nos pontos nodais. Dadas essas diferenças, pode parecer equivocado introduzir o atomismo lógico de Wittgenstein com um esboço da versão da teoria de Russell (Pears, 1987, p.63, tradução nossa).

Porém, Pears não fecha os olhos para as evidências textuais pré-*Tractatus* que apontam para uma certa apropriação de Wittgenstein dos objetos de familiaridade de Russell. Mesmo que essa apropriação por parte de Wittgenstein seja um expediente pedagógico para nos dar exemplos aproximativos da abstrata concepção de objetos simples, isso nos revela que Wittgenstein travou com Russell um diálogo crítico e ao mesmo tempo inspirador para o desenvolvimento de suas concepções ontológicas tractarianas. Nesse cenário, Pears nos diz que:

Quando Wittgenstein compilou o *Tractatus* a partir do material de seus cadernos, ele não afirmou ser capaz de dar nenhum exemplo de objetos, isso torna sua versão muito abstrata e difícil de entender; mas ele usa os dados dos sentidos e suas propriedades pelo menos como ilustrações, e isso implica que sua versão e a de Russell não estavam muito distantes (Pears, 1987, p.64, tradução).

Então, embora Pears defenda que os objetos simples do *Tractatus* não estão ancorados no conhecimento por familiaridade, ainda assim seria inegável pensar sobre a possibilidade do uso dos objetos de familiaridade de Russell como indicadores aproximativos do que Wittgenstein quer nos dizer sobre a relevância de seus objetos simples. Isto é, tão básico e fundamental quanto as entidades que entram na concepção de familiaridade de Russell para a compreensão da realidade, são os objetos tractarianos para a compreensão de realidade para Wittgenstein.

Como visto até aqui, os objetos são indispensáveis para a imagem de realidade tractariana que buscamos delinear. Outro fator a se destacar é que, os objetos são entidades carregadas de sutilezas e de especificidades conceituais. Ainda assim, até aqui, conseguimos entender que eles são a coluna vertebral da linguagem, do pensamento e do mundo, e que, argumentativamente, podemos conhecê-los. Ao conhecê-los, estaríamos

intuitivamente conhecendo a sua forma, base a partir da qual a forma de todas proposições pode se constituir, tanto das proposições simples quanto das complexas. Com isso, poderíamos nos perguntar se os objetos são apenas entidades particulares, como sujeitos, ou se eles são também predicados relacionais com múltiplas aberturas. Ou seja, se são predicados com várias relações como “x é bonito”, “x ama y”, “x é mais distante de z do que y” etc.

Isso é aristotelismo e não platonismo, porque os objetos existem no único mundo, mas é um realismo acrítico, porque a questão de saber se contribuímos com alguma coisa para a constituição desse mundo nem sequer é feita. De pé sobre esta plataforma no *Tractatus*, Wittgenstein critica as acrobacias arejadas da teoria contemporânea da lógica de Russell. Não há, ele argumenta, necessidade de um segundo mundo para abrigar formas sentenciais e objetos lógicos. No entanto, para fazer valer sua crítica, ele tem que dar uma explicação antiplatônica do que Russell tentou explicar platonicamente. Usando materiais extraídos inteiramente deste mundo, ele tem que explicar a imponente estrutura da lógica. Ele não encontrou muita dificuldade em lidar com conectivos lógicos depois de lidar com o problema da forma. A tarefa realmente difícil era mostrar como as sentenças adquirem suas formas a partir de um único mundo. A teoria pictórica das sentenças foi sua solução para esse problema. A forma é a possibilidade de estrutura e as frases captam as formas dos fatos por meio dos vínculos entre seus nomes e os objetos inseridos na realidade. Os detalhes serão dados mais tarde, e o ponto imediato é apenas que essa teoria deu a Wittgenstein uma plataforma para criticar a teoria platônica da lógica de Russell. A plataforma é aristotélica neste sentido: ela traz formas sentenciais do mundo transcendente de Russell e as trata como imanentes neste mundo. Esta, como já foi observado, é uma diferença real entre os dois filósofos (Pears, 1987, pg. 28, tradução nossa).

Nesse momento, dada a investigação sobre o funcionamento e a estrutura ontológica do *Tractatus*, estamos em condições de entender a concepção figurativa da linguagem presente na obra, segundo os autores que interpretam a linguagem como sendo ontologicamente orientada. Primeiramente, iremos expor a perspectiva tomada por alguns autores que consideram a linguagem e alguns dos questionamentos filosóficos atrelados a ela como sendo dependente da ontologia tractariana. Em um segundo momento, apresentaremos uma visão contrastante sobre a linguagem tractariana.

No que diz respeito ao primeiro momento, devemos destacar que, embora os questionamentos filosóficos sobre a linguagem sejam muitos, podemos nos centrar no problema fundacional da linguagem que se caracteriza por como as nossas proposições e figurações podem expressar significado. Ao longo deste capítulo, ao respondermos essa questão, podemos não só entender a influência ontológica para a estruturação da linguagem, como também podemos estar em condições de entender a motivação de alguns autores de endossar tal perspectiva, além de ter um vislumbre de seus limites e benefícios.

No capítulo anterior vimos que o espaço lógico é crucial para a ontologia tractariana, mas sua importância também tem implicações indiretas na linguagem. Segundo Malcolm, isso pode ser colocado da seguinte maneira:

Uma vez que o espaço lógico (a totalidade de possibilidades) é dada, pode ser determinado a priori (ou seja, pela lógica) que um estado de coisas é uma ligação de objetos, que um fato é um estado de coisas existente, que os objetos são simples, que os seres humanos podem fazer imagens de fatos, que uma imagem é uma estrutura composta de elementos, que uma imagem e o que ela representa devem ter a mesma forma, que pensamentos e proposições são imagens, e assim por diante. Que algo é (forma fixa da palavra) dá origem a todas essas determinações a priori de uma lógica.

Na minha interpretação do Tractatus, a sua teoria da linguagem pressupõe concepções como a de que existe uma forma fixa do mundo, que existem objetos simples, e assim por diante. (Malcolm, 1986, p. 24, tradução nossa).

Nessa passagem, por mais que Malcolm passe ao largo de uma explicação detalhada sobre como cada aspecto ontológico se relaciona com a teoria da linguagem, vemos explicitamente que o espaço lógico é determinante para tal teoria, uma vez que é a partir dele que se tem a possibilidade de figuração de estado de coisas. Para esclarecer a sequência de afirmações feitas na passagem acima podemos recorrer às investigações que realizamos anteriormente sobre a ontologia tractariana. Nela vimos que o espaço lógico delimita as possibilidades combinatórias totais dos objetos simples, que, por sua vez, podem se ligar uns aos outros em determinada configuração, de modo a eventualmente se realizar no mundo enquanto fatos ou estado de coisas existentes. Posto isso, entendemos o porquê de a possibilidade de figuração ocorrer. Isso é, como cada elemento da figuração é um substituto dos objetos simples que compõem o figurado, o que não seria possível sem a existência de objetos simples e do espaço lógico, os objetos simples e o espaço lógico são, na perspectiva de Malcolm, pontos de partida fixos que devemos nos comprometer se quisermos compreender a teoria da linguagem do Tractatus. Pois é a partir desse pano de fundo ontológico que o comportamento semântico dos nomes se torna possível e, conseqüentemente, o da linguagem também. Devemos acrescentar que, os nomes, enquanto itens linguísticos primitivos, são considerados substitutos formalmente aptos dos objetos por eles ocuparem um lugar na estrutura sintática da linguagem de modo a refletir rigorosamente a esfera de possibilidades combinatórias dos objetos com os quais estão ligados. Posto isso, uma vez que os constituintes são governados pelas possibilidades de combinação sintática que, com projeção isomórfica, replica as possibilidades de combinação dos objetos tractarianos no espaço lógico. Assim,

do ponto de vista ontológico, o espaço lógico se torna indispensável para a leitura de Malcolm para a articulação entre a linguagem e a realidade.

De acordo com o *Tractatus*, a sintaxe de um nome irá de fato corresponder à forma do objeto que o nome significa. Mas o nome tem essa sintaxe particular devido à natureza do objeto pelo qual ele representa. A sintaxe do nome é derivada do objeto. Ter essa sintaxe não é o que significa “significar aquele objeto”: embora um nome não significasse um determinado objeto se a sintaxe do nome não correspondesse à forma do objeto (Malcolm, 1986 p. 27, tradução nossa).

É aceitável dizer que a referência do nome só pode ser fixa se o uso do nome for fixo. Mas isso não nos leva a aceitar, imediatamente, que a referência de um nome foi estabelecida porque ela calhou em satisfazer a um uso contextualmente arbitrário do nome em uma proposição. Os nomes em seus contextos proposicionais substituem os objetos que são independentes da linguagem. De modo que, caso ocorra uma substituição adequada, então o nome está refletindo as propriedades formais do objeto. Posto isso, parece que as propriedades internas dos objetos, ou a sua forma lógica, subscrevem as possibilidades de contribuição de um nome para a constituição do sentido proposicional, o que se desdobra no contexto do emprego do nome em subscrever o uso fixo de um nome. Assim, parece que o Malcolm está nos dizendo é que a sintaxe do nome, bem como o seu uso em um contexto proposicional, reflete a forma do objeto.

De certa maneira, podemos nos arriscar a dizer que o que o comentador pretende é integrar a dimensão arbitrária do signo proposicional com a dimensão ontológica da linguagem, sobrepondo a última sobre a primeira.

A zona cinzenta entre o aspecto arbitrário do uso do signo proposicional e a determinação lógico-sintática que a reflete linguisticamente, a nível dos nomes, a esfera de combinações dos objetos no espaço lógico, pode ser clareada se considerarmos que a inequívoca arbitrariedade da manipulação dos signos proposicionais se estabelece e se estende até onde a relação interna entre nomes e objetos permite. Tal relação interna é garantida pela simetria formal das possibilidades combinatórias de ambos, a qual é determinada pelas possibilidades combinatórias dos objetos no espaço lógico. A partir das relações internas, ou seja, da preservação da forma lógica dos objetos pelos nomes, teremos a expressividade dos nomes por sua idêntica multiplicidade lógica com os objetos, assim, tornando viável a possibilidade de representação da linguagem. Isso é reforçado por Malcolm na seguinte passagem:

Na visão do Tractatus os objetos são coisas reais: são a substância do mundo; são aquilo que permanece firme, perdura, não importa o que aconteça (2.024). Um objeto tem uma forma que consiste em suas possibilidades de combinação com outros objetos em estados de coisas. Para que um nome seja “representante” ou seja um “procurador” de um objeto, o nome deve ter uma sintaxe que reflita a origem do objeto. O nome deve ter as mesmas possibilidades de combinação com outros nomes em proposições elementares que o objeto tem de combinar com outros objetos em estados de coisas. O próprio nome deve ter uma ‘forma’ (uma sintaxe) que seja padronizada e esteja em conformidade com a forma do objeto. É em virtude disso que a forma de representação das proposições é igual à forma lógica, ou seja, a forma da realidade (2.18). Embora um nome e o seu objeto tenham a mesma “forma”, a “forma” do nome (a sua sintaxe lógica) é ditada pela forma do objeto – e não o contrário. A sintaxe lógica do nome é determinada pela natureza de seus objetos. (Malcolm, 1986, p. 29, tradução nossa).

De modo geral, a multiplicidade lógica ou possibilidade de combinação de um nome nada mais é do que o comportamento sintático do nome que corresponde ao objeto que o significa. Ou seja, o nome deve realizar as mesmas combinações do objeto que é seu referente. Isso exige que tais combinações não ocorram de maneira arbitrária por meio de uma conexão desproporcional onde haveria, por exemplo, um objeto para dois nomes ou dois objetos para um nome, mas uma relação de bi-univocidade. De outra maneira, se aceitarmos que um nome se conecta a dois objetos, temos que um único nome teria que incorporar a forma lógica de dois objetos distintos. Isso resultaria no fato de que esse nome apresentaria uma ambiguidade intrínseca quando usado em um determinado contexto proposicional que se referisse a um estado de coisas que poderia admitir a presença dos dois objetos. Mesmo se submetidos a análise completa, tal nome ainda assim estaria apontando para dois objetos, impedindo, assim, a análise completa da proposição. E, por outro lado, se aceitarmos que dois nomes se conectam a um objeto, temos que dois nomes distintos cairiam em redundância expressiva, se referindo ao mesmo objeto, ou pior, cumprindo papéis distintos ao mesmo o tempo, o que é uma impossibilidade para Wittgenstein: “É impossível que palavras intervenham de dois modos diferentes, sozinhas e na proposição” (2.0122). Assim, é mais perspicuo e semanticamente econômico assumir uma relação referencial biunívoca entre nomes e objetos tractarianos.

Ainda, devemos destacar que, não devemos assumir imediatamente que o significado do nome se estabelece definitivamente de maneira isolada e estanque, pois, embora a relação de substituição seja vital para estruturação de uma figuração, tal relação só assume um caráter legitimamente referencial para nós dentro do contexto

proposicional. O contexto proposicional se baseia no princípio do contexto, o qual afirma que o significado de um nome se define por sua ocorrência em uma proposição significativa. Então, se uma proposição ou figuração é significativa, os seus constituintes são dotados de significado. Nesse sentido, Wittgenstein afirma que “Só a proposição tem sentido; é só no contexto da proposição que um nome tem significado” (3.3). Os constituintes não só adquirem significado no contexto proposicional, como também só se manifestam enquanto tal dentro de tal contexto. No tocante a esse ponto, Wittgenstein diz que “O nome aparece na proposição apenas no contexto da proposição elementar” (4.23).

Com efeito, podemos dizer que o princípio do contexto seja um condição de significação dos nomes, mas está implícito no funcionamento adequado do princípio do contexto um outro princípio, a saber, o princípio da substituição. Não surpreendentemente, como os nomes têm o seu comportamento determinado pela forma dos objetos, o princípio do contexto pode ser visto menos como uma regra metodológica de construção de proposições e mais uma consequência semântica de princípios metafísicos tractarianos.

Ainda sobre a relação biunívoca entre os nomes e objetos, segundo a visão de Malcolm de que os objetos subscrevem a sintaxe do nome, vamos ao encontro do comentador Pears, o qual afirma que:

A ideia é que, em todas as nossas operações com a linguagem, estamos realmente correndo sobre trilhos fixos estabelecidos na realidade antes mesmo de entrarmos em cena. Anexe um nome a um objeto e a natureza intrínseca do objeto imediatamente assumirá o controle completo e determinará o uso correto do nome em ocasiões posteriores. Configure toda uma linguagem dessa maneira, e a estrutura da grade fundamental ditará inexoravelmente a estrutura geral do sistema lógico (Pears, 1987, pg.9, tradução nossa).

Desse modo, a pergunta (1), colocada no início do capítulo, é respondida, pois, ao incorporar as formas dos objetos, os nomes adquirem suas possibilidades sintáticas, se tornando aptos a participar de todas as proposições que se referem aos estados de coisas que seus respectivos objetos podem ocorrer. Com isso, cada nome que ocorre em uma determinada proposição ou cada elemento de uma figuração contribui para a constituição de figurações dotadas de sentido. Então, por que a ontologia é importante para a linguagem? Justamente porque sem os objetos tractarianos o sentido das figurações não poderia se estabelecer.

Uma maneira de entendermos o sentido das figurações sem ainda mencionar as suas condições de verdade factuais consiste em entender que o sentido das figurações é determinado pela possibilidade de um estado de coisas no espaço lógico apontada pela figuração. Caso a figuração seja verdadeira, encontraremos no mundo um estado de coisas existente correspondente, caso contrário, temos uma região no espaço lógico que pode ser preenchida pelos objetos referidos pelos termos da figuração. O que preserva o sentido figurativo, mesmo quando este é falso, é a possibilidade de ser verdadeiro ou falso. O que deve ser levado em conta sobre o princípio da bipolaridade é a presença subjacente de um componente modal na relação entre os elementos da figuração que refletem as formas de combinações possíveis dos objetos tractarianos no espaço lógico.

Desse modo, é flagrante nessa perspectiva que os objetos são mobilizados para justificar a natureza do sentido e, no geral, a teoria da figuração. Essa maneira de compreender a teoria da figuração nos mostra que os objetos tractarianos ou a substância da realidade impõem sobre os nomes e as figurações como elas devem se comportar. É nesse sentido que os objetos são a forma e o conteúdo (2.025), tendo em vista que eles, em tese, impõem a forma para os nomes e ao mesmo tempo constituem os conteúdos semânticos dos nomes e das figurações.

Ademais, nessa leitura, além de explicar a natureza do sentido de figurações falsas, tem-se a explicação de como podemos evitar uma regressão ao infinito ao analisarmos nossas proposições. Argumentativamente, se não houver objetos simples os nomes poderiam se referir a complexos, criando, assim, uma interdependência de valores de verdade entre proposições, onde, problematicamente, a verdade de uma proposição dependerá de outra, Segundo Wittgenstein “Se o mundo não tivesse substância, ter ou não ter sentido uma proposição dependeria de ser ou não verdadeira uma outra proposição.” (2.0211). O resultado desastroso disso é que, se as partes constituintes das proposições são complexas, então essas mesmas partes admitem outras partes que também podem ser complexas, uma vez que a relação de correspondência dos nomes não se restringe a itens indecomponíveis, mas admite complexos. Se é assim, caímos no risco de aceitar que parte das proposições de nossas linguagens, ao serem analisadas, nos levaria a uma regressão infinita. Porém, segundo a visão que toma a ontologia como determinante para a estruturação da linguagem, uma vez que assumimos a existências dos objetos e suas implicações, podemos superar tais dificuldades.

Com efeito, sem objetos não temos proposições elementares, e sem proposições elementares falhamos em explicar como a nossa linguagem ordinária pode representar o

mundo. Assim, se temos objetos tractarianos, podemos explicar como podemos representar o mundo. De um modo esquemático:

Se P (existem objetos tractarianos), então, Q (temos proposições elementares).

Se Q (temos proposições elementares), então R (Podemos explicar como a nossa linguagem representa a realidade).

Não Q (Não temos proposições elementares).

Não P (não temos objetos simples) - por modus tollens a partir de 1 e 3.

Portanto, não R (Não podemos explicar como a linguagem representar o mundo)
- por modus tollens a partir de 2 e 3.

No contexto desse compromisso teórico substantivo, vale dizer que aspectos da lógica, como as constantes lógicas ou a forma lógica, por exemplo, não são objetos de nenhum tipo. Por isso, a forma lógica não pode ser nomeada e nem figurada. Se aceitarmos isso, uma investigação sobre a lógica não pode nos induzir à realidade, uma vez que a realidade é representável, ao menos pela rubrica da possibilidade, enquanto propriedades lógicas, não. Nesse caso, como a lógica poderia estruturar a realidade? Se recusarmos a ideia de que a investigação sobre a lógica nos leva a aspectos significativos da realidade, devemos aceitar que não haveria meios de afirmar que a realidade compartilha com a lógica aspectos fundamentais que constituem em parte as condições de figuração, tais como a bipolaridade. Uma saída para isso seria aceitar como pressuposto lógico-ontológico algumas propriedades, como a bipolaridade, uma vez que sem ela não teríamos uma base semântica geral a partir da qual as condições de significado proposicional pudessem ser estabelecidas. Devemos notar, ademais, que uma concepção teórica sobre a lógica teria no centro da investigação algumas propriedades semânticas informativas, como a bipolaridade, as relações lógicas do tipo forma lógica e forma da proposição, por exemplo.

Ao concebermos a lógica nesses termos, como ela seria compatível com a leitura ontologicamente determinista da linguagem? Dada a visão ontológica da linguagem, a substância seria, como já dito, forma e conteúdo, ou seja, o conteúdo enquanto o estofado dos estados de coisas e a forma enquanto estruturação desse estado de coisas. Desse modo, ao replicar a estruturação do estado de coisas tanto por meio do princípio da substituição quanto pelas propriedades lógicas indispensáveis, a linguagem os incorpora de modo a estar apta a desempenhar o seu papel representativo. Segundo essa linha de

raciocínio, as propriedades lógicas estão entrelaçadas com a substância. Esse entrelaçamento é justamente a condição lógica e ontológica da significação. A lógica, nesse cenário, acaba por ser esticada para cobrir a realidade, uma vez que a forma é a possibilidade da estrutura. Nesse caso, a forma dos objetos se estende à forma lógica e à forma da proposição. A forma lógica se estende à forma da realidade, sendo todas essas formas interconectadas e marcadas pela rubrica da lógica tractariana. Assim, a lógica se mistura com a ontologia e é trabalhada de uma maneira ampla (2.18).

Nessa mesma linha argumentativa, cabe perguntar se podemos derivar a condição modal de possibilidade da bipolaridade. Parece que sim, de modo que, para que haja a possibilidade de um estado de coisas e sua respectiva figuração, bastaria que ele seja ou verdadeiro ou falso, ou seja, que satisfaça a bipolaridade. Assim, ser possível seria uma condição para ser verdadeiro ou falso. Nesse sentido, a bipolaridade não seria apenas uma norma metodológica arbitrária para definirmos o que são as proposições significativas, mas a bipolaridade seria um traço constituinte de qualquer proposição, um traço que ela compartilha com a própria estrutura da realidade. Por isso, podemos dizer que a lógica permeia a realidade ou serve como um andaime para ela. Como afirma Bartmann, “a ideia de que a forma lógica está implícita na linguagem (nomes e proposições) e no mundo (objetos e fatos) é o que pode ser chamado de imanentismo lógico de Wittgenstein” (Marius Bartmann, 2022, pg. 86). Isso é, a lógica tractariana é, ao mesmo tempo, tanto o pilar estruturante da realidade e da linguagem quanto a ponte fundamental que as conecta, e uma de suas características imanentes que assume a forma de um princípio para a possibilidade de significação, como apontado acima, seria a bipolaridade.

Ainda sobre alguns aspectos fundamentais que perpassam a relação entre a linguagem e a realidade, devemos especificar o papel indispensável que algumas relações e formas, no sentido técnico, desempenham. Começemos pela estrutura da figuração, que é o modo pelo qual os nomes se organizam a partir de suas possibilidades de combinação. Além disso, para que a estrutura da figuração seja possível é necessário, por sua vez, que haja a forma da figuração, ou seja, que os nomes estejam uns para os outros na figuração tal como os objetos se encontram no fato figurado (2.151). O que na leitura ontológica da linguagem inclui que os elementos figurativos possuem a mesma possibilidade combinatória que os objetos tractarianos com os quais estão em uma relação biunívoca. Isso implica que há uma coordenação entre a estrutura da figuração e a estrutura do fato, para essa coordenação damos o nome de relação afiguradora (2.1512).

Nessa perspectiva, Wittgenstein nos diz: “O que a figuração deve ter em comum com a realidade para poder afigurá-la à sua maneira - correta ou falsamente - é sua forma de afiguração” (2.17) e “A figuração pode afigurar toda realidade cuja forma ela tenha. A figuração espacial, tudo que seja espacial; a colorida, tudo que seja colorido, etc” (2.171).

Ademais, temos uma forma especialmente crucial para a relação entre a realidade e a representação da linguagem, a saber, a forma lógica. A forma lógica é a forma mais geral que uma figuração possui, independentemente da particularidade da forma de figuração de uma determinada figuração. Com isso queremos dizer que, como posto acima, cada figuração pode possuir uma forma particular, tais como, por exemplo, as figurações temporais e espaciais. E, embora elas tenham formas de figuração distintas, todas elas possuem forma lógica. A forma lógica seria uma espécie de denominador comum às formas de figuração, sendo uma forma essencial compartilhada por qualquer figuração. Por isso, quando Wittgenstein diz no aforismo 2.202 que “A figuração representa uma situação possível no espaço lógico”, temos um indício de que as formas espaciais, temporais etc., estão contidas em algo maior, que chamamos de forma lógica, a qual pode, argumentativamente, ser reduzida ao espaço lógico. Para entendermos a redução da forma lógica ao espaço lógico, devemos entender que as possibilidades do espaço lógico delimitam o que é possível ser representado. Então, se podemos representar um mesmo estado de coisas nos valendo de formas de figurações distintas, como representar uma rua com um mapa e com uma régua ladeada com peças de xadrez, é porque os elementos constituintes das duas figurações têm possibilidades combinatórias suficientes para representar o mesmo estado de coisas. Tendo isso em vista, podemos dizer que embora as duas figurações tenham formas de figuração distintas, elas possuem a mesma forma lógica do estado de coisas figurado.

A forma lógica dos estados de coisas possível está contida no espaço lógico, pois, uma vez que ele é a totalidade resultante das combinações das formas de todos os objetos factuais, o espaço lógico se afirma como a forma mais geral da realidade. Daí que, a partir do espaço lógico, teríamos todas as situações possíveis que podem ser contempladas pelas mais diversas formas de figuração. Desse modo, o compartilhamento da forma lógica por qualquer figuração está relacionado com a forma da realidade. Ou seja, a forma lógica implícita nas figurações corresponde à forma da realidade.

Do que tem sido dito acima, podemos acrescentar um aprofundamento interpretativo sobre a forma de afiguração e sobre a forma lógica proposto por Glock:

Consideremos o modelo do julgamento de um acidente de trânsito, que inspirou a teoria pictórica (NB 29.9.14). A forma desse modelo inclui as relações espaciais entre as miniaturas do carrinho de bebê e do caminhão; não inclui relações que não desempenham uma função nas convenções de afiguração, como, por exemplo, a relação entre os pesos dos veículos. A natureza tridimensional do modelo faz parte de sua forma pictorial; garante que as relações espaciais entre as miniaturas possam representar relações espaciais entre o caminhão e o carrinho. Mas isso também é possível nas relações bidimensionais entre os elementos de um desenho. Aqui temos duas figurações para o mesmo estado de coisas, com diferentes formas representacionais, isto é, em diferentes meios. Ambos os meios envolvem aspectos (por exemplo, tamanho e cor dos elementos) que distinguem a figuração daquilo que ele figura. Nem a bidimensionalidade do desenho nem a tridimensionalidade do modelo fazem parte da forma lógica, uma vez que esta deve ser comum a todas as figurações de um mesmo estado de coisas, independentemente de sua forma representacional. Essa forma lógica não poderia ser compartilhada entre o acidente e, por exemplo, uma bola parada; faltaria a essa última a multiplicidade lógica exigida pelo acidente (Glock, 1998, pg.181).

Assim, se uma figuração tem uma forma espacial, como um mapa, essa figuração é possível porque se adequa à forma lógica do estado de coisas representado em termos de multiplicidade lógica. Na leitura ontológica da linguagem, isso implica que a forma lógica das figurações é um reflexo da forma geral da realidade, ou seja, das formas dos objetos constituintes dos estados de coisas.

É exatamente nesse sentido que Wittgenstein endossa a posição ontológica da linguagem ao afirmar que:

O que toda figuração, qualquer que seja sua forma, deve ter em comum com a realidade para poder de algum modo - correta ou falsamente - afigurá-la é a forma lógica, isto é, a forma da realidade (2.18).

A figuração tem em comum com o afigurado a forma lógica de afiguração (2.22).

Não acreditamos a priori numa lei de conservação, mas sabemos a priori da possibilidade de uma forma lógica (6.33).

Uma vez que as possibilidades combinatórias entre os objetos tractarianos estão garantidas em sua totalidade no espaço lógico, e que o princípio da substituição enquanto um princípio que garante a preservação da multiplicidade lógica entre um determinado objeto e o nome tractariano é aceitável, teríamos, então, uma base ontológica para a unidade da proposição.

Isso, porque a unidade de uma proposição se define por meio de um conjunto de objetos concatenados de uma determinada maneira. Além de que, esse conjunto, ao fornecer a estrutura da forma lógica, permite que a proposição possua unidade e seja capaz

de ser verdadeira ou falsa, não sendo uma lista de nomes desarticulados. Assim sendo, os objetos tractarianos são decisivos para a ordem e a combinação requerida para a constituição da unidade da proposição.

Ainda caberia acrescentar mais um aspecto das condições de significação da proposição e sua relação com o espaço lógico. A concepção de proposição do *Tractatus*, que considera a proposição como um signo proposicional em sua relação projetiva com o mundo, possui uma característica peculiar, a saber, que ela não contém em si o seu significado, mas, sim, a possibilidade da situação que expressa. Como a situação possível é resguardada por ser uma possibilidade no espaço lógico (2.2002), o sentido da proposição não seria possível sem o comprometimento ontológico com o espaço lógico. Tendo em conta isso, cabe dizer que o espaço lógico configura uma condição ontologicamente precedente ao sentido proposicional em relação à verificação factual. Essa maneira de considerar o sentido da proposição é expressa nos seguintes aforismos do *Tractatus*: “A figuração representa o que representa, independentemente de sua verdade ou falsidade” (2.22), por meio da forma de afiguração e “O que a figuração representa é seu sentido” (2.221).

De posse disso, é possível dizer que a relação projetiva é uma espécie de norma instrumental. Isso porque, por um lado, é uma norma que direciona o modo significativo de aplicação das figurações ao mundo, e, por outro, é um instrumento que pode se valer de vários meios para expressar significado, análogo a vários instrumentos musicais que, em suas normas específicas de tocabilidade, são capazes de expressar ideias musicais. Tanto as normas quanto os instrumentos podem variar, mas a relação de cada elemento figurativo com o seu objeto, não. Isso implica que, nessa perspectiva, a relação projetiva se adequa à relação básica entre nomes e objetos tractarianos, ou seja, a forma lógica que garante que o elemento figurativo replique a multiplicidade lógica do objeto com o qual está ligado.

Ademais, os aforismos “2.202” e “2.203” apresentam a possibilidade de uma situação no espaço lógico, sugerindo tais possibilidade do espaço lógico como parte intrínseca das condições do sentido proposicional, de modo que, tendo a base ontológica e os princípios supracitados, caberia projetar adequadamente a proposição. Nesse sentido, poderíamos considerar que a projeção corresponde às diversas maneiras de representar a realidade por meio de um signo perceptível (3.11). Com isso, poderíamos acomodar a normatividade representativa da linguagem como uma língua ou uma pintura à teoria da figuração sem abandonar o solo ontológico.

Essa estratégia explicativa adotada consiste em favorecer os fundamentos ontológicos do atomismo lógico como base para o uso dos sinais proposicionais em sua relação projetiva com o mundo. Nesse contexto, cabe ainda destacar que as proposições representam porque são encaradas como um tipo de fato. Vimos que a significação das proposições depende de uma relação projetiva que expressa a possibilidade de uma situação. Isso ocorre, como vimos, porque os nomes incorporam a multiplicidade lógica dos objetos que constituem a situação possível. Mas há também a questão das proposições possuírem unidade por serem fatos (3.14). Essa concepção de proposição como um fato é explicada a partir da transposição da estruturação dos fatos mundanos para a proposição como um tipo de fato. Ou seja, como vimos, a possibilidade combinatória de cada objeto os define. Assim, quando esses objetos se concatenam, eles estruturam um fato e, com isso, a forma da estrutura do fato é a própria constituição dos objetos. Como na proposição tractariana os nomes estão para a proposição tal como os objetos estão para os fatos, a concatenação dos objetos estrutura a proposição, e com isso eles constituem a própria forma da proposição.

De modo geral, vimos nessa leitura que a preocupação com a linguagem e as suas possibilidades de representação repousam sobre bases ontológicas. Esse viés toma as noções de substância e espaço lógico como eixos centrais para a explicação da articulação de diversos aspectos linguísticos filosoficamente relevantes, bem como a sua articulação com a realidade representável. A tarefa dessa leitura foi expor que uma ontologia não trivial como a do *Tractatus* possui peso a favor da defesa de conceitos como sentido, unidade proposicional, falsidade e verdade. Para tanto, não podemos deixar de apontar que muitos dos comprometimentos ontológicos apresentados soam como sendo excessivamente extravagantes para abordagens mais deflacionárias da concepção da linguagem tractariana. No que se segue, veremos como uma dessas abordagens propõe respostas alguma das questões trabalhadas nesse capítulo.

7 – A NOÇÃO DE ORDEM LÓGICA ENQUANTO CONJUNTO DE REGRAS PARA O FUNCIONAMENTO DA LINGUAGEM

A intérprete MarieMcGinn empreende uma investigação em torno de um suposto projeto filosófico de Wittgenstein que poderia ser intitulado como o projeto filosófico de clarificação linguística. Tal projeto, que já estaria presente em sua fase germinal no *Tractatus*, é apresentado de modo mais completo na obra de maturidade de Wittgenstein,

a saber, *Investigações Filosóficas*. Posto dessa maneira, a inquietação de McGinn se manifesta na indagação de como um elemento anti-teórico pode ser comum às duas obras que, segundo McGinn, são tão distintas de estilo⁵. Contudo, a identificação desse elemento anti-teórico envolve uma leitura de como Wittgenstein sucumbe ou não à formulação de postulados metafísicos⁶ - seguido de um abandono dos mesmos - como expedientes explicativos ou ao menos sugestivos para fundamentar a relação entre a linguagem e o mundo. Nesse sentido, McGinn parece aceitar que os aforismos sobre a estrutura do mundo, sobre a forma lógica que unifica a linguagem e o mundo e, no geral, que as afirmações sobre qualquer estofo ontológico que justifique a relação entre nomes e objetos tractarianos, tem um estatuto duvidoso, isto é, são afirmações passíveis de serem condenadas como irremediavelmente sem sentido.

Posto isso, embora abandonemos as afirmações metafísicas sobre a estrutura do mundo, ou sobre as condições de possibilidade ontológicas que sustentam a relação entre a linguagem e o mundo, Wittgenstein, no *Tractatus*, ainda mantém diretrizes ideais sobre como proceder filosoficamente para clarificarmos os termos empregados em nossa linguagem ordinária por meio da análise lógica (McGinn, 2009, p.76).

Cabe dizer que, McGinn propõe uma leitura que torna claro o funcionamento da linguagem dentro da própria linguagem. Entendemos que o bom funcionamento da linguagem envolve a produção de significado, e que tal produção exige certas condições e mecanismos em virtude dos quais o significado é determinado. Tendo isso em vista, queremos não só identificar por meio da clarificação esses mecanismos e condições, mas também buscar entender como eles funcionam. Por isso, nossa exposição da leitura de McGinn ultrapassa os seus próprios objetivos, na medida que busca entender como essas condições e mecanismos operam conjuntamente para a produção de significado.

Visto dessa maneira, o papel da filosofia seria examinar as proposições complexas, tornando-as claras por meio do seu funcionamento. Como vimos, as proposições complexas são funções de verdade das proposições elementares, sendo, por isso, completamente analisáveis. Estas, por sua vez, seriam o ponto final de qualquer proposição empregada em nossa linguagem ordinária. Além disso, proposições elementares ainda seriam o resultado da concatenação de nomes simples. Em última

⁵ Argumentativamente, parece haver mais diferenças além das de estilo.

⁶ Ao longo da exposição, vamos tentar esclarecer essa relação que associa o teórico ao metafísico dentro da obra.

análise, as relações entre proposições complexas, proposições elementares e nomes simples devem ser clarificadas

Sendo assim, se quisermos levar a cabo as recomendações do Tractatus de que precisamos abandonar a fundamentação metafísica do significado da linguagem, devemos reconhecer que, no limite, a concatenação dos nomes simples deve receber uma explicação anti-metafísica para que tal doutrina clarificadora da análise lógica se sustente, porém, livre de qualquer resquício metafísico indesejado. Isso parece criar dificuldades para uma abordagem que, além de anti-metafísica defende uma abordagem anti-teórica. Pois, qual seria, então, a explicação anti-teórica e anti-metafísica para as condições de significação desempenhadas pelos nomes e suas relações? É inegável que os nomes contribuem para o sentido de uma proposição quando uma proposição é dotada de sentido. Nessa perspectiva, parece inadmissível que os nomes e relações de concatenação sejam entendidos como um reflexo da organização ontológica previamente estabelecida. Tendo em vista essa tensão, qual seria o substituto anti-metafísico e anti-teórico que nos oferece uma descrição sobre os mecanismos a partir dos quais a linguagem pode expressar o seu significado ?

As respostas a essas questões colocadas serão dadas por McGinn a partir da sua defesa de que o Tractatus é uma obra que se centra na apresentação da clarificação do funcionamento da linguagem, e não em compromissos metafísicos ou teóricos (MCGINN, 2009, pg.99).

Do que tem sido exposto, podemos dizer que o cerne da motivação de McGinn se encontra nessa passagem:

A abordagem anti-teórica de Wittgenstein à filosofia equivale a uma convicção de que esses insights são alcançados ao permitir que a própria linguagem deixe claro como ela significa. O dogmatismo do Tractatus reside no fato de que essa tarefa de expor o funcionamento da linguagem é realizada dentro da estrutura de uma série de preconceitos. Como vimos no Capítulo 1, esses preconceitos são expressos, não apenas no comprometimento de Wittgenstein com a possibilidade de uma representação logicamente perspicaz do sentido de proposições comuns, mas na própria forma que o problema da natureza de uma proposição tem para ele. Wittgenstein aborda sua tarefa central de esclarecimento dentro da estrutura de uma ideia primitiva da essência da linguagem e uma concepção ingênua de significado. No entanto, quero argumentar que, embora esse seja o caso, ainda podemos entender por que ele considera sua abordagem para sua tarefa como uma de esclarecimento. (McGinn, 2009, pg.76, tradução nossa).

Explicitamente, McGinn destaca que o papel da clarificação enquanto objetivo último do Tractatus se faz a partir da correção ou até mesmo da superação dos aspectos

problemáticos que Wittgenstein identifica na concepção de lógica e de proposição desenvolvidas por Frege e, posteriormente, aprimoradas por Russel (McGinn, 2009, p.50). Nesse sentido, Wittgenstein propõe uma concepção de lógica que não se resume a um parâmetro a partir do qual nós podemos medir a objetividade e o estatuto de valor de verdade de nossas proposições que muitas vezes não estão aparentes na enganosa superfície gramatical de nossa linguagem ordinária. Contudo, de uma maneira mais radical, propõe que a lógica é uma estrutura essencial, completa e perfeita para todas as proposições com sentido de nossa linguagem ordinária, isto é, todas as proposições que são verdadeiras ou falsas. Nesse sentido, para Wittgenstein, bastaria que uma proposição de nossa linguagem ordinária tenha sentido para que possamos assumir que haja uma estrutura lógica em perfeita ordem. E, estando em perfeita ordem, a lógica não é uma senhora idosa que precisa ser visitada a todo momento para ser cuidada, pelo contrário, a lógica proposta por Wittgenstein não precisa de nada e nem de ninguém para cuidar dela, ela cuida de si mesma.

Cumprir dizer que, essa concepção de lógica está profundamente revestida de uma idealização normativa. Posto de outro modo, segundo McGinn: “É somente no contexto desta imagem idealizada de uma proposição e de uma lógica que Wittgenstein pôde conceber a tarefa central de clarificação da maneira como o faz” (McGINN, 2009, p.76, tradução nossa). Na esteira do contexto da lógica idealizada do *Tractatus*, McGinn elenca uma lista de problemas que devem ser clarificados por Wittgenstein:

Ele deve tornar perspicuo o status universal e a priori da lógica. Ele deve mostrar como a lógica cuida de si mesma; como a própria linguagem previne qualquer erro lógico. Para Wittgenstein, isso significa deixar claro que a questão da verdade não surge para a lógica da nossa linguagem, que a lógica é anterior à verdade e à falsidade. Ele deve deixar claro que temos todas as proposições da lógica assim que temos uma linguagem na qual expressamos julgamentos sobre o mundo. Ele deve deixar claro como uma proposição expressa seu sentido e deve tornar perspicua a conexão entre proposições com sentido e as proposições da lógica. Ele deve deixar clara a distinção lógica entre nomes e proposições e deve mostrar como os nomes se combinam em proposições com sentido. Finalmente, ele deve deixar claro como uma proposição ocorre em outra e como a relação entre proposições nos permite inferir uma proposição da outra (McGINN, 2009, p.76, tradução nossa).

Nessa citação, observamos que alguns aspectos devem ser esclarecidos sobre a natureza da lógica. Pois, uma vez que a lógica é uma estrutura essencial da nossa linguagem, é plausível dizer que o seu estatuto deve ser universal. O traço universal da lógica seria compatível com o ambicioso escopo da lógica enquanto estrutura essencial

para qualquer proposição ordinária com sentido. Isso quer dizer que, a lógica, à maneira como é idealizada por Wittgenstein, seria subjacente e anterior a qualquer língua, seja ela o português e o chinês, ou mesmo línguas que já não possuem falantes nativos. Por isso, não surpreendentemente, McGinn destaca o caráter *a priori* da lógica, apesar de não haver textualmente qualquer menção explícita a esse estatuto universal e *a priori*. Nessa perspectiva, a lógica não é somente universal para qualquer linguagem, mas ela é também anterior a qualquer linguagem.

Ademais, ainda sobre o estatuto de anterioridade da lógica, seguindo McGinn, notamos que lógica seria anterior à própria verdade e a falsidade que caracterizam o sentido das proposições. Essa anterioridade da lógica a coloca como sendo algo distinto da bipolaridade. Se isso é o caso, precisamos entender o que é exatamente a concepção de lógica nessa leitura clarificadora, o que será feito mais adiante.

Diante do rol de questões levantados por McGinn, que devem ser clarificados por Wittgenstein no *Tractatus*, temos um denominador comum sobre o qual todas parecem repousar, ou seja, a clarificação sobre como qualquer proposição elementar pode expressar seu sentido no interior de um sistema de representação linguística qualquer. McGinn, no entanto, nos mostra que a concepção de proposição e lógica, esta última como uma estrutura essencial da linguagem⁷ ou de qualquer sistema linguístico, cria previamente uma determinação sobre a maneira pela qual a forma dos problemas nos quais a clarificação irá se debruçar se apresentam para nós. McGinn, ressalta que:

Assim, a maneira como a linguagem é revelada para funcionar no *Tractatus* é tão logicamente determinada quanto a concepção de Wittgenstein da essência da representação requer, mas apenas porque o trabalho de revelar como a linguagem funciona é realizado em relação a uma representação da linguagem que já tem essa concepção de sua essência escrita nela (McGinn, 2009, p.78, tradução nossa).

Desse modo, a essência da representação permite que o funcionamento da linguagem seja logicamente determinado na medida em que a essência da representação da linguagem se encontra já implícita nela. Salvo essa compreensão de caráter circular, a busca por esclarecer os elementos essenciais que devem ser encontrados em qualquer sistema de representação é o escopo último de investigação de Wittgenstein. E, uma vez tendo exibido os elementos essenciais que estão presentes em qualquer sistema de

⁷ “Thus, although Wittgenstein conceives his task to be one of allowing language to make clear how it signifies, he undertakes it with a preconceived idea of the logical order that must be there in it.” (McGINN, 2009, p.77)

representação, Wittgenstein estaria crucialmente delimitando as condições para todas as proposições elementares (McGINN, 2009, pg.79). Isso permite que ele não só precise se comprometer com qualquer significado singular de uma proposição específica, como também não se preocupe em expor de maneira explícita qualquer exemplar específico do que seria uma proposição elementar. Novamente, ser universal, como foi apontado por McGinn, se apresenta, aqui, como uma característica da lógica que se coaduna com os pressupostos para a análise do que é essencial para as proposições elementares. Mediante a essa abordagem de Wittgenstein, temos que:

O que interessa a Wittgenstein é a questão de como qualquer proposição elementar expressa seu sentido, na ordem lógica que é essencial a qualquer sistema de representação, e não no sentido que as convenções arbitrárias da linguagem atribuíram a expressões particulares. Assim, seus preconceitos a respeito de uma proposição e da essência da linguagem não apenas encorajam o engano central do *Tractatus*, mas permitem que ele prospere. Eles permitem que Wittgenstein se convença de que os detalhes do nosso emprego real da linguagem em ocasiões específicas para dizer coisas são irrelevantes para seus interesses (McGinn, 2009, p.78, tradução nossa).

Como vimos acima, a ordem lógica subjacente à nossa e qualquer linguagem pressupõem uma concepção idealizada de proposição e de essência da linguagem. Mas, apesar do enquadramento idealizado das proposições que exprimem sentido, a interpretação de McGinn se esforça em manter a essência da linguagem em um regime anti-metafísico, pois, propõe que não estamos saindo da linguagem para avaliar qual é a natureza da relação entre ela e o mundo, e também que não estamos impondo uma maneira de organização fundamental do mundo para esclarecer como a linguagem poderia ou não funcionar. O que deixa em aberto uma explicação sobre o estatuto dessa natureza e como ela procede é crucial para entendermos como a linguagem se relaciona com o mundo.

Ademais, aos olhos de McGinn, as considerações teóricas e os compromissos associados a um conteúdo substancial do *Tractatus* que permitiriam especulações metafísicas sobre a natureza da relação entre o mundo e a linguagem, estariam ancorados a uma maneira de ver os aforismos iniciais da obra, a partir dos quais podemos notar que a linguagem fundamentalmente recapitula a ontologia. Contudo, seguindo parcialmente as chaves interpretativas de Diamond e Conant, McGinn sustenta que as considerações substanciais e metafísicas que podem ser extraídas dos aforismos iniciais devem ser tomadas de uma maneira insincera, de modo que tais passagens “devem ser entendidas como dando voz a uma tentação de dizer algo sobre a relação entre a linguagem e o

mundo” (McGinn, 2009, p.79), mas não dizendo algo seriamente a rigor sobre a relação dessa natureza. Comprometida com um projeto de clarificação do funcionamento da linguagem que não sai da própria linguagem para fazer com que ela mesma se torne esclarecida, McGinn afirma que:

Concordo com a sugestão implícita deles de que é somente quando abordamos essas observações iniciais da perspectiva de uma percepção dos objetivos da obra como um todo que temos alguma esperança de entendê-las corretamente. No final, quero argumentar que essas observações não envolvem, apesar das aparências, nenhuma afirmação substancial — ou seja, hipotética — sobre a linguagem e sua relação com um mundo transcendente, nem mesmo em um sentido irônico (McGINN, 2009, p.78, tradução nossa).

Com base na afirmação acima, McGinn rejeita as passagens iniciais do *Tractatus* como afirmações que não devem ser levadas a sério; contudo, o problema fundamental do *Tractatus*, delimitado por McGinn, ou seja, como qualquer proposição elementar exprime o seu sentido, ainda se mantém. Em virtude disso, McGinn precisa partir de algum lugar do *Tractatus* para iniciar a sua explicação, sobretudo, de um lugar que forneça o material que sustente a sua visão de que podemos explicar o funcionamento de nossa linguagem ao mesmo tempo que deve evitar qualquer endosso a uma ontologia estruturante que ligue a realidade com a linguagem.⁸ Então, mediante essa demanda, McGinn salta dos aforismo iniciais sobre a estrutura do mundo e suas condições para os aforismos que expressam a crucial relação que permite a articulação íntima entre a esfera da linguagem, do mundo e do pensamento, sendo eles, respectivamente:

O disco gramofônico, a idéia musical, a escrita musical, as ondas sonoras, todos mantêm entre si a mesma relação interna afiguradora que existe entre linguagem e o mundo. A construção lógica é comum a todos (Como, no conto, os dois jovens, seus dois cavalos e seus lírios. Todos são, em certo sentido, um só.) (4.014)

Que haja uma regra geral por meio da qual o músico pode extrair a sinfonia da partitura, uma por meio da qual se pode derivar a sinfonia dos sulcos do disco e, segundo a primeira regra, derivar novamente a partitura, é precisamente nisso que consiste a semelhança interna dessas configurações, que parecem tão completamente diferentes. E essa regra é a lei da projeção, lei que projeta a sinfonia na linguagem das notas. É a regra de tradução da linguagem das notas na linguagem do disco gramofônico. (4.0141)

⁸ “Although the intended topic of his investigation is ordinary language, his preconceived idea of its essence gets between him and the reality” (McGINN, 2009, p.76).

Nessas citações, ao colocar no centro de suas preocupações elucidativas esses dois aforismos, McGinn deve fornecer um aprofundamento interpretativo acerca da noção de *relação interna*. Para tanto, devemos notar que ela se vale de um olhar de amplo espectro para sustentar sua visão do *Tractatus*. Ou seja, ao enquadrar os propósitos do *Tractatus* como uma das partes de um projeto que unifica seus escritos e que vai além desta obra, ela recorre, naturalmente, como ponto de apoio elucidativo, a escritos de outros períodos. Assim, ao recorrer a escritos de períodos distintos, McGinn fala do *Tractatus* de fora dele sem, no entanto, perder o projeto de clarificação de nossa linguagem, que lhe serve como fio condutor para transitar entre os diversos escritos de Wittgenstein.

Posto isso, é conveniente dizer que McGinn mapeia o primeiro uso da noção de *relação interna* que ocorreu no escrito *Notes Dictated to Moore*, ainda no período pré-tractariano. E, como vimos nos aforismos “4.014” e “4.0141”, a noção de *relação interna* foi recapitulada no *Tractatus* justamente para contribuir para a explicação de como a proposição elementar pode expressar o seu sentido e, sobretudo, de maneira mais geral, como expressões linguísticas no geral podem exprimir sentido: “(...) esta tarefa consiste em esclarecer a natureza da ‘relação interna de representação’ que existe entre a linguagem e o mundo”(McGinn, 2009, p.80, tradução nossa).

A relação interna é sugerida por ser única e a mesma para o domínio da linguagem, do mundo e do pensamento. Por isso, essa relação denominada no aforismo “4.014” como relação afiguradora é a condição de possibilidade crucial para a articulação entre domínio da linguagem, do mundo e do pensamento. Desse modo, seja qual for a sua natureza, ela deve tanto explicar como uma proposição enquanto um modelo figurativo do mundo descreve um estado de coisas determinado, quanto nos ajudar a entender como se estabelece a relação harmônica entre estados de coisas existentes e expressões linguísticas a partir do compartilhamento dessa mesma relação interna. Com efeito, essa relação interna desempenha um papel de peso para entendermos como domínios aparentemente tão diferentes podem se relacionar com harmonia entre si. É, de fato, inquietante como a música emitida pelo disco de gramofone se relaciona com a ideia musical que, por sua vez, está relacionada com as partituras desta música, assim como com os sulcos do disco tocado pelo gramofone. Dessa maneira, para McGinn, tornar claro a relação interna é premente, mas, só é possível ao incorreremos a um procedimento derivativo que, tendo o entendimento dos mecanismos que operam para o funcionamento de um dos domínios, o linguístico, podemos derivar outros domínios. Conforme a autora:

Por um lado, vemos que essas quatro coisas — a partitura, o pensamento da música, os sons musicais e o disco de gramofone — são diferentes; podemos separá-los em pensamento e focar em cada um deles individualmente. Por outro, podemos reconhecer que há um elo essencial entre eles na medida em que, dado qualquer um deles, podemos derivar os outros dele por meio de "uma lei de projeção". O elo entre os itens não consiste em uma conexão hipotética entre qualquer um deles e algo fora dele; os itens não são vinculados meramente hipoteticamente ou externamente. Em vez disso, o elo é fundamentado em uma regra que nos permite derivar um do outro, ou seja, podemos construir um do outro com base em uma regra. (McGinn, 2009, p.80, tradução nossa).

Outra característica relevante da relação interna para a conexão entre o mundo e a linguagem proposta por McGinn surge mediante a definição do que seria uma relação externa, em contraposição à interna. A relação externa é de um tipo tal que ao relacionar dois domínios ou dois elementos de natureza distinta, tais domínios e seus elementos podem ser avaliados independentemente de tal relação (McGINN, 2009, p.81). Por isso, a relação externa possui um estatuto hipotético e até mesmo de descoberta, uma vez que tal relação externa pode ser formulada e estabelecida com o propósito de especular sobre a relação entre, digamos, o crescimento econômico de algum país e a adesão de sua população a certa religião. Embora a relação externa que conecta a religião ao crescimento econômico de um país produza descobertas prósperas, o domínio da religião e o domínio econômico não possuem uma relação de interdependência interna, ou seja, eles podem ser considerados de maneira isolada, independentemente um do outro justamente por possuírem uma relação de natureza externa. Ao passo que, no campo das cores, a relação da cor branca ser mais clara do que a cor preta parece ser uma relação interna, pois é determinante para a cor branca que ela seja uma cor mais clara do que a cor preta para que ela seja o que é, bem como para a cor preta ser mais escura do que a cor branca para que ela seja o que é (Glock, 1996, p. 318).

Ademais, a regra de derivação que é responsável por constituir a relação interna entre os domínios é algo que se torna mais claro quando entendemos a sugestão de Wittgenstein em equivaler a concepção de tradução entre os diferentes domínios da relação interna, ou seja, “podemos ver a partitura musical, a ideia musical, a música e o disco de gramofone como linguagens mutuamente traduzíveis” (MCGINN, 2009, p.81).

Nesse mesmo sentido, o mundo, o pensamento e a linguagem são traduzíveis entre si na medida que estão atados por uma relação interna. E, dada a apresentação geral de relação interna, não podemos pensar sem a linguagem, e nem nos expressar conteúdos linguísticos sem uma instância externa. A repercussão dessa relação interna entre mundo,

pensamento e linguagem para a proposição é que a capacidade de conexão de um signo proposicional reside na tradução entre domínios:

(...) embora vejamos os itens como separados — o sinal proposicional, ‘p’, é distinto do fato de que p — também os reconhecemos como internamente ligados, na medida em que usamos o sinal proposicional, ‘p’, para representar o fato de que p é o caso. Assim, um sinal proposicional pode ser usado para representar um fato, e qualquer fato pode ser representado por meio de um sinal proposicional (McGinn, 2009, p.81, tradução nossa).

Desse modo, conforme exposto pela passagem a acima, a tradução entre os domínios focou nos domínios da linguagem e da realidade. Nesse enfoque, a relação interna se torna explícita à medida em que usamos a linguagem. Essa maneira de abordar a relação interna, segundo a passagem acima, confere peso ao domínio da linguagem e ao seu uso, uma vez que a relação interna se torna explícita ao partirmos do domínio da linguagem para o domínio do mundo, e não o contrário. Por isso, a relação interna é vista pela autora como um dos elementos interno ao funcionamento da linguagem que pode ser capturado dentro da própria linguagem, sendo essencial para que um sinal proposicional possa representar algo na realidade. Essa compreensão seria uma maneira de driblar qualquer dependência metafísica. Em suas palavras “O conceito de uma propriedade ou relação interna é, antes, estar conectado com o que é essencial para que um símbolo simbolize ou represente da maneira que o faz” (McGinn, 2009, p.82, tradução nossa).⁹

Nesse contexto, temos duas opções sobre a origem dessa regra interna. A primeira reside na interpretação de que encontramos a relação interna como já estabelecidas quando nos deparamos com a conexão entre os domínios. Essa maneira de considerar a relação interna possui um apelo ontológico, abordagem rejeitada por McGinn. Ao mesmo tempo, a negação disso nos leva ou para a alternativa de que a relação interna pode ser algo construídos por nós, ou para a alternativa segundo a qual a natureza da relação interna existe, mas a sua causa e natureza são indeterminadas. McGinn parece se aproximar mais da última alternativa, se valendo dela para propor que o que importa seria partir de tal relação interna para clarificar o uso da linguagem e, a partir disso, construir expressões linguísticas sobre a realidade. Essa abordagem procura partir da relação interna dando apenas uma caracterização geral a ela, e em seguida propor que a tradução

⁹ Essa afirmação está presente na segunda nota de rodapé do capítulo *Pictures*, onde McGinn expõe ligeira e sucintamente como a sua abordagem se esquia de uma avaliação metafísica da relação interna entre linguagem e mundo

entre domínios distintos contribua para a determinação da referência. Nessa perspectiva, segundo McGinn:

A relação entre o signo proposicional e o fato de que ele pode ser usado para representar não depende de uma correlação entre dois itens, mas de uma regra que nos permite construir um a partir do outro. Passamos a ver a relação entre a linguagem e o mundo que ela representa mais claramente, não descobrindo algo, mas esclarecendo as regras de projeção em virtude das quais usamos signos proposicionais para dizer como as coisas são na realidade (McGinn, 2009, p.81, tradução nossa).

Desse modo, podemos dizer que, o funcionamento semântico da linguagem depende de certos mecanismos em virtude dos quais a conexão entre diferentes domínios pode ser estabelecida, a saber, relação interna, tradução e derivação. Ademais, esses mecanismos foram apontados como elementos que integram o que a autora denominou de regras de projeção, as quais não podem ser determinadas a nível ontológico e teórico. O que resta para McGinn é fornecer uma imagem completa do que são exatamente as regras de projeção e como elas garantem as referências de expressões linguísticas no geral, além de explicitar como tais regras conferem significado às expressões linguísticas.

7.1 – Coordenação, retrato lógico e regras de projeção

A compreensão figurativa da linguagem tractariana feita por McGinn nos permitiu saber, até agora, que um dos elementos que compõem as regras de projeção é a relação interna. Contudo, precisamos buscar entender se a regra de projeção é por si a única condição a ser iluminada pela investigação clarificadora do funcionamento semântico da linguagem, ou se há outras peças importantes que compõem o quebra cabeça explicativo para as condições de referenciação e significação da linguagem.

Em busca de fortalecer a sua visão da inter-relação presente entre as expressões linguísticas e a realidade, McGinn lança mão da noção de retrato lógico, noção que expressa a ideia de representação simbolista que retrata a configuração interna de uma situação. A noção de retrato lógico exhibe simbolicamente todos os elementos essenciais a partir dos quais podemos inferir como um determinado estado de coisa deve ser. Mais uma vez, se valendo de escritos pré-tractarianos, mencionando *Notes on Logic*, McGinn apresenta como a ideia de retrato lógico se sustenta por meio de uma articulação lógica interna dos elementos figurativos envolvidos, ideia que poderia ser estendida ao *Tractatus*. Segundo a autora:

Consideremos símbolos da forma “xRy”; a estes correspondem principalmente pares de objetos dos quais um tem o nome “x”, o outro o nome “y”. Os x’s e y’s estão em várias relações entre si, entre outras relações a relação R mantém-se entre alguns, mas não entre outros. Agora determino o sentido de “xRy” estabelecendo a regra: quando os fatos se comportam para “xRy” de modo que o significado de “x” está na relação R para o significado de “y”, então digo que os [os fatos] são “de sentido semelhante” [“gleichsinning”] com a proposição “xRy”; caso contrário, “de sentido oposto” [“entgegengesetzt”]; correlaciono os fatos ao símbolo “xRy” dividindo-os assim naqueles de sentido semelhante e aqueles de sentido oposto (NL, 2011, p.104, tradução nossa).

Como se pode observar, a forma lógica da proposição exibida pela articulação entre as duas variáveis e a relação que as conecta apresenta seu sentido em virtude da compatibilidade de sua estrutura lógica com a estrutura do estado de coisas expresso por ela. Isto é, digamos que a estrutura abstrata da proposição “xRy” expressa a relação binária “(...)ama(...)”. Nesse caso, na perspectiva de McGinn, a proposição “xRy”, por si mesma, diz muito pouco sobre o seu sentido, por isso devemos entender a sua estrutura lógica como internamente vinculada ao mundo; pois, o sentido expresso por essa proposição demanda que a estrutura do estado de coisas retratado pela proposição em questão seja algo como o seguinte estado de coisas possível: Wittgenstein ama Russel. Notamos que, utilizamos uma proposição específica para ilustrar a maneira que o sentido da proposição em sua forma abstrata “xRy” constitui o seu sentido em virtude do paralelo entre articulação de seus componentes com o dos estado de coisas retratado. De modo que, se o significado/referência de “x”, substituído convencionalmente pelo nome “Wittgenstein”, se encontra numa relação de amor, expressa pelo símbolo “R”, com o referente do símbolo “y”, convencionalmente substituído pelo objeto “Russel”, temos uma proposição de sentido semelhante ao fato que ela representa. Isso, porque:

Assim, ele (Wittgenstein) passa a pensar no sentido de uma proposição como equivalente a uma regra que nos permite ler a partir de um signo proposicional, como é usado em uma ocasião particular, como as coisas se apresentam se for verdade. Uma proposição é um signo proposicional como é usado em uma ocasião particular para expressar um sentido. Assim, o que nos interessa é a coordenação do que ele passa a chamar de fato representativo (o signo proposicional como é usado em uma ocasião particular, ou a proposição) e a situação que ele representa (McGinn, 2009, p.83, tradução nossa).

Essa maneira de tratar a proposição se encaixa adequadamente com a proposta de que podemos derivar de um sinal proposicional verdadeiro uma determinada situação¹⁰ na medida que os componentes da proposição espelham a organização dos componentes do estado de coisa possível. Ou seja: “Uma proposição é uma imagem lógica apenas na medida em que combina elementos que são representativos de objetos de uma forma que retrata como esses objetos são combinados se a proposição for verdadeira” (McGinn, 2009, pg.84, tradução nossa).

A partir do momento em que começamos a tratar a proposição como um retrato lógico coordenado a um estado de coisas possível, acrescentamos um novo elemento a nossa compreensão sobre a representação da linguagem sobre a realidade. Esse elemento é a coordenação entre domínios, noção que pode ser entendida como uma coordenação entre a estrutura da expressão linguística e a situação retrata, de modo que elas devem compartilhar a mesma organização estrutural para que o emprego bem-sucedido de sinais linguísticos ocorra. Destacamos, ainda, que tal noção de coordenação, ao permitir que usemos a linguagem para conhecer o que é o caso ou não no mundo deve integrar ou estar pressuposta nas regras de projeção. Conforme McGinn:

É em virtude dessa regra de projeção que um signo proposicional expressa uma proposição que representa um possível estado de coisas; é em virtude dessa regra de projeção que podemos derivar conhecimento do que é o caso a partir do conhecimento de que uma dada proposição é verdadeira. A investigação lógica de como uma proposição expressa seu sentido é a investigação da relação interna entre uma proposição e a situação que ela representa, isto é, das regras de projeção em virtude das quais um signo proposicional pode estar com a realidade para verdade ou falsidade (McGinn, 2009, p.82, tradução nossa).

Visto que as regras de projeção agregam os mecanismos que determinam a capacidade de referência da linguagem, e que a coordenação contribui para a referência, precisamos entender como a coordenação se relaciona com as regras de projeção. Uma resposta a isso é fornecida por McGinn, que nos diz que “(...), a regra de projeção em virtude da qual uma proposição representa um possível estado de coisas pressupõe que a proposição é composta de elementos que estão correlacionados com, ou representam, objetos que são os constituintes do estado de coisas que representa” (McGinn, 2009, p.84, tradução nossa).

¹⁰ A noção de situação é definida nos seguintes termos por McGinn: “a situation is precisely the internal connection between the proposition and the particular possible state of affairs it represents” (MCGINN, 2009, p.84). Desse modo, a situação sempre está vinculada a um estado de coisas possível, e não exatamente a um fato propriamente dito.

Ao destacar o fato de que as regras de projeção pressupõem a coordenação, e que a coordenação permite uma correlação entre os elementos básicos de uma expressão linguística com os da situação que ela representa, podemos dizer que o princípio de substituição proposto por Malcolm seria condição para as regras de projeção, tão estimadas para McGinn em sua compreensão semântica metafisicamente não determinada. O princípio da substituição, presente na concepção de coordenação de McGinn, não é orientado por fatores externos, mas também não é tematizado de uma maneira que torne claro como ele se estabelece e se origina. O que nos resta, é assumi-lo como um pressuposto metodológico para o bom funcionamento da aplicação das regras de projeção. Deste modo, o que se sugere é que um sinal proposicional estruturado pela coordenação com um estado de coisas possível é governado pela articulação dos componentes elementares da linguagem com os objetos simples do estado de coisas retratado, este sinal expressa significado quando submetido às regras de projeção.

Segundo o entendimento de McGinn sobre como a linguagem se refere à realidade, podemos dizer que a referenciação se baseia nas regras de projeção e de coordenação. Mas, isso por si só não garante o significado. O que nos leva a considerar que quando a autora evoca o uso da linguagem, tal uso é um elemento pragmático importante para que a linguagem possa ser expressa significativamente. Se assim for, ainda que o uso da linguagem seja delimitado pela coordenação e pelas regras de projeção, esses mecanismos empregados por McGinn para elucidar o funcionamento subjacente da referenciação não valeriam de nada se o uso da linguagem em contextos relevantes não fosse realizado. Seguindo essa estratégia explicativa, e adotando a visão de amplo espectro de McGinn, podemos exemplificar a importância do uso por meio da seguinte passagem do *Notebooks*:



Se a figura da direita nesta imagem representa o homem A, e a da esquerda representa o homem B, então o todo pode afirmar, por exemplo: "A está esgrimindo com B". A proposição na escrita de imagens pode ser verdadeira e falsa. Ela tem um sentido independente de sua verdade ou falsidade. Deve ser possível demonstrar tudo o que é essencial ao considerar este caso. Pode-se dizer que, embora não tenhamos certeza de ser capazes de transformar todas as situações em imagens no papel, ainda temos certeza de que podemos retratar todas as propriedades lógicas das situações em um roteiro bidimensional.(NB, 1914-1916, pg.7, tradução nossa).

Na passagem supracitada, intuímos o possível estado de coisas possível somente por meio da relação organizacional entre os elementos pictóricos entre si na imagem, a qual expressa dois homens praticando esgrima. Para ilustrarmos o exemplo, imaginemos um cenário em que um pai solteiro tem três filhos; sendo dois adultos que praticam regularmente esgrima com o propósito de entrar nas olimpíadas, e uma criança que não fala, mas, desenha e escreve muitíssimo bem. Num certo dia, o pai, encabulado por não saber onde estão seus dois filhos adultos, pergunta ao seu terceiro filho, o hábil desenhista, se ele sabe onde estão os seus irmãos. Em resposta, o filho desenhista retrata com giz de cera em uma pequena lousa o desenho de duas pessoas praticando esgrima. Captando imediatamente o sentido transmitido pelo desenho, o pai vai até o centro de treinamento atrás de seus dois filhos e, por fim, os encontra treinando vigorosamente. De outro modo, em resposta à pergunta do pai, o filho poderia ter escrito em sua lousa: “Eles estão praticando esgrima”. Nesse caso, ainda que a maneira de representação seja diferente, uma vez que foi expressa pela escrita, a representação da situação conduziria o pai a averiguar a situação, obtendo como desfecho a veracidade ou a falsidade da proposição empregada. Esse cenário está de acordo com a ideia tractariana, apontada por McGinn, de que podemos derivar uma situação de uma representação se ambas estiverem coordenadas, e se a expressão linguística tiver sido submetida às regras de projeção e usadas ou interpretadas competentemente em contextos relevantes. Por isso, para que haja referenciação e significação no exemplo mencionado, não devemos contar com aspectos superficiais como o da bidimensionalidade, visto que ambas as expressões linguísticas foram retratadas numa lousa e que a bidimensionalidade não seria um fator interno ou essencial, mas um aspecto externo no qual cada figuração pode ser imprimida. O que nos sobra, se prestarmos atenção no que parece óbvio, seria justamente que, à sua própria maneira, os elementos figurativos das duas representações exprimem características estruturais com a situação, possibilitando, assim, a preservação da ideia de relações espaciais entre dois indivíduos e uma relação de interação específica, a da prática de esgrima. Contudo, se a criança, em resposta ao pai, desenhasse um triângulo, a situação não seria representada expressando sentido e nem sequer poderia ser confrontada no mundo. Isto é, nos termos de McGinn, ele não poderia traduzir o mundo dentro do seu contexto. Além disso, se ninguém praticasse esgrima, o pai poderia derivar outras situações plausíveis da expressão linguística, como a de duas pessoas brigando com tacos de golfe, situação muito distinta da prática de esgrima. Por isso, aparentemente, a interpretação das expressões linguísticas envolve a seleção de situações relevantes no

contexto, assim como o uso relevante dos termos para expressões linguísticas bem-sucedidas.

Tendo esse elemento contextual em vista, as regras de projeção e a coordenação da linguagem permitem a estruturação dos constituintes das expressões linguísticas que são significativas quando aplicadas em contextos por usuários competentes. Sob essa maneira de ver, ser sensível a contextos de uso parece algo vital para determinar o significado de expressões linguísticas. Sendo assim, os contextos de aplicação da linguagem se acomodam à coordenação. Com base em todos os elementos considerados para o funcionamento interno da representação linguística, ainda fica a questão de como as expressões linguísticas possuem significados?

Em resposta a essa questão, vimos que alguns comentadores, como Glock (Glock, 1996, p. 182), sustentam que a forma lógica dos objetos determina em parte o conteúdo das proposições, que são em parte o seu significado. Em contrapartida, dado o paralelismo entre linguagem e mundo aceito por McGinn: “uma proposição é uma imagem lógica apenas na medida em que combina elementos que são representativos de objetos de uma forma que retrata como esses objetos são combinados se a proposição for verdadeira” (McGinn, 2009, p.84, tradução nossa), é legítimo propor que as combinações dos nomes que permitem que eles ocorram nas proposições devem ser as mesmas que as combinações de seus objetos: “São apenas os elementos da imagem que têm objetos correlacionados com eles; o estado de coisas que a imagem representa pode existir ou deixar de existir”(McGINN, 2009, p.88). Contudo, o que determina essas combinações são mecanismos internos ao funcionamento da linguagem e o contexto de aplicação, e não as formas dos objetos tractarianos.

No tocante a essa questão, ao esclarecermos o funcionamento dos mecanismos internos da linguagem em virtude dos quais uma expressão linguística tem o significado que tem em determinado contexto de uso ou sistema de apresentação, podemos, segundo McGinn, eliminar qualquer dependência relacionada a princípios ou formas ontológicas estruturantes para o significado. Na perspectiva de McGinn, portanto, o papel da forma lógica para a constituição do sentido para a linguagem pode contribuir proveitosamente para as condições de funcionamento da linguagem, mas ela não recebe tratamento ontológico (McGinn, 2009, p.87). Então, qual seria o lugar da forma lógica para a o funcionamento da linguagem segundo McGinn?

Para responder essa questão, McGinn deve contornar algumas indicações capciosas sobre as formas de afiguração apresentadas no *Tractatus*, de acordo com o qual, o papel desempenhado pela forma lógica ou forma da afirguração é tal:

Que os elementos da figuração estejam uns para os outros de uma determinada maneira representa que as coisas assim estão umas para as outras. Essa vinculação dos elementos da figuração chama-se sua estrutura; a possibilidade desta, sua *forma de afiguração* (2.15, grifo nosso).

A forma de afiguração é a possibilidade de que as coisas estejam umas para as outras tal como os elementos da figuração. (2.151)

É assim que a figuração se enlaça com a realidade; ela vai até a realidade. (2.1511).

O que a figuração *deve ter em comum com a realidade para poder afigurá-la* à sua maneira - correta ou falsamente - é sua forma de afiguração. (2.17, grifo nosso).

Do que tem sido dito até aqui sobre a abordagem de McGinn acerca da tarefa do *Tractatus*, presumimos que a forma de afiguração pode abrir espaço para o surgimento de aspectos ontológicos ou de especulações teóricas que não se ajustam à perspectiva de McGinn. A tarefa central do *Tractatus*, como dito por McGinn, seria justamente a de elucidar o funcionamento da linguagem sem termos que nos comprometer com especulações metafísicas sobre a natureza das condições de significado linguístico. Então, assumir a forma lógica como um princípio estruturante de caráter ontológico é abrir a possibilidade para uma interpretação que nos leva a crer que, ao descobrirmos a forma lógica da proposição, descobrimos, pelo que se mostra logicamente na proposição, algo sobre a estrutura do mundo. Ainda que McGinn incorpore a noção de forma de afiguração à sua interpretação, ela não é tomada como um reflexo ontológico, pois, como vimos, o que se passa no mundo é representado por sinais proposicionais/representações projetadas em contextos de uso, sendo esses requerimentos de funcionamento e aplicação a garantia de sua capacidade de supostamente se referir e significar. A forma de afiguração, nessa perspectiva, é expressa como um retrato lógico por meio do simbolismo, permitindo que a estrutura lógica elementar se mostre diretamente. E como o simbolismo lógico é uma expressão linguística artificial, ele deve também obedecer às regras para se projetar em um determinado contexto de aplicação.

7.2 – Forma de afiguração e bipolaridade

Os mecanismos para funcionamento da linguagem elucidados por McGinn, até aqui, conseguiram nos ajudar a entender a conexão entre o mundo e a linguagem de modo

que a maneira pela qual a forma de afiguração que está sendo apresentada é posta como dependente desses mecanismos, ou seja, dependente das regras de projeção, da coordenação, relação interna e do contexto de uso. Contudo, dado os aforismos supracitados do *Tractatus* que delineiam a noção de forma de afiguração e sugerem que esta é incontornável para a elucidação da relação entre qualquer uma das nossas representações e a realidade, devemos, então, buscar entender com mais detalhes como a autora sustenta a compreensão de forma lógica associando-a às noções introduzidas de coordenação, retrato lógico e sobretudo de contexto de uso.

O ponto de partida de McGinn é o aforismo 2.1, que, na tradução em português, é convertido por “Figuramos os fatos”, mas que, em inglês, está traduzido¹¹ como “Nós imaginamos os fatos para nós mesmos”. A tradução em inglês reforça a ideia de que a figuração é feita por nós e para nós, embora a figuração ocorra muitas vezes no ambiente público, o que envolve, naturalmente, outras pessoas. Vale ressaltar que a tradução em inglês de “*Wir machen uns Bilder der Tatsachen*” está implicitamente conduzindo a nossa interpretação sobre a figuração quase como uma prática. Deste modo, ao invés de sermos levados a entender que a figuração ou a relação entre a figuração e estado de coisas possível existe independentemente de nós ou dos sistemas de representações que utilizamos para retratar o mundo, a tradução em inglês nos sugere que a figuração é algo feito por nós, e provavelmente formada dentro de uma prática caracterizadas por um sistema de representação com regras aplicadas por nós (McGinn, 2009, p.85-86).

Seguindo McGinn, “Uma imagem representa um estado de coisas na medida em que existe uma regra que estabelece o que conta como existente e o que conta como inexistente o estado de coisas representado” (McGinn, 2009, p.86, tradução nossa). A regra que permite apreendermos o que deve estar ocorrendo ou não na realidade nos remete, novamente, ao que Wittgenstein chama de espaço lógico: “A figuração representa a situação no espaço lógico, a existência e inexistência de estados de coisas” (2.11). Então, a figuração, que representa um estado de coisas possível, deve separar a realidade entre um sim ou um não, expressando um fato ou um estado de coisas que não é o caso. As expressões linguísticas representam o que de fato ocorre na realidade nos casos em que a figuração é correta, isto é, quando a situação figurada existe. Contudo, se a situação

¹¹ Estou me baseando na 2ª edição da Routledge do *Tractatus Logico-Philosophicus*.

expressa pela figuração não existe, a figuração ainda mantém uma relação interna com a situação possível.

Uma situação possível, nesse cenário, é representada por expressões linguísticas que precisam satisfazer a bipolaridade. Isso porque, nos casos de situações possíveis, mas atualmente inexistentes, a relação interna da sua representação com a realidade se mantém (MCGINN, 2009, p.86). Reparemos, a propósito, que uma representação é bipolar quando é capaz de manter uma relação interna com o mundo, na medida que os elementos figurativos estão logicamente articulados, isso determina a constituição de um retrato lógico que exprime um estado de coisas possível. Além disso, devemos lembrar que as condições para uma representação geral exigem que ela seja:

(...) logicamente articulado na medida em que é uma estrutura na qual ‘os elementos estão relacionados uns aos outros de uma forma determinada [estão uns aos outros de uma forma determinada] (2.14).

Os elementos da imagem são os representantes dos objetos. É combinando elementos de uma forma determinada que a imagem representa como os objetos para os quais os elementos estão são combinados se a imagem estiver correta: O fato de que os elementos de uma imagem estão relacionados uns aos outros de uma forma determinada [estão uns aos outros de uma forma determinada] representa que as coisas estão relacionadas umas às outras [que as coisas estão assim umas às outras] da mesma forma (2.131).

Vejamos que, a articulação decorre da estrutura, onde os elementos pictóricos se relacionam entre si de uma maneira determinada. Todavia, a estrutura por si só não garante que cada um desses elementos pictóricos substitua o seu respectivo objeto na situação representada. Pois, como visto no aforismo 2.15: “Essa vinculação dos elementos da figuração chama-se sua estrutura; a possibilidade desta, sua forma de afiguração”. Nesse sentido, McGinn considera que a: (...) a forma pictórica pode ser pensada como as regras de representação que são exibidas na possibilidade de combinar os elementos em estruturas que representam possíveis estados de coisas (McGinn, 2009, p.86, tradução nossa). Disso decorre que:

Assim, a possibilidade de combinar elementos da imagem em uma dada estrutura é equivalente à possibilidade de projetar a imagem na realidade, isto é, à possibilidade de apreender as circunstâncias nas quais a imagem está correta e as circunstâncias nas quais ela está incorreta. Na medida em que uma imagem tem uma relação interna com um estado de coisas que ela representa, a forma pictórica da imagem — as regras que se manifestam nas possibilidades de combinar os elementos em estruturas que retratam estados de coisas — são essencialmente regras pelas quais a imagem como um todo é projetada na realidade (McGinn, 2009, p.86, tradução nossa).

Nessa passagem, McGinn aproxima fortemente o papel desempenhado pela forma da afiguração da noção de coordenação, a qual, como defende, cumpre o papel da correlação dos elementos figurativos com os objetos do estado de coisas possível representado, sendo, assim, uma das condições de representação do próprio estado de coisas possível em questão (McGinn, 2009, p.84). Observamos com isso que, de acordo com os próprios termos de McGinn a forma da afiguração pode ser entendida como uma regra combinatória que permite que expressões linguísticas ou representações possam ser projetadas na realidade, ou seja: “Uma imagem é logicamente articulada na medida em que é essencialmente uma combinação determinada de elementos pictóricos em uma estrutura que representa um possível estado de coisas (...)” (McGINN, 2009, p.86).

O que é intrigante é como a autora trabalha a relação entre a noção de coordenação e a de forma de afiguração. Uma maneira razoável de entender essa relação seria encarar a coordenação como sendo o resultado efetivo da forma de afiguração. Além disso, McGinn ainda propõe que a “A forma pictórica é equivalente às regras de projeção que determinam o que é para os fatos serem “de sentido semelhante” ou “de sentido oposto” à imagem (McGinn, 2009, p.87, tradução nossa). Ao equivaler a forma de afiguração com as regras de projeção sem nos fornecer uma compreensão completa do que são as regras de projeção, perdemos a orientação do que de fato a autora entende completamente por forma de afiguração. Pois, se a forma de afiguração nos conta sobre a possibilidade de organização dos componentes de uma expressão linguística ser a mesma dos objetos na situação por ela representada, e a coordenação ser a efetivação dessa organização compartilhada entre domínios distintos, então, só faria sentido equivaler a forma de afiguração às regras de projeção se a própria forma de afiguração for entendida como um dos mecanismos referenciais que integram as regras de projeção para que a linguagem possa ser expressa. O que, de fato, parece ser o caso. Contudo, lembremo-nos que a coordenação foi considerada por McGinn como sendo pressuposta às regras de projeção, sendo, por isso, anterior as regras projeção. Mas, agora, a autora propõe que a efetivação da forma de afiguração, que é possibilidade da coordenação entre domínios, integra as próprias regras de projeção. Isso parece um pouco incoerente, se consideramos que o que está sendo afirmado é que a forma de figuração, juntamente com a coordenação, está pressuposta nas regras de projeção, e que, ao mesmo tempo, a forma de figuração é parte integrante das regras de projeção.

Iremos considerar que a forma de afiguração, assim como a coordenação, integra as regras de projeção. Tendo essa leitura em vista, estamos em condições de entender a

seguinte ideia de McGinn: “Se não há regras de projeção que determinem as circunstâncias em que uma imagem é correta ou incorreta, então não há imagem e, ipso facto, nenhuma combinação de elementos pictóricos.” (McGinn, 2009, p.87, tradução nossa).

Procedendo dessa maneira, expandimos o nosso conjunto de mecanismos que integram as regras de projeção. A partir deles, podemos aceitar que expressões linguísticas toquem a realidade, como bem coloca McGinn: “A imagem alcança a realidade na medida em que é projetada sobre ela, isto é, na medida em que existem regras de projeção que determinam as condições sob as quais a imagem é correta ou incorreta” (McGinn, 2009, p.87, tradução nossa).

As regras de projeção fornecem um parâmetro a partir do qual podemos entender se uma representação é correta ou incorreta. Para entender como isso ocorre, podemos nos valer da analogia da mensuração feita por Wittgenstein: “Ela (a figuração) é como uma régua aposta à realidade” (2.1512). Ou seja, suponhamos que estamos medindo um chinelo, podemos medi-lo utilizando uma régua, pois tanto o chinelo quanto a régua possuem comprimento, o qual pode ser apontado como a sua relação interna, permitindo, assim, a forma da afiguração. Em seguida, podemos coordenar as linhas impressas na régua que indicam unidades de medida, como centímetros, com a extensão do chinelo, ou seja, podemos traduzir o chinelo para as unidades de medida. Isso ocorre facilmente ao representar numericamente o chinelo, usando o simbolismo dos números para exibir a forma da extensão do chinelo, o que analogamente seria um retrato lógico de sua extensão. Isso envolve o uso bem-sucedido da aplicação da régua por um usuário competente em determinado contexto. Depois da consideração de todos esses mecanismos, podemos dizer que a régua está posta à realidade e que pode representar uma situação incorreta/falsa ou correta/verdadeira. Independentemente de a situação ser verdadeira ou falsa, o fato de a bipolaridade da representação ser o resultado do encadeamento dos mecanismos internos da linguagem nos permite entender como uma representação significativa ocorre.

Devemos perceber que nesse simples exemplo consideramos todos os mecanismos que integram as regras de projeção, o que nos deu uma compreensão mais palpável sobre como elas supostamente operam para produzir significado. Desse modo, a ordem lógica da linguagem delineada permite que entendamos como proposições estão habilitadas a expressar situações na realidade que podem ser verdadeiras ou falsas (McGINN, 2009, p.137).

Nesse momento, precisamos buscar entender como o exemplo da régua medindo o chinelo pode ser estendido a qualquer sistema de representações possível. Antes disso, precisamos clarificar o que seria um sistema de representação. “Sistemas de representação” é uma noção geral e abstrata utilizada por McGinn para se referir a diferentes possibilidades de representar a realidade. Entendemos que a representação, nessa perspectiva, seria um conjunto de elementos de natureza distinta que cumprem o papel de substituir os objetos e qualidades daquilo que representam na realidade. Ao substituírem, os elementos podem ser organizados para integrar expressões linguísticas que representam algo na realidade. Ao passo que, a noção de sistema pode ser intuitivamente entendida como um grupo de expressões linguísticas coerentes entre si, ou seja, elas não negariam umas às outras gerando contradições, de modo que elas sejam coerentes entre si.

Tendo feito essas considerações, podemos agora buscar entender como diferentes sistemas de representação podem produzir significado. O que deve ser comum a todos eles, além dos mecanismos de funcionamento da linguagem, é que “a projeção de cada uma das imagens do sistema sobre a realidade que constitui a relação de representação; não há correlação de elementos com objetos que são constituintes dos estados de coisas representados que seja independente dessa projeção” (McGinn, 2009, p.89-90, tradução nossa). Como não há uma relação direta entre os elementos da representação com seus respectivos objetos, cada elemento só pode ser determinado pelo lugar que ocupa na ordem dos outros elementos que constituem a representação. Segundo a autora:

Um elemento pictórico é essencialmente qualquer coisa que uma classe de imagens pode ter em comum; é o equivalente a uma constante não lógica; é essencialmente uma forma e conteúdo. Assim, a ideia é que devemos entender a correlação de elementos pictóricos com objetos como consistindo na contribuição comum que os elementos fazem aos membros de uma classe de imagens, cada uma das quais pode ser comparada com a realidade para verdade ou falsidade. A correlação entre os elementos de uma imagem e os objetos que são constituintes do estado de coisas representado é mostrada no que é comum entre diferentes combinações dos mesmos elementos pictóricos em imagens que representam estados de coisas distintos (McGinn, 2009, p.87, tradução nossa).

Ao propor que a correlação entre os elementos pictóricos e seus objetos seja algo à revelia de uma relação externa da linguagem, McGinn elucida que as ocorrências dos elementos pictóricos pertencem a uma classe de imagens, as quais, usamos para representar a realidade. Ingenuamente, uma classe é um grupo de elementos que possui

algum tipo de característica comum. Então, uma classe de imagens pode ser considerada como um grupo de imagens que possuem uma característica comum. O que seria comum na classe de imagens referidas por McGinn é justamente os elementos pictóricos que aparecem em cada uma delas.

Para ilustrar isso, consideremos, pois, a aplicação da passagem de McGinn no seguinte exemplo. Imaginemos o quadro “A Última Ceia”, feito por Leonardo da Vinci. Consideremos que, o retrato d’A Última Ceia reflete um estado de coisas que de fato ocorreu. Agora, digamos que haja uma releitura, de tal modo que os discípulos que compõem o quadro se encontram em uma outra disposição, expressando um estado de coisas tal que nos sugere que Jesus não repartiu o pão, mas, sim, o discípulo Mateus. O que há de comum nesses dois quadros distintos são os elementos pictóricos, os quais estão organizados de maneiras diferentes e, por isso mesmo, compondo figurações que expressam estado de coisas distintas. As releituras do quadro podem variar de diversas maneiras. Assim, as diversas versões do quadro, juntamente com o retrato original, seriam a classe de imagens. Já os elementos pictóricos, como a disposição dos discípulos e as cores que variam a cada versão do quadro, seriam aquilo que a classe de imagens tem em comum. Ademais, como vimos no nosso exemplo, é a possibilidade das combinações possíveis dos elementos pictóricos da classe de imagens que garante a articulação interna entre os elementos pictóricos de uma figuração.

O exemplo do caso da *Última Ceia* vai ao encontro com a ideia de McGinn acerca dos aforismos do Tractatus que versam sobre a utilização das regras de projeção, da estruturação e da correlação para a construção das figurações que representam a maneira que as coisas podem estar na realidade. E, de maneira análoga ao exemplo da régua, que, a partir da correlação, nos permite averiguar se a mensuração do objeto está correta ou não, poderíamos julgar, a partir da regra de composição de construção do quadro, o que está correto ou incorreto. Por isso, McGinn afirma o duplo papel da aplicação das regras. De um lado, temos a aplicação das regras para a construção das figurações. Por outro, a aplicação das regras nos permite julgar o que está correto ou não na representação. Como alega McGinn:

Aplico a regra tanto para julgar se a situação que uma imagem representa existe, isto é, se a imagem está correta, quanto para construir uma imagem que representa como as coisas estão, isto é, que retrata corretamente o que é o caso. O resultado da aplicação da regra é que afirmamos que uma imagem que representa um estado particular de coisas mostra como as coisas estão ou não

mostra como as coisas estão, está correta ou incorreta (McGinn, 2009, p.87, tradução nossa).

Então, um sistema de representação qualquer, seja ele expresso por imagens, sentenças ou maquetes expressa significados quando os elementos pictóricos ocorrem em uma figuração estruturada que está numa relação projetiva com a realidade. A partir desse quadro, observamos que apenas os elementos pictóricos que fazem parte de uma estrutura podem contribuir para a constituição de expressões com significados. Mas, para que a afiguração possa ser verificada, diz McGinn, a combinação de elementos pictóricos na composição de uma figuração precisa somente expressar um sentido semelhante ou oposto ao estado de coisas representado (McGinn, 2009, p.87-88). Visto dessa maneira, devemos ressaltar que, para McGinn, a natureza da conexão entre a figuração e a realidade não é determinada por uma relação que seja independente do quadro de mecanismos essenciais para ordem lógica da linguagem. Pelo contrário, como elucidado no exemplo do quadro *A Última Ceia*, as possibilidades combinatórias dos elementos pictóricos que caracterizam uma classe de imagens dependem essencialmente da estruturação da figuração, da forma da figuração, da coordenação entre objetos e elementos pictóricos e da projeção em contexto de uso.

Vejamos ainda que, McGinn destaca a interrelação entre a regra de projeção e as possibilidades combinatórias dos elementos que podem ser manipulados para a construção de representações para verificarmos as imagens possíveis da classe de imagens:

A existência de uma regra que determina as circunstâncias em que uma determinada imagem está correta ou incorreta está essencialmente conectada com a existência de uma regra pela qual os elementos da imagem fazem uma contribuição comum para determinar as circunstâncias em que cada imagem em uma classe inteira de imagens está correta ou incorreta (McGinn, 2009, pg.87, tradução nossa).

(...) o sentido da imagem que a conecta com a realidade; a correlação dos elementos da imagem com os objetos é interna à expressão de um sentido pela imagem, na medida em que uma imagem de um possível estado de coisas é essencialmente articulada (McGinn, 2009, p.89, tradução nossa).

Com isso, podemos dizer que a verificação do valor de verdade de uma representação decorre da manifestação de significado que emerge a partir da própria articulação interna entre os elementos figurativos com a representação e dela com a realidade. Isso permite que um sistema de representações contenha diversas representações falsas, mas ainda assim significativas, uma vez que “a correlação é interna

ao sistema de representação que é constituído por essas imagens em sua relação projetiva com o mundo e é independente de qualquer imagem específica no sistema estar correta ou incorreta”(McGinn, 2009, p.90).

7.3 – Bipolaridade e espaço lógico

Como visto, os mecanismos que permitem o significado de uma representação dependem em parte da valoração binária, isto é, da bipolaridade dos valores de verdade. De modo que, o significado de uma representação está sempre orientado para um sim ou não, ainda que o seu significado não seja reduzido por um valor de verdade determinado para existir. Os mecanismos internos de um sistema de representação devem garantir que as representações sejam estruturadas de modo que elas sejam passíveis de atribuição valorativa, seja ela verdadeira ou falsa. Mas isso não subscreve seu significado. Como diz Wittgenstein no *Tractatus*:

A figuração representa o que representa, independentemente de sua verdade ou falsidade, por meio da forma de afiguração (2.22).

“O que a figuração representa é seu sentido” (2.221).

Na concordância ou discordância de seu sentido com a realidade consiste sua verdade ou falsidade (2.222).

Os aforismos acima nos revelam que, ao expressar o seu sentido/significado, uma imagem sempre irá nos dizer como determinado estado de coisas deve ser caso ele seja verdadeiro, uma vez que os elementos pictóricos estão estruturados de uma maneira tal que cada elemento pictórico, ao estar organizado em uma determinada combinação na figuração, expressa, em conjunto, como os objetos do estado de coisas possível representado deve estar na realidade. No caso contrário, quando a figuração é falsa, bastaria supor que o estado de coisas possível que ela expressa está em desacordo com o que se passa na realidade. De todo o modo, ser suscetível à verdade ou à falsidade é uma das condições de produção de significado de uma representação qualquer

Ainda sobre a caracterização do significado, afirma Wittgenstein: “Não é possível reconhecer, a partir da figuração tão somente, se ela é verdadeira ou falsa” (2.224). Ou seja, o significado expresso por uma figuração por si mesmo não possui poder para determinar como as coisas estão no mundo, mas, apenas para nos dizer como elas podem estar. Isso nos leva a reconhecer que não há figurações dotadas de significado com um

valor de verdade a priori, pois, qualquer valor de verdade que venha a ser atribuído a uma figuração significativa depende de ela seja confrontada com o mundo. Nesse contexto, reafirma McGinn: “também é claro que a única maneira de dizer se uma imagem é verdadeira ou falsa é compará-la com a realidade. Pertence à essência da representação que não podemos dizer apenas pela imagem se ela está correta ou incorreta: ‘Não há imagens que sejam verdadeiras a priori’” (McGinn, 2009, p.95, tradução nossa).

Uma vez admitido o papel da bipolaridade para o sentido da figuração, podemos dizer que qualquer figuração que expresse significado, o faz por ser passível de bipolaridade:

A bipolaridade, que, como Wittgenstein aponta na primeira observação, pertence à essência da representação, é assim vista como essencialmente conectada, por meio da articulação lógica essencial das imagens, com a existência de um sistema de imagens possíveis dentro do qual cada imagem particular determina um lugar. Assim, a essência da representação é vista como essencialmente conectada com a existência de um espaço lógico de possibilidades que é independente do que é o caso, isto é, independente da verdade ou falsidade de qualquer imagem particular. Isso é algo que pertence à lógica da representação. Não vai além do que Wittgenstein acredita ser manifesto na maneira como as imagens funcionam. (McGinn, 2009, p.96-97, tradução nossa).

Do que tem sido dito, fica claro que o significado de uma figuração não poderia ser o que é sem que os valores de verdade contribuíssem para a sua significação. Ainda se pode destacar da citação acima que, quando McGinn menciona o espaço lógico, ela não o faz considerando-o ontologicamente. Para McGinn, se aceitarmos que a linguagem contém em si, em sua estrutura essencial, toda a possibilidade da situação que ela representa, independentemente se é verdadeira ou falsa, então, a linguagem possui como parte da sua estrutura essencial um espaço de possibilidades representativas independente de qualquer substância fundamental externa. Nesse caso, o espaço de possibilidades expressivas da linguagem é o espaço lógico. O espaço lógico, na linha de interpretação de McGinn, não é um espaço a partir do qual todos objetos simples e independentes da linguagem existem, mas, sim, uma categoria conceitual que reflete a essencial possibilidade de concatenação dos nomes para a representação da linguagem, e por conseguinte, das possibilidades de representação significativa presentes em nossos sistemas de representação (McGinn, 2009, p.97).

Consideremos, pois, o emprego do nome “Rosa”. Dado a maneira em que a noção de espaço lógico é pensada por McGinn, as diversas maneiras de empregar o nome “Rosa” devem respeitar os limites do espaço lógico, ou seja, as possibilidades expressivas do nome “Rosa” se definem nas proposições com sentido em que esse nome ocorre. O

que nos leva a entender que se todas as proposições que apresentam a ocorrência do nome Rosa tiverem sentido, tais como “A rosa do jardim é vermelha”, “Rosa é amiga de Martin Luther King” e “Rosa é uma cor”, e que o significado do nome “Rosa” é distinto, isso ocorre não porque há internamente ao nome “Rosa” uma possibilidade lógica determinada a partir de fora por distintos objetos tractarianos, mas, sim, porque os significados distintos refletem diversas maneiras corretas de empregar esse nome de acordo com as regras subjacentes presentes em nosso sistema de representação.

A tematização do espaço lógico, para McGinn, é uma peça crucial para a estrutura interna da linguagem, pois, para que seja possível a constituição de figurações em que o mesmo nome ocorra com significados distintos, como, por exemplo, para que o nome “rosa” ocorra em representações com significados distintos, esse nome deve estar essencialmente conectado a uma figuração, e esta, por sua vez, essencialmente conectada com o espaço lógico, o qual permite as possibilidades de representação significativa de um sistema de representação. Assim, o uso do nome “Rosa” é correto se ele se adequa às regras de projeção do sistema de representação em que está contido. Se um determinado sistema de representação possui em si as possibilidades das situações que representam, os diversos empregos do nome “Rosa” devem também estar garantidos.

De modo que, o lugar que um nome ocupa na estrutura de uma representação reflete as suas possibilidades combinatórias determinadas pelas regras de projeção. Assim, tanto o emprego de “Rosa” expressando um tipo de termo singular, quanto expressando um tipo de termos geral, devem estar definidos no sistema de representação a que pertencem. Assim, o nome “Rosa” pode ser empregado adequadamente, e o papel semântico desempenhado pelo nome “Rosa”, seja ele um indivíduo, seja ele uma qualidade, pode ser distinguido e compreendido.

CONCLUSÃO

Depreendemos da visão antimetafísica de McGinn algumas implicações neutras e outras negativas. Começando pelas neutras, a primeira delas é que McGinn parece endossar implicitamente uma espécie de holismo semântico, ou seja, que o significado dos nomes tractarianos não repousa em suas características intrínsecas, mas, sim, em suas relações com os outros nomes tractarianos e como eles podem ser combinados dentro das classes que ocupam. Essas classes, por sua vez, se organizam dentro de um sistema de

representação. Embora o uso dos termos dentro de um contexto proposicional seja crucial, o significado emerge, sobretudo, no interior de uma rede de conexões que um termo pode ter com outros sem necessitar de qualquer substância externa para tal. Por isso, para que o entendimento da significação de um elemento figurativo ou nome tractariano ocorra, deve-se levar em consideração a sua relação com outros elementos e classes do sistema de representação no qual está internamente relacionado. Nesse sentido, o significado de um nome é determinado já tendo todo o sistema de representação estabelecido.

Posto isso, consideremos o exemplo do significado da cor "vermelho". Seu significado depende de suas relações com outras palavras como "cor", "brilhante", "escuro", o que envolve o modo como esses termos são entendidos dentro de um sistema de representação mais amplo. Assim sendo, o significado de uma afirmação como "o céu é vermelho ao pôr do sol" depende das possibilidades de combinações entre os nomes segundo as classes que ocupam, de como que o significado de cada nome mais a estruturação deles determinam o significado global da frase. Permitindo, assim, que a significação da expressão corresponda ao que de fato é observado no mundo físico durante um pôr do sol ou não.

Assim, essa compreensão permite acomodar uma concepção de correspondência da verdade, desde que haja uma fixação dos nomes tractarianos a partir da definição de suas relações regradas no interior do sistema de representação, o qual apresenta representações sobre a realidade que podem ser verdadeiras ou falsas.

A segunda implicação diz respeito a como a caracterização geral das regras de projeção estabelecem as condições para ordenar qualquer sistema de representação possível, ou seja, fornecem as condições comuns a todos os sistemas de representação. Essa abordagem normativa enfatiza os mecanismos em virtude dos quais se dá o bom funcionamento da linguagem. Tendo em vista que o funcionamento da linguagem se estabelece de dentro para o fora, o significado das representações no contexto de seu respectivo sistema de representação não depende de qualquer determinação ontológica. Nesse sentido, as condições gerais de significado se estabelecem por meio da ordem essencial da linguagem, a qual se reflete nas regras de projeção e a bipolaridade.

As implicações negativas assumem a forma de alguns problemas gerados por esse tipo interpretação. Posto de outro modo, se aceitarmos que todos os mecanismos que integram as regras de projeção fornecem a base para a produção de significado para os nossos sistemas de representação independente de qualquer determinação fundamental extralinguística, seria lícito dizer que, em última instância, a própria realidade se reduziria

a tudo aquilo que pode ser representado com sentido por nossos sistemas representacionais. Isso poderia ser encarado como uma inclinação ao idealismo linguístico, segundo o qual a realidade só pode ser o que é na medida em que é fruto de nossos sistemas de representação. Uma vez que podemos construir diferentes sistemas de representações, poderíamos dispor de critérios para decidir sobre qual sistemas de representação devemos nos guiar se quisermos nos orientar por verdades científicas, por exemplo? Essa pergunta tem o intuito de apontar para o fato de que nenhum sistema de representação que está em ordem lógica merece privilégio. O que exclui qualquer possibilidade de decidir qual seria o sistema de representação de acordo com qual podemos melhor representar a realidade. Pois, consideremos a frase (R1) que pretensamente representa algo na realidade como sendo “A água é o líquido incolor que sacia a sede, apaga o fogo e cai do céu quando chove”. Agora, consideremos outra frase (R2) que também representa pretensamente algo na realidade como sendo “Água é H₂O”. Nessas duas representações, mesmo que uma representação R2 que participa do sistema de representação S2 que satisfaz a ordem lógica da linguagem represente o mundo de maneira significativa e verdadeiramente, ela não tem o mérito de ser melhor ou pior do que a representação R1 que participa do sistema de representação S1 que satisfaz a ordem lógica da linguagem, que também representa a realidade de maneira significativa e verdadeira. Porém, intuitivamente, S2 representa de modo mais acurado a realidade do que S1, embora nada possa ser definido sobre isso, já que ambas estão em ordem lógica, o que preenche toda motivação semântica.

Uma alternativa para driblar esse problema seria assumir que ao fim e ao cabo todas as representações poderiam ser reduzidas a proposições elementares de modo que no final da análise elas se equivaleriam. Ainda assim, como essas proposições elementares nos diriam muito pouco sobre a realidade, não teríamos como alcançar qualquer objetividade.

No caso da visão ontológica da linguagem, uma questão fundamental que se mantém aberta é a natureza da relação entre os nomes com os objetos tractarianos. O princípio de substituição somado à concepção de totalidade combinatória dos objetos tractarianos no espaço lógico nos diz muito pouco sobre o ato fundador dessa conexão. Além disso, a noção de que a composição das expressões linguísticas seja um resultado das possibilidades combinatória se fragiliza muitíssimo quando esse ato fundador carece de explicações. Outra dificuldade é que os objetos tractarianos não estão disponíveis para serem identificados. Como vimos, mesmo que façamos especulações sobre possíveis

tipologias, não podemos transpor os objetos tractarianos para os termos que usamos cotidianamente em nossa linguagem. Ou seja, não sabemos como o processo de individuação de um termo ocorre para que a sua função semântica na linguagem seja estabelecida. Desse modo, a ontologia tractariana não nos diz muito sobre como diferenciar os termos gerais e os singulares, por exemplo. Essa distinção básica parece ser uma parte de nossa linguagem, e ter essa distinção orientada ontologicamente não parece ser algo alcançável.

Outro problema a se considerar é como conciliar a leitura ontológica com os aforismos finais do *Tractatus*, que apontam para estatuto de sem sentido de afirmações metafísicas, um problema que recai sobre grande parte da linha interpretativa orientada por comprometimentos ontológicos. Uma possível maneira de amenizar esse problema seria considerar que as afirmações filosóficas são irrelevantes em comparação com as afirmações sobre fatos, uma vez que as únicas afirmações relevantes seriam supostamente aquelas que lidam com os fatos. Então, no pior dos casos, as afirmações sobre a estrutura fundamental da realidade que condiciona a estruturação da linguagem seriam, na melhor das hipóteses, empiricamente irrelevantes.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES, *Categorias*, 1. ed. São Paulo: Unesp, 2019.

BARTMANN, MARIUS. *Wittgenstein's Metametaphysics and the Realism-Idealism Debate*. 1ª edição. London Borough of Camden: Palgrave MacMillan, 2021.

BARNES, *The Cambridge Companion to Aristotle*, 1995.

BLACK, M. *A Companion to Wittgenstein's 'Tractatus'*. Nova York: Cornell University Press, 1970.

BERKSON, WILLIAM. *Fields of Force: The Development of a World View*. New York: USA, Routledge, 2014.

FOGELIN, Robert J. *Wittgenstein*. 2. ed. New York: USA, Routledge, 1995.

GLOCK, Hans-Johan. *Dicionário de Wittgenstein*. Tradução: Helena Martins; revisão técnica, Luiz Carlos Pereira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

GRIFFIN, J. Wittgenstein's Logical Atomism. Bristol: Thoemmes Press: 1997.

HINTIKKA, J.; HINTIKKA, M. Uma investigação sobre Wittgenstein. Tradução de Enid Abreu Dobránszky. Campinas: Papirus, 1994

HUME, David. *Tratado da Natureza Humana*. Tradução: Serafim da Silva Fontes. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

KENNY, A. Wittgenstein. Revised edition. Blackwell Publishing, 2006

LOUX, Michael J; CRISP, Thomas M *Metaphysics. A Contemporary Introduction*. 3th ed. Routledge Contemporary Introductions to Philosophy. New York ; London: Routledge, 2006.

LOUX, Michael J; CRISP, Thomas M. *Metaphysics: A Contemporary Introduction*. 4th ed. New York London: Routledge, 2017.

MALCOLM. *Nothing Is Hidden: Wittgenstein's Criticism of His Early Thought*. New York: Wiley–Blackwell, 1986.

McGUINN, M. Elucidating the Tractatus – Wittgenstein's Early Philosophy of Logic and Language. Nova York: Oxford University Press, 2006.

MORRIS, Michael. Routledge Philosophy Guidebook to Wittgenstein and the Tractatus. New York: Routledge, 2005.

PEARS, D. F. As idéias de Wittgenstein. Tradução de Octanny Silveira da Mota e Leonidas Hegenberg. São Paulo: Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

_____. The False Prison: A Study of the Development of Wittgenstein's Philosophy - Volume One. Oxford University Press: Nova York, 2004.

SEARLE, J. The Construction of Social Reality. London, Penguin, 1995.

SANTOS, L.H.L. A essência da proposição e a essência do Mundo, In. *Tractatus Logico Philosophicus*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

SHIELDS, Christopher John. *Aristotle*. New York: Routledge, 2007.

RUSSELL, Bertrand. Os problemas da filosofia. Tradução de Jaimir Conte. Florianópolis: Martins Fontes, 2005.

WILLIAMS, Donald C. “On the Elements of Being: I”. *The Review of Metaphysics* 7, 1. ed. 1953.

WITTGENSTEIN, L. Notebooks, 1914 - 1916. G. W. von Wright e G. E. M. Anscombe (orgs). Oxford: Basil Blackwell, 1969.

_____. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Trad., notas e ensaio introdutório de Luiz Henrique Lopes dos Santos. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2001

_____. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Trad., Pears e McGuinness). New York: Routledge, 1921.

ZABALARDO, J. L.; GODDARD.; JUDGE. On Tractarian Objects. *Australasian Journal of Philosophy*, 2021, 1–15 p.

